



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEÇÃO DO PROTOCOLO

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ASSESSORIA TÉCNICA DA MESA - A.T.M.
SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI : 001031294 DE 1994

NATUREZA : PL 01-0312/94-3 DE 23/06/94

PROMOVENTE: EXECUTIVO PAULO SALIM MALUF
OFÍCIO ATL : 207 / 94

ELEMENTA :

APROVA PLANO DE MELHORAMENTO NOS DISTRITOS DE ITAIM BIBI, CAMPO
BELO E JABAQUARA, REVOGA TOTALMENTE AS LEIS No. 6.591, 05/11/64,
e NO. 10.443, DE 4 DE MARÇO DE 1988, E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÍNDICE :

OBSERVAÇÕES :

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
26/10/2010 15:49:43

00000014043-00



ARQUIVADO

EM 07/06/25

REGINA



Prefeitura do Município



GABINETE DO PREFEITO

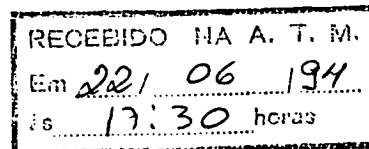
São Paulo, 22 de junho de 1994

Ofício A. T. L. n.º

207 -
/94

Processo no. 51-001.144-94*03

Senhor Presidente



Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, acompanhado da respectiva exposição de motivos, a fim de ser submetido ao estudo e deliberação dessa Egrégia Câmara, o incluso projeto de lei, que aprova plano de melhoramento nos distritos de Itaim Bibi, Campo Belo e Jabaquara; revoga totalmente as Leis no. 6.591, de 5 de novembro de 1964 e no. 10.443, de 4 de março de 1988, e dá outras providências.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

PAULO MALUF
Prefeito

Anexos: projeto de lei, exposição de motivos, duas vias das plantas no. 26.748/1-T-1202 a 26.748/4-T-1202 e cópias xerográficas de fls. 2 e 23 do processo no. 51-001.144-94*03 e da legislação citada no texto.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Miguel Colasuonno
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo
IR/rmn

PROJETO DE LEI 01 - FL
01-0312/94-3

LIDO HOJE
ÀS COMISSÃO 3 JUN 1994
CONSTITUINTE E JUDICIAL
POVÃO URBANA, MCM, MCM, MCM
FINANÇAS E ORÇAMENTO
PRÉSIDENTE

Folha n.º	de proc.
n.º 812	de 19 94

Aprova plano de
melhoramento nos distritos
de Itaim Bibi, Campo Belo e
Jabaquara; revoga
totalmente as Leis no.
6.591, de 5 de novembro de
1964 e no. 10.443, de 4 de
março de 1988, e dá outras
providências.

A Câmara Municipal de São Paulo decreta:

DECRETA:

SEÇÃO DE REVISÃO
23 JUN 1994
-DT. 10-

Art. 10. - De acordo com as plantas

anexas nos. 26.748/1-T-1202 a 26.748/4-T-1202, do arquivo da Superintendência de Projetos Viários da Secretaria de Vias Públicas, rubricadas pelo Presidente da Câmara e pelo Prefeito como partes integrantes desta lei, fica aprovado o seguinte plano de melhoramentos nos distritos de Itaim Bibi, Campo Belo e Jabaquara:

I - Abertura de vias ao longo do Córrego Água Espraiada, desde a Marginal do Rio Pinheiros até a Rodovia dos Imigrantes, consistindo de uma via bloqueada, com acessos controlados, e duas vias laterais, para distribuição do tráfego local, abrangendo uma faixa com largura variável entre 100m e 250m e extensão aproximada de 9,6km;

II - Passagens em desnível nos seguintes cruzamentos com as vias projetadas:

- a) Rua Guaraiuva;
- b) Rua Ribeiro do Vale;
- c) Rua Nova York;
- d) Avenida Santo Amaro;
- e) Avenida Vereador José Diniz;
- f) Rua Antonio de Macedo Soares;
- g) Rua João Álvaro Soares;
- h) Rua Zacarias de Goes;
- i) Avenida Washington Luis;
- j) Avenida Lino de Moraes Leme;
- k) Avenida Pedro Bueno;
- l) Avenida Alba;
- m) Avenida George Corbuzier;
- n) Avenida 8 de Setembro;

Folha n.º	4	de proc.
n.º	362	do 1º 94 ³

o) Rua Dr. Mario de Campos;

p) Alças direcionais de acesso e saída sob a Rodovia dos Imigrantes;

III - Formação de áreas ajardinadas junto à via bloqueada do item I, visando separação e proteção ambiental em relação às vias laterais e às áreas adjacentes.

Art. 2o. - Os imóveis atingidos pelo plano ora aprovado serão oportunamente declarados de utilidade pública.

Art. 3o. - As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4o. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e em especial a Lei no. 6.591, de 5 de novembro de 1964 e Lei no. 10.443, de 4 de março de 1988.

IR/vm/

PLANTA
OU
DOCUMENTO
NÃO
DIGITALIZADO

PLANTA
OU
DOCUMENTO
NÃO
DIGITALIZADO

PLANTA
OU
DOCUMENTO
NÃO
DIGITALIZADO

PLANTA
OU
DOCUMENTO
NÃO
DIGITALIZADO

folha n.º	13	de proc.
n.º	312	de 1994

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Objetiva o presente projeto de lei aprovar plano de melhoramentos nos distritos de Itaim Bibi, Campo Belo e Jabaquara, visando a abertura de vias ao longo do fundo de vale do Córrego Água Espraiada desde a Marginal do Rio Pinheiros até a Rodovia dos Imigrantes, consistindo em duas pistas bloqueadas, com acessos controlados, e duas pistas laterais, para circulação e distribuição do tráfego local.

Os grandes congestionamentos ao longo da Avenida Bandeirantes provocados pelo excesso de veículos que se dirigem simultaneamente para a Rodovia dos Imigrantes, além dos inúmeros bloqueios de tráfego consequentes à intensa semaforização, e o uso do solo da zona lindeira provocam não só a irritação dos usuários, como também, o desperdício, ao longo do dia, de horas de trabalho e de descanso.

Trata-se de medida de acentuada importância viária, que além de melhorar a qualidade de vida da área ao longo do Córrego Água Espraiada, vai possibilitar o acesso direto da Avenida Marginal do Rio

14	de proc.
3/2	do 18 942

Pinheiros para a Rodovia dos Imigrantes, e daí ao Porto de Santos, escoadouro principal dos produtos brasileiros.

Estudos procedidos pela Superintendência de Projetos Viários e pela Empresa Municipal de Urbanização concluíram pela necessidade da implantação deste plano de melhoramento público, o qual solucionará transtornos causados ao trânsito naquela região.

No intuito de se evitar os aspectos negativos que transformaram a Avenida dos Bandeirantes em uma das vias de pior desempenho do fluxo viário na Cidade, foram projetadas duas pistas centrais junto ao canal do córrego, com acessos controlados, e duas pistas laterais, para distribuição do tráfego local, separadas das pistas centrais por largos espaços verdes, destinados à proteção ambiental das áreas adjacentes.

Merecem destaque, entre as obras necessárias, a execução de passagens em desnível em diversos cruzamentos, trecho em túnel com aproximadamente 400m de extensão, e ainda acessos e saídas sob a Rodovia dos Imigrantes.

O critério utilizado para a definição do presente plano de melhoramento pautou-se na premissa de minimização do número e custo de desapropriações, com o aproveitamento de diversas ruas e áreas já pertencentes

Process. n.º	15	de proc.
D.º	31/2	de 1994

3

ao patrimônio público, não acarretando maiores gravames ao erário municipal, mormente se considerados os custos em face do benefício resultante.

As razões expostas evidenciam a conveniência e o indiscutível interesse público desta propositura, a qual submeto à deliberação dessa Colenda Edilidade, que, certamente, a aprovará.

Acompanham cópias xerográficas
ilustrativas do assunto.

IR/rmn



LEI Nº 6.551, DE 24 DE AGOSTO DE 1 964.

"D.O.M.", DE 25 DE AGOSTO DE 1 964.

REVOGADA PELA
LEI Nº 8 934/79

LEI Nº 6.551, DE 24 DE AGOSTO DE 1964

Approva plano de alargamento e concordância de alinhamento de um trecho da Avenida Gabriela Mistral e Rua "C", e dá outras providências.

FRANCISCO PRESTES MAIA, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

Faço saber que a Câmara Municipal, em sessão de 10 de agosto de 1964, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1.º — De acordo com a planta anexa n.º 21.355—G—460, do arquivo do Departamento de Urbanismo, rubricada pelo Presidente da Câmara e pelo Prefeito como parte integrante desta lei, fica aprovado o plano de alargamento para 25,00 metros, na extensão de, aproximadamente, 102,00 metros, de um trecho da Avenida Gabriela Mistral e rua "C" do arruamento n.º 538, entre a linha da Estrada de Ferro Central do Brasil e a Avenida Marginal esquerda do Rio Tietê, e respectivas concordâncias de alinhamento com as vias transversais.

Art. 2.º — Os imóveis atingidos pelo plano ora aprovado são declarados de utilidade pública para efeito de desapropriação, ficando a Prefeitura autorizada a efetivar as desapropriações dentro do prazo de cinco anos, contados da data desta lei.

Art. 3.º — As despesas com a execução desta lei correrão por conta das verbas próprias consignadas no orçamento de cada exercício.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 24 de agosto de 1964, na Fundação Osório, em São Paulo.

O Prefeito,
FRANCISCO PRESTES MAIA

O Secretário de Negócios Internos e Jurídicos,
ALOYSIO FERRAZ PEREIRA

O Secretário das Finanças,
JOAQUIM MONTEIRO DE CARVALHO

O Secretário de Obras,
JOSE DE MELLO MALHEIRO

Publicada na Diretoria do Departamento do Expediente e do Pessoal da Secretaria de Negócios Internos e Jurídicos, em 24 de agosto de 1964.

O Diretor,
HEDAIR LABRE FRANÇA

JORNADA DO PROJETO DE LEI Nº 125164

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - A.T.L.



LEI Nº 10.443, DE 04 DE MARÇO DE 1.988.
"D.O.M." , DE 05 DE MARÇO DE 1.988.

20

Processo nº	17	de proc.
nº	312	de 19 94

LEI Nº 10.443 , DE 04 DE MARÇO DE 1.988

Modifica parcialmente o plano de melhoramentos aprovado pela Lei nº 6.591, de 5 de novembro de 1964, no 30º subdistrito - Ibirapuera, e dá outras providências.

JÂNIO DA SILVA QUADROS, Prefeito do Município de São Paulo, nos termos do disposto no artigo 26 do Decreto-Lei Complementar Estadual nº 9, de 31 de dezembro de 1969, sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - De acordo com as plantas anexas nºs 26.478/1, 26.478/2, 26.478/3 e 26.478/4, classificação T-1202, do arquivo da Superintendência de Projetos Viários, rubricadas pelo Presidente da Câmara e pelo Prefeito como partes integrantes desta lei, fica aprovada alteração parcial dos alinhamentos da avenida ao longo do Córrego Água Espraiada, de que trata a Lei nº 6.591, de 5 de novembro de 1964, desde a Avenida das Nações Unidas até mais ou menos 50,00 metros além da Rua Carlos Pinto Alves, com largura básica de 52,00 metros, e variável junto aos principais entroncamentos, na extensão aproximada de 4.350,00 metros.

Parágrafo único - Ficam igualmente aprovadas as concordâncias de alinhamentos constantes das plantas referidas neste artigo.

Art. 2º - Ficam revogados, nos trechos constantes das plantas referidas no artigo anterior, os alinhamentos aprovados pela Lei nº 6.591, de 5 de novembro de 1964.

Art. 3º - Para os fins desta lei, os imóveis atingidos pelo plano ora aprovado serão, oportunamente, declarados de utilidade pública.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 04 de março de 1.988, 435º da fundação de São Paulo.

JÂNIO DA SILVA QUADROS, PREFEITO

CLÁUDIO LEMBO, Secretário dos Negócios Jurídicos

CARLOS ALBERTO MANHÃES BARRETO, Secretário das Finanças

WALTER PEDRO BODINI, Secretário de Vias Públicas

ALEX FREUA NETTO, Secretário dos Negócios Extraordinários

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 04 de

março de 1.988.

FRANCISCO BATISTA, Secretário do Governo Municipal

LEI 6.591/64

PL nº 175/64

DEC. 28.606/90

DEC. 28.331/90.

JORNADA DO PROJETO DE LEI Nº 125,87

EXECUTIVO

INGRID FAGDAJ
ASSESSORA - A.T.L.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE VIAS PÚBLICAS

DIVISÃO DE PROJETOS DE VIAS - PROJ.3

Cont. n.º	18	de proc.
n.º	362	do 19 94

São Paulo, 06 de junho de 1.994

Ofício nº 04/94-Proj.3

S V P

Sr. Secretário

PROJ. 0011

51-001.1

2PROJ. 1994-09

ERANDO 1117 DE ANDRADE

Atendendo a determinação de V. Excia. estamos encaminhando o Projeto de Lei da faixa necessária à implantação do sistema viário ao longo do Córrego Água Espraiada baseado em estudos desenvolvidos pela EMURB e esta Superintendência.

Básicamente o projeto consiste em duas pistas centrais, junto ao canal do córrego, com acessos controlados e duas pistas laterais para distribuição do tráfego local e separadas das pistas centrais por amplos espaços verdes destinados a proteção ambiental das áreas adjacentes.

Entre as obras de arte necessárias merecem destaque passagens em desnível em diversos cruzamentos, trecho em túnel com aproximadamente 400 metros de extensão e ainda acessos e saídas direcionais sob a Rodovia dos Imigrantes.

Em estando V.Excia. de acordo o presente, com as respectivas plantas, Minuta de Lei e Exposição de Motivos, está em condições de ser encaminhado a SGM-ATL.

Atenciosamente,

Roberto Henrique Fasano
ROBERTO HENRIQUE FASANO

Diretor de Divisão Técnica - Proj.3

Eduardo José de Carvalho Filho
EDUARDO JOSÉ DE CARVALHO FILHO
Superintendente de Projetos Viários

Ingrid Ragdal
INGRID RAGDAL
ASSESSORA - ATL



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Folha n.º	19	de proc.	94
312			

Folha de informação nº 23

d. o processo nº 51.001.144.94*03 em 08/06/94 (a) ml

Ref.: Ofício nº 04/94-PROJ.3
Loc.: Córrego Água Espraiada
Ass.: Projeto de Lei para fixação dos alinhamentos

Inf.: 812/AT/94

SENHOR PREFEITO

Contém este processo projeto de lei, elaborado pela Superintendência de Projetos Viários desta Pasta com o objetivo de fixar os alinhamentos da faixa necessária a implantação do sistema viário ao longo do Córrego Água Espraiada, trecho entre a Av. Marginal do Rio Pinheiros e a Rodovia dos Imigrantes, com extensão aproximada de 9,6km.

A finalidade deste projeto é possibilitar o acesso direto da Av. Marginal do rio Pinheiros para a Rodovia dos Imigrantes e daí ao Porto de Santos, evitando os fortes congestionamentos, hoje provocados na Av. dos Bandeirantes pelos veículos que 812 que demandam esse trajeto.

Para tal será necessária a revogação das leis nºs 6591/64 e 10443/88, hoje ultrapassadas.

Endossa esta Secretaria a propositura de PROJ e a submete à elevada consideração de V.Exa. Se aprovada, o presente estará em condições de ser encaminhado a SGM-ATL para o preparo da correspondente mensagem à E. Câmara Municipal, estando devidamente instruído nas plantas de fls. 002/017, bem como minuta de lei e exposição de motivos, respectivamente às fls. 18 a 21.

08.06.94


REYNALDO EMYGDIO DE BARROS
Secretário de Vias Públicas

MHBB/BLFG/dl.-


INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - ATL

A ATL
Prossiguir
8/6/94



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº.....20.....

do processo nº.....312.....de 19.....94 29 06 94.....(a).....

Sr. Assessor Chefe:

Sobre o assunto consta,

Lei 6.591/64
10.443/88

em 29.06.94

MARIA CANDIDA MOREIRA PORTA
Assist. Parlamentar

À Com. de Const. e Justiça

29/06/94

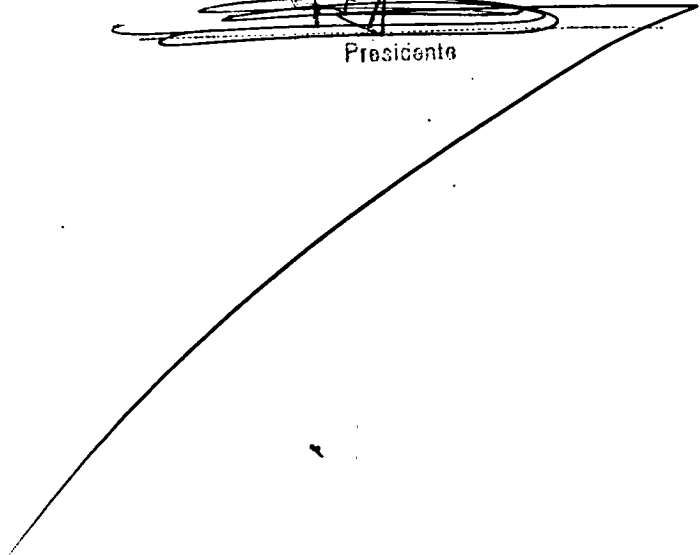
LUIZ AREIAS DE CARVALHO
Ass. Tecn. Leg. Chef. - A. T. M.

Recebido na Comissão de
Constituição e Justiça
Em 19/7/94 às 12 hs. *egg*

Ao Nobre Vereador *Murilo A. Alves*
o. a. relatar

Sala da Comissão de Constituição e Justiça
em 1º de agosto de 1994

[Signature]
Presidente



SEGUE juntado nesta data, documento e papel para informação, rubricado
sob folha nº *01*
Em *15, 80, 94*
(a) *el*



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 21 do proc.
N.º 312 de 1994
O Funcionário

PARECER
0946/94

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E
JUSTIÇA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 312/94.

O Sr. Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, encaminhou a esta Casa o presente projeto de lei que visa obter aprovação para plano de melhoramentos nos distritos de Itaim Bibi, Campo Belo e Jabaquara, consistente na aberturas de vias ao longo do córrego Água Espraiada, desde a Marginal do Rio Pinheiros até Rodovia dos Imigrantes, abrangendo uma faixa com largura variável entre 100m e 250m e extensão aproximada de 9,6 km; passagens em desnível em diversos cruzamentos com as vias projetadas e formação de áreas ajardinadas.

Informa a Exposição de Motivos que acompanha a propositura, que o melhoramento proposto tem acentuada importância viária, possibilitando o acesso direto da Avenida Marginal do Rio Pinheiros para a Rodovia dos Imigrantes, e daí ao Porto de Santos, importante escoadouro de produtos.

O projeto está devidamente instruído com as plantas do local.

O art. 2º da propositura dispõe que, para os fins do melhoramento proposto, os imóveis atingidos pelo plano serão oportunamente declarados de utilidade pública.

A matéria não encontra óbices de ordem legal, estando amparada nos arts. 37, § 2º, inciso IV, e art. 70, inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

Assim, quanto à iniciativa tudo está de acordo com a LOM, cabendo às demais Comissões apreciar os aspectos de mérito, que refogem à competência desta Comissão.

Com esta ressalva, opinamos
Pela Legalidade.

Sala da Comissão de Constituição e Justiça, 15/8/94

RELATOR

Publicado no DIARIO OFICIAL

do. 19 08 94

página 52 2ª

conferido: *(Signature)*

A Douta Comissão de
Política Urbana, Metropolitana
e Meio Ambiente
Em, 19/08/94

(Signature)
ENILZA ANDRÉ
Secretária

Recebido na Comissão de Pol. Urbana.

Em 22/08/94 às 10:02 hs.

AO NOBRE VEREADOR
PARA RELATAR.

Sala da Comissão de Política Urbana, Metropolitana
e Meio Ambiente.

(Signature)
PRESIDENTE

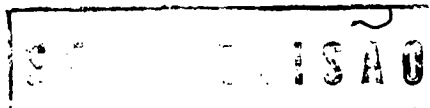
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Reunidos nesta data 19/08/94

de n.º 22 a 179 11/11/94



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE



**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA
E MEIO AMBIENTE.**

Presidenta: Sra. Vereadora Zulaiê Cobra Ribeiro

Membros : Srs. Vereadores
Aldaíza Sposati
Antonio de Paiva Monteiro Filho
Bruno Feder
Tereza Cristina de Souza Lajolo
Emílio Meneghini
Faria Lima

Audiência Pública sobre o PL 312/94 , do Executivo,
realizada no Auditório "Oscar Pedroso Horta ", em 20 de outubro
de 1994.

Solicitante: Sra Vereadora Zulaiê Cobra Ribeiro
(Memo. nº 300/94 da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e
Meio Ambiente).



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 23 do Proc.
N.º 312 de 1994
Funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C26	1	Norma	Aud.Pública	20.10.94		

Bom, eu sou a Vereadora Tereza Lajolo, faço parte da Comissão de Política Urbana. Aqui está o Vereador Aurélio Nomura, que não é membro da Comissão, mas as audiências públicas são abertas para todos os Vereadores da Câmara Municipal, para a população e para o Executivo.

Nós estamos aqui - estávamos aguardando o representante do Executivo, que já ~~em~~ está aqui, Lefebvre, que é da EMURB, e estamos aguardando a Vereadora Aldaíza Sposati, que é a Relatora deste projeto. O Executivo envia o projeto para nós, nós verificamos se o projeto é passível de audiência pública, quer dizer, de haver uma discussão pública sobre ele, nós podemos fazer, por comissão, no mínimo de uma, duas audiências públicas, duas discussões abertas, e nessa discussão, como a de hoje, nós vamos ler o projeto para vocês, para vocês saberem o que é o projeto que está aqui, o Lefebvre vai falar, enquanto Executivo, a Vereadora Aldaíza Sposati vai falar, enquanto Vereadora Relatora, e daí nós vamos abrir para o debate, o que quer dizer, tanto vocês se posicionarem quanto nós, quanto fazermos perguntas.

Por exemplo, já vou dizer para o Lefebvre que ~~em~~ tem

~~pergunta - uma pergunta que está incomodando todo mundo, inclusive~~



CAMARA MUNICIPAL DE SAO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 24 do Proc.
N.º 312 de 1994
A União Donário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSAO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C26	2	Norma	Aud.Pública	20.10.94		

não está no projeto, quem será desapropriado ? Quantos serão desapropriados ? Quantos imóveis serão desapropriados ? Esse dado não faz parte do projeto, e já ~~me~~ digo, a hora que eu ler vocês vão ver que nós não temos isso escrito aqui, descrito aqui, no projeto, está legal ? Eu quero ler para depois vocês perceberem qual é o projeto, que em si é curto e grosso, por parte do Executivo, e tem uma exposição de motivos, e nessa exposição ele diz algumas coisas que são interessantes para vocês ouvirem, as razões do projeto ~~me~~ e até como é que ele fala a respeito dessa história de desapropriação, está legal ?

Mas é bom que ouçamos todos juntos, está faltando a Aldaíza, que já devia estar aqui, mas ela deve estar em alguma outra reunião, então nós vamos abrindo, então no mínimo nós vamos ter duas audiências públicas para discutir a questão de Águas ~~Espraiadas~~ Espraiadas, está legal ? Está mais ou menos explicado ? Inclusive vocês, num ~~meu~~ temor aí de como é que nós estamos aqui, e quanto tempo vamos ficar aqui; está atrasado, sim, a Vereadora Zulaiê Cobra Ribeiro é a Presidente, e ela teve de ir fazer um programa de televisão e eu assumi a presidência enquanto ela ~~me~~ não chega, se ela chegar assume a presidência no meu ~~meu~~ lugar, e tudo bem, por-



CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 25 do Proc.
N.º 312 de 1994
Funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
026	3	Norma	Aud. Pública	20.10.94		

porque ela é a Presidente; meu nome é Tereza Lajolo, Vereadora do PT. O senhor ia fazer uma pergunta ?

O SR. _____ - (fora do microfone)- Isso, o projeto é desapropriatório ou será...

A SRA. TEREZA LAJOLO - Veja, vamos aguardar o momento que aí eu farei a leitura do projeto... -(aparte fora do microfone)- Espera um pouquinho, eu vou ler o projeto, vocês vão verificar o conteúdo, o Lefebvre vai falar, a Vereadora fala, e aí vocês levantam as questões, está legal ? Vocês se posicionam, vocês perguntam, e para nós também tem muitas perguntas que queremos fazer para ele responder, porque o projeto não responde ao que você está falando, de certa forma, está certo ? Não é tão explícito, na história, e aí ele vai ter que responder.

Então, por exemplo, a esse projeto, ele pode, ~~iniciar~~ inclusive, a partir da audiência pública, suscitar, por parte da Comissão, que são vários vereadores, um posicionamento de exigir mais explicações ao Executivo, e ele pode, nós podemos fazer isso, nos dar informes aqui de coisas que eu já levantei aqui e quero saber, mas não vou fazer isso agora, senão o "script"... Aurélio, quer falar alguma coisa ?



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 26 do Proc.
N.º 312 de 1994
Funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C26	4	Norma	Aud. Pública	20.10.94		

O SR. M AURÉLIO NOMURA - Boa tarde a todos. Eu pertencço
ao Partido Liberal, e sou da Comissão de Justiça. Eu acho de suma
importância esse projeto. É claro que dentro do que se tenha aqui,
do que nós temos de dados, nós não temos quase nada, quase nada,
não temos nenhuma informação a respeito com relação a esses detalhes,
sendo uma pessoa que mora ^{perto} da região achei de suma importância compa-
recer hoje nesta audiência pública para também ouvir a população e
tentar junto às autoridades - e tem o Lefebvre - sem dúvida esclare-
cer e dirimir todas ~~essas dúvidas que porventura possam ser suscitadas~~
~~das necessidades~~

~~(Eu posso acrescentar mais)~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 27 do Proc.
Q.º 312 de 1994
O Funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C27	1	florencia	aud.públ.	20.10.94	nomura	

essas dúvidas que porventura possam suscitar nesse projeto. Já posso a diantar que vi um projeto anterior, que ele foi totalmente reformulado, porque o primeiro projeto - e o Lefèvre pode me corrigir - era um projeto que previa uma reurbanização na área e ele foi totalmente alterado. Posteriormente iniciou-se esse projeto. Confesso que não conheço detalhes desse projeto, mas estamos aqui para acompanhar de perto o que efetivamente propõe essas alterações.

A SRA TEREZA C SOUZA LAJOLO - Nós decidimos aqui ... Porque o Luís Fernando é um Assessor nosso da Comissão de Política Urbana. Então, decidimos que vamos respeitar vocês que vieram para cá e aqui estão desde as 13:00 hs. Vamos começar. Vou fazer a leitura do projeto, certo? Depois o Lefèvre tem a palavra e na hora em que a Vereadora Aldaíza Sposati chegar ela também vai poder usar da palavra. Certo?

Esse projeto tem na Câmara o número 312/94. "Aprova plano de melhoramento nos distritos de Itaim Bibi, Campo Belo e Jabaquara, revoga totalmente as Leis 6.591, de 05 de novembro de 1964, época do Faria Lima," 10.443, de 4 de março de 1988, época de Jânio Quadros," e dá outras providências. A Câmara Municipal decreta - Artigo 1º: de acordo com as plantas anexas, do Arquivo da Superintendência de Projetos Viários da Secretaria de Vias Públicas, ~~ENCAMINHADAS~~ rubricadas pelo Presidente da Câmara e pelo Prefeito, como partes integrantes desta lei, fica aprovado o



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 28 do Proc.
N.º 312 de 1994
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C27	2	florência	aud.públ.	20.10.94		

t.lajolo

seguinte plano de melhoramentos nos Distritos de Itaim Bibi, Campo Belo e Jabaquara: abertura de vias ao longo do Córrego Água Espraiada desde a Marginal do Rio Pinheiros até a Rodovia dos Imigrantes, consistindo de uma via bloqueada com acessos controlados e duas vias laterais para distribuição do tráfego local, abrangendo uma faixa com uma largura variável entre 100 metros e 250 metros. A ~~XXXXXX~~ extensão aproximada/de 9,6 Km. Passagens em desnível nos seguintes cruzamentos com as vias projetadas: Rua Guaraiuva, Rua Ribeiro do Vale, Rua Nova York, Av. Santo Amaro, Av. Ver. José Diniz, Rua Antônio de Macedo Soares, Rua João Alvaro Soares, R. Zacarias de Góes, Av. Washington Luís, Av. Lino de Moraes Lima, Av. Pedro Bueno, Av. Alba, Av. George Corbesier, Av. 8 de Setembro, R. Dr. Mário de Campos, alças direcionais de acesso e saída sob a Rodovia dos Imigrantes.

Parágrafo 3º : formação de áreas ajardinadas junto à via bloqueada do item 1, visando a separação e proteção ambiental em relação às vias ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~ laterais e às áreas adjacentes; ~~XXXXXXXXXX~~

" Portanto,

Artigo 2º: os imóveis atingidos pelo plano ora aprovado serão oportunamente declaradas de utilidade pública." Não diz quais são.

Artigo 3º: as despesas com a execução desta lei ocorrerão por conta das dotações orçamentárias próprias." Portanto, é a Prefeitura que vai ~~XXXXXXXXXX~~ assumir a execução da lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 29 do Proc.
N.º 312 de 1994
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C27	3	florência	aud.públ.	20.10.94	lajolo	

"Artigo 4º: Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei 6.591, de 5/11/1964 e a Lei 10.443, de 04/03/1988."

E aí nós temos todas as plantas a respeito do projeto que está aqui. E então temos a Exposição de Motivos, onde o Prefeito justifica para nós o projeto apresentado.

Está presente a Vereadora Aldaíza Sposati.

O objetivo do presente projeto de lei é aprovar um plano de melhoramentos nos Distritos de Itaim Bibi, Campo ~~LIMPA~~ Belo e Jabaquara visando a abertura de ruas ao longo do fundo de vale do Córrego Água Espirada, desde a Marginal do Rio Pinheiros até a Rodovia dos Imigrantes, consistindo em duas pistas bloqueadas, com acessos controlados, e duas pistas laterais para circulação e distribuição do tráfego local. Os longos congestionamentos ao longo da Av. Bandeirantes provocados pelo excesso de veículos que se dirigem simultaneamente para a Rodovia dos Imigrantes, além dos inúmeros bloqueios de tráfego consequentes à intensa sematização e o uso do solo da zona lindeira provocam não só a irritação dos usuários, como também o desperdício, ao longo do dia, de horas de trabalho e de descanso. Trata-se de medida de acentuada importância viária que, além de melhorar a qualidade de vida da área ao longo do Córrego A



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 30 do Proc.
n.º 312 de 1994
O Funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C28	1	florência	aud.pública	20.10.94	lajolo	

gua Espreada, vai possibilitar o acesso da Av. Marginal do Rio Pinheiros para a Rodovia dos Imigrantes e daí ao Porto de Santos, escoadouro principal dos produtos brasileiros. Estudos procedidos pela Superintendência de Projetos Viários e pela Empresa Municipal de Urbanização - EMURB, concluíram pela necessidade da implantação desse plano de melhoramento público, o qual solucionará os transtornos causados ao trânsito naquela região. No intuito de se evitar os aspectos negativos de se transformar a Av. dos Bandeirantes em uma das vias de pior ~~XXXXX~~ desempenho do fluxo viário da Cidade, foram projetadas duas pistas centrais junto ao Canal do córrego, com acessos controlados, e duas pistas laterais para distribuição do tráfego local, separadas das pistas centrais por largos espaços verdes destinados à proteção ambiental das áreas adjacentes.

Merecem destaques entre as obras necessárias a execução de passagens em desnível em diversos cruzamentos, trecho em túnel com a proximadamente 400 metros de extensão e ainda acessos de saída sob a Rodovia dos Imigrantes. O critério utilizado para definição do presente plano de melhoramento pautou-se na premissa de minimização do número e custo de desapropriações com o aproveitamento de diversas ruas e áreas já pertencentes ao patrimônio público, não acarretando maiores gravames ao Erário Municipal, mormente se considerados os custos em face do benefício resultante.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 31 do Proc.
N.º 312 de 19 89
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C28	2	florêntia	aud.públ.	20.10.94	lajolo	

As razões expostas evidenciam a conveniência e o indiscutível interesse público dessa propositura, a qual submeto à deliberação da Câmara Municipal, que certamente a aprovará."

Ele vem então revogar as duas leis, uma da época do Faria Lima e outra da época do Jânio Quadros. E na realidade, os dois foram alargando. Essa terceira ~~MANEIRA~~ alarga mais o espaço de intervenção viária e ampliação da quilometragem a ser atingida.

Então, o que foi acontecendo é isso.

A Comissão de Justiça, à qual pertence o Vereador Aurélio Nomura, verifica a legalidade ou ilegalidade da lei. Portanto, a lei não é ilegal, mas agora vamos discutir o mérito, a obra como ~~fai~~ ser feita, se é necessária ou não, suas alterações ou a negação de tudo, ou a provar istou ou aprovar o quê? Em vista do que o Executivo agora terá a palavra e posteriormente a Vereadora Aldaíza Sposati, que é a Relatora e já poderá emitir, espero, alguma opinião sobre esse projeto.

- Fala fora do microfone. Inaudível.

A SRA TEREZA C SOUZA LAJOLO - Só passou pela Comissão de Justiça; veio para a Comissão de Política Urbana. Agora nós temos audiência pública e são duas ~~mx~~ no mínimo. Se precisarmos de informações



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C28	3	florência	aud.pública	20.10.94		

do Poder Público nós temos que pedir. Vai, volta. Vamos ter um prazo e posteriormente vai para a Comissão de Finanças e Orçamento.

Há uma pergunta aqui ainda - Que atividade econômica?

Bem, além da ^{Comissão de} Política Urbana, tem ~~atividades econômicas~~ a de Atividade Econômica e a de Finanças e Orçamento; mais duas depois de nós. Depois desta, tem que passar por mais duas comissões.

A SRA - Nesse Artigo 1, o que significa esse "Fica aprovado"? Já foi aprovado?

A SRA TEREZA C SOUZA LAJOLO - Não, é que quando a Câmara aprovar já está escrito aqui, nos termos da lei, que a Câmara Municipal decreta, mas não está aprovado. Porque o projeto está passando pelas comissões da Câmara. O texto da lei já vem redigido desta forma pelo Executivo. Certo? ~~Em~~ Até você vê que no fim da Exposição de Motivos ele~~m~~ espera que o Legislativo acate a lei. Acatada a lei, ela já está redigida, de forma que a Câmara Municipal de São Paulo decreta...

-Fala fora do microfone, Inaudível.

A SRA TEREZA C SOUZA LAJOLO - Não, a Câmara Municipal de São Paulo pode não aprovar, aprovar a lei totalmente, a lei pode ser al



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 33 do Proc.
L.D. 312 de 1994
O Funcionário

ROD(Z)IO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C28	4	florencia	aud.públ.	20/10/94		

terada, fruto da discussão e negociações que se estabeleçam. Legal?

Ou ser totalmente reprovada.

Ela tem aspectos ... A discussão vai colocando. Agora, cada comissão dá um parecer. A primeira comissão que deu parecer foi a de Justiça, que foi pela legalidade. Ela é legal, não tem nada aparentemente ilegal, em desacordo com a lei. A Comissão de Política Urbana avalia o mérito, analisa se a gente concorda ou não com esse tipo de intervenção, se é esta intervenção que deve ser feita mesmo, se ~~ela~~ deve ... Nós vamos discutir o mérito disto. Ao discutir o mérito, o parecer da Comissão pode ser favorável ou contrário. Aí vai para outra comissão, que também tem que avaliar o mérito, que é a Atividade Econômica. Depois ~~em~~ a Comissão de Finanças e Orçamento também avalia e dá parecer. Tudo bem? No final disto é que ela poderá ir para plenário para aprovação.

A SRA ALDAÍZA SPOSATI - Queria pedir permissão para a Presidente da Mesa, Vereador Tereza, para acrescentar a essas explicações os direitos de vocês enquanto sociedade na tramitação de um projeto de lei. Acho que é importante saber disso, porque esta audiência pública é convocada por Regimento pela Câmara, e mais uma. Agora, vocês, enquanto sociedade civil, podem requerer em qualquer comissão uma audiência. Podiam ter requerido na Comissão de Justiça, podem requerer nesta comis-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 34 do Proc.
n.º 312 do 1994
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C29	1	Florência	aud.públ	20/10/94	sposati	

são, podem requerer nas próximas comissões. E quero dizer isso porque uma vez que este direito democrático foi conseguido na Lei Orgânica é para ser feito uso. Então, quero esclarecer que do ponto de vista da Comissão de Política Urbana, além das audiências aqui na Câmara, regulamentares, podem ser solicitadas. A Presidente, no caso a Vereadora Zulais & a Vereadora Tereza Lajolo está presidindo esta sessão - tem aca-
tado inclusive propostas de audiência pública em local fora da Câmara. Portanto, queria clarear que vocês têm esse direito nesta Comissão, como em outras comissões. É claro que o ajuizamento de usar ou não esse direito é de vocês.

A SRA TEREZA C SOUZA LAJOLO - Outra coisa. Quem deve pedir é uma entidade registrada, que tenha existência, no mínimo, de um ano, e que solicite ao Presidente da Comissão uma audiência pública sobre o projeto. Certo? Então, vocês têm que ficar atentos aos trâmites. Se não satisfeitos, têm que pedir, novamente, além dessas duas, que nós vamos estar garantindo aqui na Comissão de Política Urbana.

- Fala fora do microfone.

A SRA TEREZA C SOUZA LAJOLO - Veja, as comissões têm que

publicar ~~existência~~ em jornal que vai haver a audiência pública quando



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 35 do Proc.
N.º 312 de 1984
O Funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C29	2	florência	au.pública	20/10/94		

e onde. E, como lembrou a Vereadora Aldaíza, pode ser fora daqui, na região, desde que haja um local apropriado para juntar a população, vamos lá. Nós já fizemos audiências fora da Câmara. Agora, ~~em~~ nós achamos importante que vocês, organizados, acompanhem também o processo aqui dentro da Câmara. Normalmente o pessoal interessado nos projetos vive aqui sabendo, telefonando, e nós temos toda a tranquilidade de estar informando a vocês dos trâmites que estão acontecendo aqui dentro. Mas é importante a organização para que vocês possam acompanhar "pari passu" todo o processo de discussão e de posicionamento não só de uma, mas de todas as comissões a respeito de projetos. Certo?

—
- Fala fora do microfone. Inaudível.

—
A SRA TEREZA C SOUZA LAJOLO - Não, quem solicita a audiência pública para nós é uma entidade da sociedade civil. O Vereador ... É direito de vocês. Nós só temos que cumprir com o que é previsto na Lei Orgânica e no Regimento, que é fazer duas audiências públicas, no mínimo, por comissão. Certo? Mais de uma é solicitação de vocês e não de Vereador.

—
- Fala fora do microfone. Inaudível.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 36 do Proc.
N.º 312 de 1994
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C29	3	florência	aud.pública	20/10/94		

A SRA TEREZA C SOUZA LAJOLO - Está havendo uma solicitação no sentido de dá uma moradora. ~~Porque~~ o pessoal que está vendo o mapa acompanhasse o processo aqui ou falasse um pouco mais baixo para às vezes não haver ...

A SRA ALDAÍZA SPOSATI - Existe o seguinte. Antes de ir a Plenário, o projeto tem que receber parecer ~~RECOMENDADO~~ da maioria das comissões. Aqui na Comissão de Política Urbana, que é composta por sete Vereadores, ele tem que obter portanto, conforme o parecer, pelo parecer favorável de quatro para ele poder sair e ~~RECEBER~~ com parecer favorável da Comissão de Política Urbana; a mesma coisa na de Atividade Econômica e quando chegar na Comissão de Finanças - são cinco porque a comissão é um pouco maior. Depois que ele passar por todo esse trâmite das comissões, ele tem que ser incluído na Ordem do Dia. Ou seja, ele vai para votação em Plenário e aí é submetido a duas votações - primeira votação, depois numa ~~outra sessão há uma segunda votação~~

~~Em outra sessão há uma segunda votação~~



CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 37 do Proc.
N.º 312 de 1994
Assessoria

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C30	1	Norma	Aud.Pública	20.10.94		

outra sessão, há uma segunda votação. Eu estou pedindo a ajuda de quem está aqui, da Comissão de Política Urbana, para me dizer da natureza desse projeto, ele exige, qual é o coeficiente de votos, em Plenário ? 29 ? Então ele precisa ter, para a aprovação, 29 votos favoráveis, ou 29 contrários para a não aprovação.

A SRA. TERÇA LAJOLO - Há outra coisa importante: é que em função de ter - o Prefeito normalmente veta projetos - tem mais duas informações, é bom vocês irem perguntando porque aí não vamos sabendo dar todas as informações para vocês, porque agora eu me lembrei ~~de~~ outra coisa também: o Prefeito veta; quando ele veta um projeto, na pauta da Ordem do Dia, na Câmara, toda terça, quarta e quinta, os vetos são os primeiros, depois os projetos de lei; quando se quer votar um projeto mais rapidamente, porque não tem acordo sobre os vetos, o que acontece ? Chama-se sessão extraordinária, tá ? Então o projeto pode entrar numa sessão ~~extraordinária~~ extraordinária, ~~porque~~ é convocada logo após a sessão ordinária, que normalmente é terça, quarta e quinta, das três às sete, mas pode haver um acordo, às cinco horas estoura a sessão ordinária e começa a sessão extraordinária, tá ? Segunda coisa, em novembro, agora, praticamente dá uma parada na situação da Câmara, na medida em que nós temos a votação do Orça-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 38 do Proc.
N.º 312 de 1984
Funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C30	2	Norma	Aud.Pública	20.10.94		

Orçamento, na Mesa ele tem prioridade sobre todos os outros ~~projetos~~ projetos que estão em pauta ou poderão entrar na Ordem do Dia. Daí fica uma discussão, uma apreciação do Orçamento. Então, talvez, diante da realidade que está posta, que é fim de ano, e vocês estão entrando agora, o projeto está entrando agora na Pauta, quer dizer, na Comissão de Política Urbana, nem na pauta da Câmara está, então talvez isso possa acontecer em termos de votação ~~em~~ só no ano que vem. É bom nós ~~estarmos~~ estarmos aqui conversando porque é só para o ano que vem, pode acontecer, porque nós paramos os trabalhos, quer dizer, nós vamos até dia 15 em trabalho - não, não é dia 15, é dia 05, ~~em~~ e depois nós entramos em sessões extraordinárias só para o Orçamento, às vezes a gente vai até o dia 30 de dezembro, mas é só Orçamento, não entra projeto mais nenhum, a não ser que o Prefeito chame para sessão extraordinária, mas normalmente não acontece, daí nós ficamos só com o Orçamento, certo? Então talvez ... =(aparte fora do microfone)= Não, não... -(continua)- Não, o projeto não foi aprovado e está passando pelas comissões na Câmara.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI - Olha, eu acho que, por favor, acho que, então, isso que vocês estão levantando, acho que até me ~~permita, eu acho que nós vamos ter que começar a registrar todos~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 39 do Proc.
N.º 312 de 1994
Locatário AO

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C30	3	Norma	Pública Aud. INTERNA	20.10.94		

esses pontos, e aí, na condição de relatora eu vou ter de organizar essas idéias para apresentar para a Comissão. De certo modo isso que você está levantando indica uma passada por cima da decisão da Câmara, não é? Então isso vai exigir seguramente também, não só eu, como relatora, mas que outros vereadores, talvez a gente vá ao local para verificar isso e para poder constar do próprio parecer, no caso essa atitude, se de fato está sendo tomada está inadequada, para usar um quadro suave de análise da situação, entendeu? Então acho que nós vamos ter agora de nos organizar em termos das falas de vocês para poder registrar isso.

A SRA. TEREZA LAJOLOE - Vamos aproveitar, como tem várias questões que dizem respeito ao projeto, em si, inclusive está aqui quem deve levar as bordoadas, se tiver que levar, que é o Sr. Lefebvre, está certo? Que é o representante do Executivo. Então ele vai ter a palavra para falar sobre o projeto, e aí as perguntas que vocês - eu gostaria que, aquela senhora lá, veja, quem vai ter a palavra agora é o representante do Executivo, a sua pergunta inclusive, que para nós é interessante, dirija a ele, ele vai ter que responder, porque isso também vai dar para nós elementos para o parecer ao projeto, está bem; Então, vamos lá, Lefebvre?



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 40 do Proc.
N.º 312 de 1994
P. A. Dub. Onário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C30	4	Norma	Aud. Pública	20.10.94		

Antes, ~~mas~~ porém, quero registrar a ^{na} presença do Vereador José Mentor, do PT também, que não é da Comissão, mas está presente para participar aqui. É da Comissão de Justiça.

O SR. LEFEBVRE - Muito boa tarde às pessoas presentes, às Vereadoras e Vereadores presentes, inicialmente eu gostaria de solicitar às pessoas que se encontram ali em frente às plantas para que se sentassem porque eu vou ~~me~~ explicar coisas que dizem respeito às plantas e pediria, preciso que todos prestam atenção, e pediria que as pessoas que estão ali vendo as plantas que se sentassem, por favor, porque eu vou precisar da máxima atenção de todos os senhores e senhoras para explicar o projeto, e inclusive a respeito dessas plantas porque se tiver pessoas na frente não se poderá enxergar o que está ^{na} lá, por favor.

Eu gostaria então de expor o projeto e espero que, pelo diálogo e pelo raciocínio e com alguns poucos poderes de eloquência e diálogo, eu consiga convencê-los de que o projeto que nós enviamos à ~~essa~~ Câmara é o melhor para o bairro e o melhor para a Cidade, pode não ser o melhor, eventualmente, para as pessoas que serão desapropriadas, mas, no entanto, a situação das desapropriações, em São



CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 41 do Proc.
N.º 312 de 1994
Funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C31	1	Norma	Aud.Pública	20.10.94		

Paulo, é muito diferente, hoje em dia, do que aquela que era há 20, 30 anos atrás, quando Prefeito Faria Lima enviou esse projeto à Câmara. Eu conheço pessoas que foram desapropriadas na Avenida Faria Lima e que naquela ocasião perderam o seu apartamento, perderam o seu imóvel, que era o seu patrimônio, porque não tinham recursos para ficar discutindo na Justiça com a Prefeitura sobre qual era o valor exato da desapropriação. Ocorre que depois da Constituição de 1988, a Prefeitura, para entrar na posse do imóvel, não é mais o sistema anterior ~~em~~ em que a Prefeitura depositava o valor venal e já poderia entrar na posse do imóvel, atualmente a Prefeitura precisa depositar em juízo o valor de mercado do imóvel, e o proprietário que queira discutir aquele valor pode levantar 80% desse valor, retira os 80%, vai, aplica os seus 80% na compra de outro imóvel, e nós sabemos muito bem que 80% do valor à vista de um imóvel permite uma boa ~~negociação~~ negociação na compra de outro imóvel equivalente, porque 80%, à vista, do valor de ~~uma~~ imóvel, são raros os negócios que são feitos no mercado imobiliário em que isso seja feito. Agora, com relação ao valor, acontece o seguinte: nós sabemos muito bem que o valor de mercado é aquilo que é definido na relação entre duas pessoas, quem vende e



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 42 do Proc.
N.º 312 de 1999
Funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C31	2	Norma	Aud. Pública	20.10.94		

quem compra, e o valor de mercado é aquele momento em que a pessoa que está vendendo admite o ~~menor~~ ^{menor} valor para o imóvel que está vendendo, e do ponto de vista de quem está comprando é o máximo valor que a pessoa está disposta a dispendar para aquele imóvel, quer dizer, então é uma coisa que depende de duas pessoas e depende do ponto de ruptura na negociação entre as pessoas.

Então, quando esse processo é definido na Justiça, a situação é muito diferente, quer ~~em~~ dizer, não ~~existe~~ essa situação de ruptura: não, é o máximo que eu posso dar, eu junto as minhas economias e vou comprar; ou quem está vendendo, diz: não, o que eu vou poder ~~re~~ receber disso daqui, eu preciso de mais porque senão não ~~posso~~ posso comprar outro imóvel. Quando é na Justiça esse valor é determinado por um perito judicial, ~~em~~ a mando do Juiz, quer dizer, o perito não é o perito da Prefeitura, que atualmente quem define na Justiça, a Prefeitura apresenta o seu laudo, ~~mas~~ mas o Juiz segue o laudo do perito judicial. O perito é um técnico, é um engenheiro, um advogado, especialista em avaliação, ele, diretamente, não está nem pagando, nem vendendo, ele ~~tende~~ tende a ser imparcial, e tende, normalmente, a distribuir um valor acima do valor de mercado, as desapropriações que têm sido feitas em São Paulo, atual



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 43 do Proc.
N.º 312 de 1994
O Funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C31	3	Norma	Aud. Pública	20.10.94		

atualmente, por exemplo, para a Faria Lima, são valores que estão li-
geiramente acima do valor de mercado, quer dizer, então a pessoa que
vai ser desapropriada, a desapropriação, é evidente, é um desconfor-
to para todas as pessoas que têm de sair de seus imóveis, procurar
outro imóvel, evidentemente que é um desconforto, acho que inclusive
a desapropriação ser um pouco acima do valor de mercado compensa es-
se desconforto e esse descaminho, digamos assim, no seu rumo que ti-
nha traçado, construindo uma casa, ~~mas~~ ocupando lá, mas não represen-
ta a tragédia que foi, anos atrás, quando o imóvel ia ser desapropri-
do, por que aí a pessoa estava em palpos de aranha, ~~mas~~ para dizer,
para caracterizar a situação.

Então, ~~mas~~ inicialmente eu gostaria de falar a respeito
do projeto e evidente que eu acho que há muitas informações que os
senhores conhecem muito bem, por viverem diretamente esse problema,
e eventualmente existem aspectos da questão que não sejam do conheci-
mento dos senhores. O projeto do Córrego Água Espraiada existe
desde 1964, quando foi aprovada pela Câmara Municipal uma lei que
foi enviada pelo Prefeito Faria Lima prevendo uma avenida no fundo
do vale, com uma largura da ordem de 60 a 50 metros. Essa avenida,
que não foi executada, ligaria a Marginal do Rio Pinheiros até apro-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 44 do Proc.
L.O. 312 de 19 94
O Funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C31	4	Norma	Aud. Pública	20.10.94		

aproximadamente a altura da Avenida Washington Luiz. Essa lei de 64 não continuava para cima da W. Luiz. O Córrego Água Espraiada é um córrego que tem nascente lá no Jabaquara, tem inclusive o nome de Córrego Jabaquara, quando muda de nome para ser Água Espraiada, quando passa da Washington Luiz para baixo, e depois desagua no Rio Pinheiros. Esse projeto de 64 não foi executado. O Governo do Estado, no final dos anos 60, fez um projeto que era, digamos, extremamente grandioso e que não foi executado, era o projeto do chamado pequeno anel viário, que era a interligação da Marginal do Rio Tietê com a Marginal do Rio Pinheiros, através do Vale do Água Espraiada, depois do Vale do Água Espraiada, cortando a Avenida Armando de Arruda Pereira, cruzando o Parque do Estado, e depois atravessando mais outras áreas de Santo André, São Caetano, até chegar na Marginal do Rio Tietê, através de uma ~~uma~~ série de desapropriações, e seria, pelo projeto do Estado, uma ligação do mesmo porte das marginais do Rio Pinheiros e do Rio Tietê, ou seja, pistas expressas, pistas locais, travessias todas em desnível, em todo esse traçado.

É aproximada, ente, eu vou ~~me~~ mostrar aqui, não, não vai, mas é possível ver aqui, este trecho com bolinhas vermelhas, é o Água Espraiada. Então ele sai da Marginal do Rio Pinheiros, cruza o



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 46 do Proc.
n.º 312 de 1994
O Funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C32	1	ANA	Aud.Pub.	20.10.94		

E o Estado, por ter iniciado essa obra e não ter continuado, veio a agravar a situação do vale, a situação anterior. Ou seja, o vale antes não tinha drenagem, não tinha via de fundo de vale, e passou a ter restos de desapropriação, áreas livres, que foram invadidas; ou seja, veio a causar um problema maior do que o que já existia antes da intervenção do Estado. E esta situação da intervenção do Estado só veio agravando a situação progressivamente da área porque houve progressivamente um aumento do número de favelas e de favelados, aquelas residências que já tinham sido desapropriadas que ficaram de pé, algumas foram invadidas, algumas viraram cortiço, muitas estão ocupadas de diversas formas. Mas o fato é que o Estado interrompeu as desapropriações não completou as desapropriações, inclusive tem indenizações que não foram feitas desde aquela época. E pelo fato de ter sido feitas aquelas desapropriações apenas por um decreto de utilidade pública. E aí gostaria de esclarecer a diferença entre um decreto de utilidade pública e a lei que alinhaamentos. O decreto de utilidade pública pode ser emitido pelo Executivo estadual ou municipal, e visa a desapropriação do imóvel para implantação de equipamentos de interesse social ou vias. Acontece que... (Manifestação fora do microfone) Sim. Isso sim. Eu vou chegar lá. O decreto estadual que previa implantar aquela via que era o pequeno anel viário, é um decreto do início dos anos 70 e caducou. Portanto o Estado não poderia con-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 47 do Proc.
n.º 312 de 1994
O Funcionário

RÓDIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C32	2	ANA	Aud. Pub.	20.10.94		

tinuar fazendo mais desapropriações a menos que emitisse um novo decreto. Como não ia fazer mais avenida, aquilo ficou letra morta, porém aquelas desapropriações que foram iniciadas por aquele decreto tem que chegar a uma conclusão, não pode chegar atrás. E a lei de alinhamento, não precisa que quórum qualificado porque não smexe com zoneamento, ela exige quórum simples, é uma lei que uma vez aprovada define quais são os novos alinhamentos. Define onde é o alinhamento entre o terreno particular e o público. E essa lei não caduca. Ela é de 1968 que continua em vigor hoje; ao contrário do decreto, o decreto de 1970 já caducou. Então, as leis de 64 e a de 68 que foram aprovadas continuam em vigor até hoje. Este decreto de lei prevê a regogação daquelas leis porque pelo novo projeto não teria mais necessidade. Mas elas continuam em vigor apesar de serem de 64 e 88. Agora, o projeto de utilidade pública do Estado já caducou. Muito bom, o Estado depois de ter abandonado a idéia de implantar o chamado pequeno anel viário, ficou com uma indefinição com relação à situação do anel. E a questão de circulação em São Paulo se agravou muito, desde quando essas obras foram iniciadas. As marginais do Rio Pinheiros e Tietê passaram a ter uma tremenda quantidade de veículos em circulação, muitas vezes essa circulação é de pessoas que dentro da Cidade usam as marginais, não é só trafico de passagem entre as rodovias. Mas o fato é que com essa situação e com a abertura da rodovia dos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 48 do Proc. Nº 3102 do 19 28
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C32	3	ANA	Aud.Pub.	20.10.94		

Imigrantes, que está aqui, algumas vias desta região se tornaram extremamente sobrecarregadas, como é o caso da Av. Bandeirantes, particularmente — esta via que passa acima do Aeroporto e faz a ligação da marginal do Rio Pinheiros com a Rodovia dos Imigrantes, e agora com o mini anel viário vai fazer com a Anchieta. Mas mesmo assim muitos caminhões que vêm da rodovia, que vem do Sul ou do interior, pegam a Av. Bandeirantes — quem conhece vê a quantidade enorme de caminhões que passa por lá — pega a ~~Rodovia~~ Rodovia dos Imigrantes e depois mais ou menos nesta altura passa para a Anchieta. O destino final dos caminhões não é a Rodovia dos Imigrantes, mas é a Anchieta, mas eles usam este caminho para chegar lá. Atualmente muitos caminhões usam o caminho da marginal do Tietê através deste caminho vem pegar a Imigrantes, ou a Anchieta aqui pela Marginal do Rio Tietê. Pelo fato de o Estado não ter feito essa obra, em mais ou menos 1985, 1986, houve uma deliberação dos órgãos de planejamento de transporte do estado no seguinte sentido: definir alternativas para aquele chamado pequeno anel viário. E uma alternativa foi o chamado anel viário metropolitano que esta via que vem pelo Cordeiro, Cupecê, passa por Diadema, depois vai para Santo André e vai sair na Av. Aricanduva. Acontece que esse anel viário metropolitano, para quem conhece a Av. Cordeiro-Cupecê, em nada se assemelha às marginais. Quer dizer, é uma avenida, onde tem ônibus, tem comércio,.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 49 do Proc.
n.º 312 de 1944
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C32	4	ANA	Aut. Pub.	20.10.94		

mas não é marginal. Aquilo lá é uma avenida, tem de tudo. Imagine desembocar toda a marginal naquela avenida, não comporta. Então, chama anel viário metropolitano, mas não é pequeno anel, é uma outra coisa; chamar de anel é uma força de expressão é uma imagem, mas na realidade não é interligação da marginal do Rio Pinheiros e Rio Tietê. A Av. Bandeirantes está com sua capacidade saturada. Ela tem um movimento tremendo e enorme, e através de obras que o Município está fazendo dentro do seu território, está sendo completado esse chamado mini anel que visa interligar a Marginal do Rio Pinheiros com a do Tietê, dentro do Município de São Paulo. São obras caras que estão sendo feitas. Começaram na Gestão do Janio Quadros, depois prosseguidas, estão sendo inauguradas agora, mas visam interligar com a antiga Av. Tatuapé para chegar na Marginal do Rio Tietê. Porém nenhuma dessas duas vias tem capacidade de carga, de caminhões. O fluxo que vai das rodovias — Raposo Tavares, Régis Bitencourt, Anhanguera, Bandeirantes — para chegar até Imigrantes, Anchieta. São vias que atualmente atendem a essa função mas realmente estão saturadas em termos de capacidade de carga. Existe um projeto do estado também, mas que também é de longa distância, que é a chamada via perimetral. Ela sim seria a solução para o tráfego de passagem de caminhões que se destinam entre as várias rodovias. Essa via perimetral passa muito mais longe, cruza por fora das represas, e



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 50 do Proc.
N.º 312 de 1994
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
032	5	ANA	Aud. Pub.	20.10.94		

essa sim atenderia o tráfego definitivo de caminhões. Só que é uma obra que não existe previsão próxima de início, ^{nem} de conclusão. Então é uma obra que ainda vai longe, mas seria a obra que faria a interligação entre as rodovias. Em 1975 o Estado recomendou que o Estado transferisse para a Prefeitura aqueles imóveis que forma desapropriados no início dos anos 70, para que a Prefeitura executasse a Avenida. E a Prefeitura então na Gestão Jânio Quadros começou a fazer estudos para implantação dessa avenida, fez a licitação da obra, fez o projeto e mandou para Câmara. O projeto de lei foi aprovado em 1978, e basicamente é uma lei que mantinha os mesmos alinhamentos de 1964, apenas estendendo, porque como o projeto da lei de 64, só chegava até a Washington Luis, a lei de 88 avançou até a George Corbúsier. Mas também não avançou mais. Não chegava até a cabeceira do córrego Jabaquara, morria na altura da George Corbúsier. Essa obra foi iniciada na Gestão Jânio Quadros, foi feita uma licitação, a vencedora foi a Construtora Mendes Junior, foi iniciada a construção da drenagem, os canais — para quem se lembra nos anos 88 e 89 essa obra foi iniciada — quer dizer fazer o canal do córrego Água Espraiada neste trecho inicial, foram feitas algumas frentes de trabalho porque tinha muito favelado. Mas depois na Administração passada a obra foi interrompida por diversas razões, e não foi retomada naquela ocasião. Essa obra que foi



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 51 do Proc.
n.º 312 de 1994
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C33	1	ANA	Aud. Pub.	20.10.94		

iniciada previa além da drenagem, uma via com duas pistas de cada lado do canal, fazendo essa ligação até a Washinton Luiz. NA Administração passada nós desenvolvemos um projeto que era a chamada operação urbana Água Espreada, que foi enviado à Câmara, não foi aprovado, infelizmente. E previa o seguinte: nós tínhamos concebido uma via com uma característica local interligando desde a marginal do Rio Pinheiros até a George Corbusier, e fazendo uma Bifurcação na altura da George Corbusier, atingindo a região do Jabaquara pela própria George Corbusier e do lado oposto fazendo um binário para chegar até a Cordeiro-Cupeçê. Esse projeto, encaminhado previa a operação urbana, previa um mecanismo pelo qual as pessoas interessadas em investir na área pagariam à Prefeitura o referente ao direito de construir a mais do que o zoneamento permite. É um projeto bastante grande, complexo, mas exemplo do tipo de projeto onde uma grande obra pública que vai beneficiar um bairro pode ser executada com recursos vindos do próprio bairro. Por que o que acontece? Essa região possui um enorme potencial de valorização. É uma região que sai da Marginal do Rio Pinheiros passa pela Bertini, que se modificou totalmente nos anos 70 e 80; passa pela Santo Amaro, pela Vereador José Diniz, por uma área que é extremamente valorizada, menos na favela, no não córrego canalizado, menos do sistema viário que não existe. Quer dizer então que o que impede essa região de se valorizar é o fato de que



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 52 do Proc.
n.º 312 de 19 94
O Funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C33	2	ANA	Aud. Pub.	20.10.94		

existe a drenagem, a favela que está ali no meio, muito mal localizada e não existe um sistema viário. Então, esse projeto foi concebido com a seguinte idéia: primeiro, tirar o máximo possível de potencial de valorização, valorizando a área da Washinton Luiz até a Marginal do Rio Pinheiros e aproveitar que na região da Washinton Luiz até o alto do Jabaquara, na Armando de Arruda Pereira, existe uma diferença grande no que diz respeito à topografia e às características do local. Essa região é mais possível de fazer a relocação dos moradores das favelas que estão atualmente na região. Esses moradores seriam relocados para o próprio vale, para esta região que aqui está. Aqui tem vários terrenos que teriam que ser comprados, desapropriados para fazer a construção. O que estávamos prevendo são pequenos prédios para colocar, para serem não distribuídos gratuitamente — não é essa a idéia — a idéia é que os favelados que têm capacidade de contribuir de alguma forma para aquisição da moradia fossem relocados nessa região. Evidente que no processo de relocação, não é todo mundo que vai. O favelado que está irregularmente, que sabemos muitas vezes dentro da favela existem as pessoas que são trabalhadoras e trabalham de faxineira, de porteiro, nos serviços da região. Essas pessoas devem ficar na região. Deve-se fazer o possível para que essas pessoas não tenham sua vida desestruturada. Se você pega uma família que mora numa favela por devido à situação financeira do país,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 53 do Proc.
ANEXO 3/12 de 1994
O Funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C33	3	ANA	Aud. Pub.	20.10.94		

você desloca essas família para Itaquera. Eles passam a precisar de duas, quatro condições para ir e voltar do trabalho, passam a levar um tempo enorme para fazer esse deslocamento, desorganiza a vida da pessoa, da família. Então, as pessoas que trabalham na região deveriam ter todas as condições de facilidade de relocação dessa região para esta que estamos falando, onde seriam construídos pequenos prédios, que não seriam doados. Nossa visão é totalmente contrária a doação de casa para as pessoas, as pessoas teriam de contribuir a longo prazo, mas teriam que contribuir para a aquisição das moradams. Acontece que esse projeto que previa a valorização dessa área e a realização dessa avenida não foi aprovado pela Câmara Municipal. A atual administração retirou o projeto para exame e mudou o enfoque da questão da avenida. Nós tínhamos sido derrotados em nossa opinião. Inclusive enfrentamos oposição, mesmo na Administração passada no que diz respeito ao caráter da via. Havia muitas pessoas, técnicos de diversos órgãos que consideravam que a via tinha que chegar até a Rodovia dos Imigrantes. E nós defendemos a idéia de que não deveria chegar até lá. Porém houve uma decisão da parte da Prefeitura no sentido de implantar a via expressa ligando a marginal do Rio Pinheiros até a rodovia dos Imigrantes. O nosso principal ponto de discordância que havia anteriormente é que esta obra é uma obra bastante cara e que a Prefeitura na oca-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 54 do Proc.
No 0312 de 1994
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C33	4	ANA	Aud. Pub.	20.10.94		

sião não iria dispor de recursos para executar essa obra. ~~Entretanto,~~

~~a atual administração reservou os recursos para ter inclusive a obra~~

~~para executar a...~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 55 do Proc.
N.º 312 de 1994
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C34	1	emira	meio amb.	20.10.94		

No entanto a atual administração encontrou os caminhos para ter financiamento para executar a parte de drenagem e por outro lado essa obra está visto que a ligação viária da Marginal Pinheiros até a Imigrantes é uma obra necessária. Do ponto de vista da cidade é necessária, extrapola os limites da capacidade de investimento ou de pagamento dessa obra com recursos dessa região. Portanto, é uma obra que para ser executada depende de recursos de todo o orçamento da prefeitura. Foram feitas análises pela Cia de Engenharia de Tráfego a respeito dos benefícios causado pela implantação da via expressa ligando a Marginal do Rio Pinheiros até a Imigrantes, e as conclusões a que se chegou foram as seguintes: a abertura dessa via expressa vai causar um reflexo positivo, de redução do número de veículos em circulação, na Av. Bandeirantes, que atualmente é totalmente saturada. Abrindo essa via, há um alívio na Cordeiro Cupecê, há um alívio considerável na Marginal do Rio Tietê que é um tráfego que passaria a se dirigir através da Marginal do Rio Pinheiros até a Imigrantes. Portanto, é uma obra que vai trazer um benefício para a cidade como um todo, e não especificamente para essa região. No entanto, consideramos que essa via expressa colocada nessa posição se for executada pela forma tradicional para a abertura de vias de fundo de vale em São Paulo vai causar um impacto negativo ambiental na região. Vou explicar melhor. Não sei se os senhores conhecem a Av. Aricanduva... Conhecem a Av. do Estado? Esses dois exemplos constituem exemplos de vias construídas no fundo de vale que causam um reflexo negativo pela região por onde passa. A Av. do Estado a pessoa que passa por lá quer sair o mais rápido possível, porque



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 56 do Proc.
L.O. 312 de 1991
O Funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C34	2	emira	meio amb,	20.10.94		

ela é absolutamente horrível. Tem o canal de concreto, depois tem as pistas, depois os postes, é um ambiente onde ninguém se sente bem. Não dá para sentir-se bem. Então, é evidente que ~~qual~~ ninguém quer morar de frente para Av. do Estado, ninguém vai abrir uma loja ou um restaurante de frente para a Av. do Estado, porque é absolutamente horrível. Mesmo a Av. Aricanduva que é uma obra feita há algum tempo atrás pela prefeitura repete exatamente a mesma coisa, tem canal, pista pista local, não tem uma árvore, nada, é um ambiente absolutamente insuportável para as pessoas. Funciona para o tráfego, mas é absolutamente desagradável. Então, procuramos encontrar uma fórmula de fazer com que essa via que é importante para a cidade não viesse prejudicar a cidade, não viesse prejudicar essa área, e permitisse ao contrário, valorizar a região. Está aí a razão pela qual optamos por adotar por um traçado e uma forma de implantação da avenida semelhante ao que tinha sido feito pelo Estado, porém com outro espírito. Um projeto de pequeno anel, porém com outro espírito. Procuramos fazer uma via mantendo o canal e as pistas centrais próximas ao canal, ampliamos a área da faixa que fica entre a pista expressa e a pista local para que essa faixa possa ser uma avenida arborizada, ajardinada com taludes protegendo a via expressa, de tal forma que haja uma redução da visibilidade e da audibilidade dos carros que passam por lá, e fazer uma avenida bonita. Não existe maneira de fazer uma avenida bonita se não houver espaço para ter arborização e ajardinamento. Fizemos alguns exemplos do que que isso representaria, mas vocês conhecem a Av. Afonso Discregnholi Taunay, que é a continuação da Av. dos Bandeirantes,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha nº 57 do Proc.
Nº 312 de 1994
O Funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
034	3	emira	meio emb,	20.10.94		

aquele trecho bonito, que tem jardins dos lados, tem aquele talude e tem espaço. É uma área aonde existe um desafogo na circulação. A K Os senhores conhecem a Av. Sto. Amaro. É um absoluto desastre em termos de ambiente, porque tem um tráfego pesado, calçadas estreitas e aquele movimento intenso ao lado das casas, ao lado dos prédios. Aquela mesma avenida com aquele mesmo movimento, se tivesse espaço seria outra coisa, porque teria movimento mas teria uma barreira vegetal, ou tem uma calçada larga, onde se afasta do excesso de tráfego. Portanto, a única maneira de preservar o bairro e preservar o ambiente próprio e a sua atratibilidade para que alguém queira construir prédio e queira morar de frente para a avenida, ou fazer escritório é ter espaço para ter áreas verdes, inclusive porque essa região que atravessa desde a Berrine, até chegar na Jabaquara tem uma absoluta carência de áreas verdes. Não tem praça, tem pouquíssimos espaços verdes e o que tem é só rua sem espaços verdes. Então, a idéia é justamente criar uma espécie de um pulmão em volta da avenida para evitar que essa avenida venha prejudicar o bairro. Para isso é necessário que criar uma faixa maior de desapropriação. Realmente é daí a razão do fato de termos uma via projetada com uma largura superior àquilo que seria o estritamente necessário para implantar as ruas. Em São Paulo, uma coisa curiosa que vemos é que os sucessivos prefeitos quando inauguraram essas obras, foram taxados de loucos, de visionários, de malucos. Isso ocorreu com Prestes Maia quando ele abriu o túnel da 9 de Julho. "Esse prefeito está doído, está maluco" e hoje a gente sabe que o Túnel da 9 de Julho é um ponto de estrangulamento. A mesma coisa com relação à Av. 23 de Maio,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 58 do Proc.
N.º 312 de 1994
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C35	1	emira	meio amb.	20.10.94		

quando a Faria Lima aumentou o projeto de Prestes Maia, "isto aqui é uma loucura, ninguém vai ocupar este espaço". E hoje a Av. 23 de Maio está absolutamente saturada e ocupa todas as faixas que estão lá. De maneira que a nossa preocupação, ao criar esse projeto, é que ele venha a valorizar o bairro e não o prejudicá-lo. Sabemos que se for implantado sem esse projeto de lei a via que está sendo executada — isso é um esclarecimento — está dentro da faixa da lei de 88, onde cabe estritamente pista e canal. Não está para fora. Se for implantada apenas aquela via, o bairro como um todo vai ter uma Av. do Estado, com caminhões, e sem nenhuma proteção. Poderemos fazer um projeto como este ou o bairro vai ter uma Av. do Estado passando pelo fundo de vale. É esta a opção. E gostaria de deixar claro que a alternativa de fazer um projeto com essas características é fazer uma av. do Estado. Uma outra coisa que gostaria de salientar, que é importante, já falei do sistema viário e do ~~projet~~ problema das favelas. O outro problema é que existe um sério problema de drenagem nessa região que é o seguinte: o Córrego Águas Espraiadas é afluente do Rio Pinheiros, mas não é afluente do Rio Pinheiros nessa posição. O Córrego Águas Espraiadas atinge o Rio Pinheiros ~~at~~ neste trecho e ~~conduzindo~~ este trecho desde esta curva onde está a Estação Elevatória da Traição o leito do Rio Pinheiros ~~x~~ foi elevado para permitir a reversão das águas para trazer a água ~~de~~ para o reservatório da Billings, onde a geração de energia elétrica na Usina Henry. Esse sistema que apesar de se combatido pelas entidades ambientalistas, é um sistema que não pode ser sumariamente revogado porque já está implantado há



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 59 do Proc.
N.º 312 de 1994
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
035	2	emira	meio amb,	20.10.94		

muitos anos e muitas coisas funcionam coligado a esse sistema da reversão. Então, quando há um período de secas e não existe essa reversão as fábricas instaladas em Cubatão têm sérios problemas com a salinidade da água porque falta a água que estaria chegando aqui. Então, esse problema está sendo minimizado na quantidade de água, com esgoto, que é jogado dentro da represa, não pode ser totalmente evitado. A situação atual é que existe uma usina elevatória e esse trecho do rio tem o seu fluxo invertido. Não é só esse, mas em todo o caso daqui para diante é que existe a usina elevatória. Portanto o Córrego Cordeiro Cupecê o Córrego Águas Espraiadas e o Córrego da Traição, na Av. Bandeirantes, não desembocam diretamente na Av. Bandeirantes, mas num canal que existe aqui, que era um canal a céu aberto, e que hoje está enterrado, que é o da Av. Berrini, e que era o antigo dreno do Brooklin. Esse canal já está absolutamente saturado. Quando foi feita a sua canalização quando se executa a canalização, este é um aspecto importante salientar, em concreto, a água que chega no canal de concreto tem rapidamente vazamento e chega mais adiante. A velocidade do percurso da água é muito rápida. Isso faz com que os problemas de enchente nas áreas mais baixas sejam grandes. Ou seja, quando se executa um canal em concreto há uma tendência a haver enchentes nas áreas onde esses canais desembocam. Realmente esses canais sendo executados, e já foram executados o da Cordeiro Cupecê, o da Traição, e agora seria a vez do Águas Espraiadas, iria agravar tremendamente o problema do triângulo do Brooklin a tal ponto que exigiria, antes de fazer a obra de drenagem, que já fosse executada a duplicação do dreno do Brooklin. Acontece que es-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 60 do Proc. n.º 312 de 1994
O Funcionário

RÓDZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
035	3	emira	meio amb.	20.10.94		

sa duplicação é extremamente cara. Só essa obra importa em 80 milhões de dólares, sem falar na complicação de abrir essa região para fazer um canal enterrado. Desenvolvemos um projeto, para que foi consolidado, e a coisa está mais configurada, e é uma filosofia que está presente no planejamento em Curitiba, e existe algo semelhante em Campinas, em que todo o córrego deve ter o direito de extravasar, porque o córrego funciona digamos ele tem um regime normal quando não tem fundo, agora quando tem excesso de chuva precisaria ter um canal muito grande para poder absorver toda a água que cai numa chuva repentina. Então, é importante criar na cidade áreas onde o córrego possa extravasar sem invadir casas. O erro é construir casas ao lado dos córregos imediatamente sem ter um espaço onde o córrego possa extravasar. Então, por exemplo em Campinas existe uma avenida caminho para Mogi Mirim, Mogi Guaçu, quem conhece sabe qual, e existe um canal que corre dentro de uma área verde, e ali é uma baixada e quando tem uma enxurrada invade toda uma área que tem grandes quadras esportivas e tudo o mais, e quando vem a enxurrada, ali alaga. Quando acaba, o leito volta, e aquela área que estava alagada volta a ser campo de futebol. Mas não tem casas, e o problema das enchentes é quando entra dentro das casas, ou das lojas. Então, é absolutamente lógico que um canal tenha para onde extravasar e que junto do canal não tenha casas. Quando muito tem sistema viário, e tem campo de futebol, mas que não tenha casas. Então, no nosso projeto criamos elementos para retardar a velocidade da água. E tínhamos uma idéia de criar lagoas de retenção, de tal forma que a água da enxurrada possa ficar retida durante algum tempo regularizando o curso da água



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 312 do Proc. L.º 312 de 1994

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C35	4	emira	meio amb.	20.10.94		

e depois passado o toró a água continua vasando normalmente sem criar alagamento nas áreas vizinhas. Mas, para criar esse sistema é preciso espaço. E somando necessidade de espaço para separar as casas da pista expressa, espaço para o córrego poder transbordar, e espaço para criar áreas verdes e livres, servindo como um pulmão para o bairro, é que houve um alargamento na parte da desapropriação exatamente para criar essas lagoas e esses locais exatamente nas áreas que hoje são as mais desvalorizadas. As áreas mais desvalorizadas ~~são~~
~~tãoche toda não as que estão muito próximas ao córrego, portanto não~~
~~estão da favela, portanto próximos dos problemas que existem no baio~~
~~no Toca favela, até a Washington Lima, onde existe esse alargamento,~~
~~principalmente também.~~



CAMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 62 do Proc.
PAULO 312 de 19 94
O Funcionário [assinatura]

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C36	1	Raimundo	Com.Pol.Urb.	20-10		

... desse trecho todo são as áreas que estão muito próximas do córrego, portanto, próximas da favela - portanto, próximas dos problemas que existem no bairro. Então, essa faixa até a Washington Luiz, onde existia esse alagamento, coincide também com a faixa aonde uma boa parte da área já está desapropriada ou já tem processo de desapropriação iniciada pelo Estado. Portanto, é uma área onde o custo ~~de~~ dessa desapropriação vai ser sensivelmente menor. Então, veja, uma expressão que tenho usado e que já, mesmo conversando com outra ~~em~~ pessoa, antes de ter conversado, falou a mesma coisa, não é possível fazer um omelete sem quebrar os ovos, quer dizer, nesse caso para que essa área possa ter uma valorização a nossa posição é que é absolutamente necessário que a avenida tenha um espaço maior e que, portanto, seja necessário, é necessário, criar essa faixa através das desapropriações, não tem outra solução. Agora, realmente, a situação das desapropriações e nós sabemos que muitos proprietários, tenho tido contato ultimamente com muitas pessoas que têm vindo me procurar, a gente tem esclarecido o que tem ocorrido, muitas pessoas que têm imóveis lá não moram mais lá, as casas estão alugadas. Para quem tem um imóvel alugado nessa região, é a Prefeitura só vai entrar na posse depois de depositar, em Juízo, o valor de mercado. E quem estiver morando no imóvel continua



CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 63 do Proc.
ANO 1994 de 19 312
O Funcionário _____

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
c36	2	Raimundo	Com. Pol.Urb.	20-10		

até a hora da Prefeitura, efetivamente, entrar na posse. Quer dizer, então, a pessoa que tem o seu imóvel, o proprietário que não mora lá continha recebendo o seu aluguel até a hora da desapropriação e recebe a desapropriação. Agora, efetivamente, uma cidade do porte da Cidade de São Paulo, com os milhões de habitantes que tem a Cidade de São paulo, com o fluxo viário ~~x~~ que existe em São Paulo, que a gente vê nas Marginais, na Av. Bandeirante, vê nas avenidas e estradas que chegam e saem de São Paulo, ela precisa de soluções no mesmo porte, quer dizer, no mesmo nível. E nesse caso, realmente, é uma avenida que deve ser de grande capacidade e que, digamos, comporta uma solução também voltada para criar uma solução que realmente não prejudique o bairro. Nós vemos, por exemplo, que eessa solução de criar um espaço verde entre uma pista de trânsito e o ~~exit~~...

A SRA. ~~TEREZA LAJOLO~~ — Nós estamos com um problema, às 15h temos o início do Plenário e tem gente ainda para falar e o pessoal para fazer pergunta, então dá uma...

O SR. _____ — Tudo bem, já estou no fim, porque o essencial já transmitir, só quero registrar o seguinte: em muitas estradas que cruzam cidades na europa existem, exatamente, ~~em~~ em volta da estrada, elementos de ~~para~~ proteção sonora para evitar que



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 64 do Proc. Nº 312 de 1944
O Funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
c36	3	Raimundo I	Com. Pol. Urb.	20-10		

aquela estrada que passa dentro da Cidade prejudique a Cidade. Nós não queremos que aqui ocorra o que aconteceu no minhocão ou em outras avenidas ou como a X Av. Santo Amaro, ou seja, aonde o tráfego e o excesso de veículos vai causar um prejuízo para o bairro, nós queremos, pelo contrário, que ~~h~~ haja uma valorização para o bairro. Agora, não é possível fazer essa valorização se não houver o espaço. Então, por isso a razão da avenida ter esse porte.

~~Muito~~ Muito obrigado e estou à disposição para qualquer pergunta.

A SRA. TEREZA LAJOLO - Temos várias pessoas que querem ~~x~~ fazer perguntas e existe uma manifestação também aqui já por escrito do Núcleo de Defesa dos Moradores de Água Espraiada, quem faz parte ? Que já enviou, inclusive, um documento aqui para a Comissão. E teríamos a Vereadora também para falar a respeito da situação. ~~xxx~~

A SRA. ALDAÍZA SPOSTATI - Podia pedir para alguém do Núcleo falar aqui e tem também um pedido de inscrição do Movimento de Moradia, em nome daqueles moradores de favelas e tal. Então, não sei se alguém do Núcleo podia...

A SRA. TEREZA LAJOLO - Agora, tem muita gente querendo fazer perguntas, acho também que a gente precisa abrir um espaço, num



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 65 do Proc.
N.º 372 de 1994
O Funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
U36	4	Raimundo	Com. Pol. Urbana	20-10		

dado momento. Então, se pronuncia o Núcleo de Defesa dos Moradores e depois nós abrimos para perguntas e falas aqui, tudo bem ? Quem vai falar.

O SR. RICARDO LADEIRA - Sou morador na Bernardino de Campos, sou médico do Hospital Servidor Público Estadual e do Hospital Samaritano. Acontece o seguinte: essa denominação que nós encontramos para o Núcleo de Defesa dos Moradores de Água Espraiada é justamente, ~~ag~~ até agora, um nome fantasia, porque na verdade, nós fomos pegos, assim, de maneira bastante muito pouco correta, há 30 dias, quando um projeto dessa magnitude caiu nas nossas cabeças. Nós fomos convocados de maneira completamente sem muito propósito, através de um jornal do bairro, a Gazeta de Santo Amaro, quando entramos em contato com esse projeto. E nós tivemos praticamente os últimos 25 dias para nos mobilizar e havia por ~~x~~ parte da grande maioria da população que mora na região de Água Espraiada completa desinformação, tanto que ninguém sabia se aquele projeto era de 64, 88, de 92 e qualquer... E houve, acredito que hoje, até uma vitória para todos nós, a ~~gã~~ gente vê um plenário totalmente lotado, já que tivemos praticamente possibilidade de nos mobilizarmos há 10 dias. Eu acho que ~~x~~ ainda é um pouco prematuro a gente conseguir tirar uma proposta e isso aí acredito



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 66 do Proc.
N.º 312 de 1994
O Funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
c36	5	Raimundo	Com. Pol.Urb.	20-6		

dito que é um dos expedientes da Prefeitura, da gente tirar uma proposta comunitária. Acho que esta Audiência Pública visa basicamente a gente criar mecanismos de defesa, pena que exista, talvez, algumas imposições de ordem legal no que concerne existir uma entidade civil, pelo menos estabelecida há tanto tempo, pelo menos há um ano.

E A SRA. TEREZA LAJOLO - Depois a gente fala sobre isso.

O SR. RICARDO LADEIRA - Eu sei que existe uma Associação de Moradores do Brooklin Velho e entrei praticamente em contato com ela, apesar que sei que existe já algum tempo, desconheço completamente a idade dela, mas tivemos contato com ela exclusivamente há 30 dias atrás e o segundo contato não foi para ~~ix~~ nos informar a respeito desta Audiência Pública e muito menos para um esclarecimento, por escrito, de todo um projeto que, queira ou não queira, ela implica na desapropriação de uma série de propriedades; nós não estamos lá praticamente há um ano, 2 anos, têm pessoas vivendo há 40, 50 anos, com uma vida completamente estabelecida. Concorde (?) com a preocupação do Poder ~~ix~~ Executivo de oferecer oportunidade de estabelecimento para as pessoas que moram, são favelados, são humildes que moram na região de Água Espraiada, mas nos privar da possibilidade



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 67 do Proc.
N.º 312 de 19 94
O Funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
c37	1	Raimundo Com. Pol. Urba.		20-6		

de continuarmos vivendo no mesmo bairro é um absurdo. Acho que uma coisa não invalida a outra. Mas é um absurdo a gente acabar sendo deslocado por um projeto que, se a gente considerasse que, acredito que do ponto de vista viário, ele é brilhante, não tenho dúvida, mas numa cidade onde temos tantas outras necessidades, tenho certeza absoluta que esse projeto nunca seria proposto por um médico, muito menos por um professor. (Palmas)

~~Exatamente como de todas as coisas~~ Quer dizer, as necessidades do ponto de vista viário são evidentes, mas eu acho que acima de tudo existe todo um processo de preservação do nosso bairro e querira ou não querira, apesar de toda aparente intranquilidade pela presença da favela, sempre foi um bairro extremamente pacato e bom de se viver e nós ~~já~~ não temos aí pretensão nenhuma de fazer uma ligação Imigrantes-Marginal. Eu acho que o caráter residencial do bairro deve ser preservado. (Palmas) Acho que o projeto atual se não atende a todos os ~~questos~~ quesitos viários da cidade, mas tenho certeza absoluta, contribui e muito, do ponto de vista social, para as outras necessidades, que, com certeza, esse projeto tira verba. Eu sei que fazer omelete sem quebrar os ovos é impossível, mas só quando a gente tem um belo de um galinheiro e nós não temos isso, a Cidade é pobre, ri-



CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 68 do Proc.
N.º 312 de 1994
O Funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
c37	2	Raimundo	Com. PolUrb.	20-6-94		

ca, mas, infelizmente muito carente de uma série de outras coisas. Então, essa é a nossa posição, é um grupo pequeno e gostaria que todos, depois desta reunião, a gente pudesse se reunir e criar algum mecanismo de defesa, porque os interesses são bem comuns, não ao projeto novo, sim ao projeto atual, que atende claramente ao interesse de todos nós que vivemos na região. Ninguém mais é desapropriado, cada um continua no seu bairro. Tenho certeza absoluta que existem alternativas com impacto ambiental muito menor para esse projeto atual, o novo não. (palmas)

A SRA. TEREZA LAJOLO - O projeto atual que o pessoal fala é o projeto de 88, está certo, ~~não~~ então, não é o que está aqui. Façamos uma correção, é o projeto de 88 e não o projeto atual. Atual é o que está aqui agora para a gente fazer.

Agora, uma outra coisa que queria dizer, os projetos quando chega para 'nós, é bom que vocês saibam, também caem sobre nos ~~nas~~ cabeças, tá, assim como caem nas de vocês caem nas nossas, aparece o ~~x~~ projeto na Câmara. Nós não estamos sabendo que o Executivo está discutindo este projeto, ele aparece na Câmara, aí atingem áreas que normalmente não tem organização da população, não tem nada. Então, qual é o meio da Câmara? É comunicar, publicar que existe um



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 69 do Proc.
N.º 312 de 19 94
O Funcionário [assinatura]

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
c37	3	Raimundo	Com. Política Urb.	20-10		

um projeto, porque senão vamos ter que ir lá e bater nas portas de cada um de vocês. Nós não temos como nos comunicar com vocês a não ser através dos jornais, por isso que, por lei, somos obrigados a publicar que vai ter uma audiência pública sobre tal projeto, porque no passado, na época de Jânio, Faria Lima, não tinha nem Audiência Pública, passava o projeto e vocês nem sabiam que tinha caído um meteoro ~~na~~ na cabeça de vocês, certo. Aí vocês ficava sabendo na hora que o meteoro estava lá caindo. Só quero dizer o seguinte, vejam, nós poderemos corrigir enquanto Câmara, mas ainda bem que caiu na cabeça nossa também e ainda bem que publicamos alguma coisa e estamos fazendo.

Segundo, ainda bem que vocês estão podendo, nesta reunião, se conhecerem e vamos, ao invés de ~~existir~~ se criar disputas, até entre nós, sobre qual é a entidade, nos ~~reunir~~ reunir todos, ~~formar~~ formem uma opinião comum, inclusive ~~troquem~~ troquem experiências, tem outros ~~movimentos~~ movimentos, como o pessoal da Faria Lima e toca um movimento unificado - com entidades historicamente estabelecidas e entidades não - junta todo mundo e se transformem coletivamente num Núcleo de defesa das idéias de vocês. Está legal? E nesse bojo, se existe uma entidade já constituída, esta entidade pede a audiência pública em



CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 70 do Proc.
N.º 312 de 1924
O Funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSAO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
c37	4	Raimundo	Com. Pol. Urba.	20-10		

nome de todos. Acho que o papel agora é juntarmos todas as forças, vocês estão se conhecendo, juntem-se todos e se organizem para desenvolver uma discussão maior.

JOSE MENTOR

O SR. ~~CEZAR LOPES~~ - Quero levantar o seguinte: esta

aqui é a primeira audiência pública sobre este projeto e nós vamos realizar duas na Comissão de Política Urbana. Mas nós também acabamos de ver que o Executivo para expor sucintamente o projeto gastou quase uma hora, dada a ~~magnitude~~ magnitude e importância do projeto. E evidentemente que 10 minutos numa audiência pública para a população falar é muito pouco. Porém, gastar hoje a primeira oportunidade que temos numa audiência, encerrando a primeira ~~hoje~~ hoje é perdermos a oportunidade de continuar ~~na~~ a audiência ouvindo a população. Então, a minha questão de ordem é no seguinte ~~em~~ sentido: como nós temos a ordem regimental de suspendermos a presente sessão porque o Plenário irá dar início aos seus trabalhos, que a presente audiência pública fosse suspensa, hoje, para dar continuidade a ela, primeira audiência pública, num outro dia a ser designado pela Comissão de Política Urbana. Nesse dia que daremos continuidade a ela, aqui ou em outro local que a Comissão deseje, iríamos debater junto com o Executivo e ouvirmos a opinião pública e aí sim os moradores de loteamentos que



CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 71 do Proc.
N.º 312 de 1994
O Funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSAO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
c38	1	Raimundo	Com. Pol.Urb.	20-10		

estão aqui, moradores em favelas que estão aqui, moradores do setor médico que estão aqui, prédios etc. vão ter cada um deles a oportunidade de ~~se~~ conhecerem melhor, de conhecer uns ~~aos~~ aos outros, tirar suas dúvidas, com tempo suficiente para todo mundo falar, se conhecer e juntar suas forças para o embate que vai ser grande, que vem pela frente. A minha proposta é suspender esta audiência e marcar outro dia, mesmo que em outro local, para continuar a sua ~~reali-~~ realização. (Palmas)

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI - Diante dessa proposta, fizemos aqui uma consulta e isso é plenamente possível e já ~~se~~ discutimos uma proposta de continuação, ou seja, esta primeira audiência pública fica suspensa a partir das 15h ~~da~~ do dia de hoje e ela teria continuidade no dia 26, quarta-feira próxima às 19h30, na Igreja de Moema, na Praça Nossa Senhora Aparecida. Já há possibilidade de realização no local, nós consultamos aqui, a Igreja ofereceu para receber. Vamos pedir a ajuda de vocês, ver se alguém tem gravador e fitas para também registrarmos essa audiência.

Pessoal, por uma questão de um projeto que talvez a votação de terça-feira avance até a quarta-feira, então, é margem de segurança, por favor, marcarmos não para quarta-feira, dia 26, mas



CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 72 do Proc.
N.º 312 de 1994
O Funcionário 10

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
c38	2	Raimundo	Com. SPol.Ur	20-10		

na quinta-feira, dia 27, às 19h30, na Igreja de Moema. Então, estão avisados. Por favor, dupliquem este aviso. Se a ~~imprensa~~ imprensa que estiver presente aqui puder também avisar seria muito bom, eu vi aqui o Diario ~~R~~ Popular, e ~~e~~ o Jornal de Bairro de Santo Amaro e ~~mas~~ vamos nos prepararmos para a continuidade desta audiência no dia 27, quinta-feira da próxima semana, às 19h30, na igreja de Moema, na Praça Nossa Senhora Aparecida. Creio que o Executivo estará presente também com a infra-estrutura para a gente poder discutir. ~~coment~~

E mais, pediríamos também, dada a precariedade de condições do Legislativo, que a organização local da igreja, também as pessoas pudessem estar providenciando ~~micro~~ microfones, ~~e~~ um gravador e fitas para poder gravar. Tudo bem, podemos estar assim acertados ?

A SRA. TEREZA LAJOLO - Ele quer falar.

ERHARDT

~~XX~~ O SR. LUIZ ANTONIO ~~VERE~~ - Eu presido há 5

anos a Associação dos Proprietários ou Titulares de Direito Real ao longo do Córrego Água Espreada. A nossa Associação já é uma associação civil pública, totalmente constituída, e eu gostaria de deixar a todos o meu telefone - 530-1811, onde estaria à disposição ~~para~~ ~~para~~ de vocês. Quanto a parte de microfones e auto-falantes a asso-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 73 do Proc.
N.º 312 de 19 94
O Funcionário [assinatura]

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
c38	3	Raimundo	Com. Pol.Urb.	20-19		

ciação, desde já, se compromete a ter no local.

A SRA. TEREZA LAJOLO - Ela quer o nome da Associação.

O SR. LUIZ ANTONIO ERHARDT - É Associação dos Proprietários ou Titulares de Direito Real ao Longo do Córrego Água Espraia-da, ou seja, é uma associação constituída e em cima do problema córrego, água, espraia-da. Esse é o fim específico dela.

A SRA. TEREDZA LAJOLO - Então, nós suspendemos e retomamos os trabalhos desta audiência no dia 27. E agora, em vez de vocês se dispersarem, juntem-se e se organizem, está certo.

* * *

- É suspensão a reunião, que será reaberta no dia 27, quinta-feira, na Igreja de Moema.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 74 do Proc.
PAULO 312 de 1994
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE

SEM REVISÃO

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA
E MEIO AMBIENTE.

Presidenta: Sra. Vereadora Zulaide Cobra Ribeiro

Membros : Srs. Vereadores
Aldaíza Sposati
Antonio de Paiva Monteiro Filho
Bruno Feder
Tereza Cristina de Souza Lajolo
Emílio Meneghini
Faria Lima

**Audiência Pública sobre o PL 312/94 (Águas Espraia-
das) - realizada em 27/10/94 no Salão da Igreja de Moema.**

Solicitante: Sra. Vereadora Zulaide Cobra Ribeiro .
(Memo. nº 401/94 da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e
Meio Ambiente)



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 75 do Proc.
ANEXO 312 de 1994
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
1	1	bath	ap 312/94	2.11		

SEM REVISÃO

~~XXXXXXXXXXXX~~ - Gravação iniciada com atraso.

A SRA ALDAIZA SPOSATI - ... estou aqui para presidir esta continuação da audiência pública que foi começada na Câmara Municipal e agora tem sua continuidade aqui. É para discussão de um projeto de lei do Executivo, portanto, de autoria do Prefeito Paulo Maluf, é o projeto de lei nº 312/94 e aprova o plano de melhoramentos, não, ele submete à aprovação o plano de melhoramentos nos distritos de Itaim Bibi, Campo Belo, Jabaquara e revoga, isto é, torna sem efeito, totalmente a Lei nº 6.591/64, do Prefeito Fátia Lima e a Lei nº 10.443/88 do Prefeito Jânio Quadros. Para começar eu pediria ao Vereador Maurício Faria que viesse compor a mesa. Também quero dizer que aqui esteve o Vereador Odilon Guedes e deixou a sua presença marcada na audiência mas que, por outro compromisso não pode ficar até o final. Também temos a Vereadora Zulaiê Cobra Ribeiro que é a Presidente da Comissão e que por não estar presente a Presidência foi delegada a mim que também sou membro da Comissão. Vou explicar aqui o que é uma audiência pública. Foi explicado na Câmara mas me parece importante novamente explicarmos pois temos aqui maior número de pessoas do as que estavam lá. Quando uma proposta, um projeto de lei entra na Câmara, para poder virar lei passa por algumas Comissões. No caso, esse projeto de lei foi indicado para passar na Co-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 76 do Proc.
PAULO 312 de 1994
O Funcionário km

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
1	2	bath	ap 312/94	2.11		

missão de Justiça que já passou e a Comissão de Justiça deu o parecer de legalidade a esse projeto de lei. Entrou no dia 22 de junho e no dia 15 de agosto, portanto, com muita rapidez por que o mês de julho a Câmara não teve andamento -- estava em recesso -- e ~~então~~ ela recebeu em 15 dias o parecer pela legalidade. Quero dizer que vocês perderam uma possibilidade que teria sido de pedir uma audiência pública na própria Comissão de Justiça. Está presente também a Vereadora Tereza Lajolo, da Comissão de Política Urbana. Então, vocês perderam essa possibilidade de pedir uma audiência pública na Comissão de Justiça. Ele já tem um parecer de legalidade. Agora, esse projeto de lei passou para a Comissão de Política Urbana onde os 7 Vereadores que compõem a Comissão de Política Urbana devem dar o seu parecer sobre o projeto.

- É dado aparte fora do microfone.

A SRA ALDAIZA SPOSATI - Por isso é que nós estamos aqui fazendo essa audiência para conhecermos cada vez melhor o projeto. Percebemos isso. Quem analisa o mérito é a Comissão de Política Urbana. O que quer dizer isso? Vai analisar essa comissão proposta em si. Não somente se do ponto de vista da construção da lei, jurídico, tem legalidade, que isso foi a Comissão de Justiça, mas o que é que a proposta pretende e o que de fato vai alterar na realidade. Então, o Prefeito Paulo Maluf



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
1	3	beth	ap 312/94	1.11.		

- É dado aparte fora do microfone.

A SRA ALDAIZA SPOSATI - Não, aí, já já haverá explicação.

Está aqui a representação da Prefeitura, da Emurb, do arquiteto Lefevre que terão a palavra. Ainda estou explicando o andamento para sabermos o que vai acontecer por aqui e o que pode acontecer para a frente. Então, na Comissão de Política Urbana, pode acontecer, pela Lei Orgânica, quer dizer, já por decisão da Câmara, duas audiências públicas. Esta é a primeira. Deverá ter ainda uma segunda audiência pública. Vocês, como ~~uma~~ organização da população poderão solicitar também audiência pública à Comissão de Política Urbana. Estou ~~explicando~~ tornando claro que também que também poderá ter audiência por parte de vocês; O que é audiência pública? É um espaço com presença da população, dos vários setores da população, das representações da Prefeitura, que estão apresentando a proposta, dos Vereadores, de organizações da sociedade, sindicatos, enfim, é um espaço onde pode se discutir manifestar a opinião sobre a proposta. Toda essa opinião é gravada, transcrita, faz parte do processo, e, baseada nela que os Vereadores dão o seu parecer sobre o projeto de lei. Entendido? Então, hoje é o momento de discussão onde vocês vão estar conhecendo, levantando os problemas para compor aqui o processo todo para discutirmos. Só quando vai haver só esse momento; Haverá outros. Um mais garantido e outros que, se vocês entenderem necessário poderão sol



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 78 do Proc.
JLsO 312 de 1994
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
1	4	bethn	ap 312/94	1.11.		

oitar.

- São feitos apartes fora do microfone.

A SRA ALDAIZA SPOSATI - Então, os Vereadores da Política Urbana, a Presidência é da Vereadora Zulaís Cobra Ribeiro, compõem Tereza Lajolo, Aldaiza Sposati. Ela está perguntando a composição da Comissão de Política Urbana. Estou dizendo quais são os Vereadores que fazem parte, Vereadora Tereza Lajolo, Aldaiza Sposati que sou também a relatora, desse projeto. Estão querendo a designação dos partidos, Zulaís Cobra Ribeiro, PSDB; a Vereadora Tereza Lajolo, PT; Aldaiza Sposati, PT, EMM Vereador Faria Lima, PMDB, Emílio Meneghini, PTB; Antônio Paiva, PL; Bruno Féder, PPR. Está entendida a composição. Podemos começar? Está entendido? Vamos dar início aos trabalhos da audiência dizendo que vamos novamente ter um tempo para: 1º - ler o projeto de lei; 2º - fazer o Executivo explicar o que é o projeto e depois vamos inscrever as pessoas que querem discutir o projeto. Está certo? Vamos então começar fazendo a leitura do projeto.

A SRA TEREZA CRISTINA DE SOUZA LAJOLO - Há algo interessante para dizer que além da Comissão de Justiça que já passou, está na Comissão de política Urbana e depois que esta der o parecer vai para a Comissão de Atividade Econômica para depois ir para a Comissão de Finanças e Orçamento. Então, além da nossa há mais duas comissões para se



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
1	5	beth	ap 312/94	1.11		

sar e essas comissões também podem fazer as audiências públicas. Então, tem mais. O mínimo que se pode fazer são duas. Houve problema na outra audiência então quero explicar: uma entidade da sociedade civil, seja uma sociedade de amigos de bairro ou um sindicato, o Instituto dos Arquitetos, então, entidade da sociedade civil que tenha um ano de existência jurídica pode solicitar a qualquer dessas comissões audiência pública. Nós, da Comissão de Política Urbana vamos fazer as duas audiências, quando ele for tramitar, não contentou com duas, passa para três. Vocês precisam ficar atentos para que na ida para outra comissão, se ela não convocar vocês solicitarem. Tudo bom? Então, audiência pública, houve um Sr. que levantou e disse: nós não fomos avisados. Antigamente era pior que agora porque o projeto entrava na Câmara e não tinha audiência pública. Não havia essa discussão pública. Então, tramitava e ninguém ficava sabendo o que se passava lá. A não ser se as bancadas, os Vereadores fossem até o local das pessoas e discutessem: vai passar para projeto. Ficavam a discutir. Desde da Lei Orgânica, da Constituição de 88 nós abrimos esta possibilidade de travar com a população uma discussão pública. Vocês ficarão sabendo porque a Comissão de Política Urbana decidiu fazer audiência pública que sempre tem sido esse o comportamento da Comissão. Al se torna público que existe um projeto. É só dessa forma. Por isso constituímos esse mecanismo. Ainda não está. Na pré-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
1	6	beth	ap 312/94	1.11		

xima audiência pública vamos comunicá-los através dos instrumentos que são os instrumentos legais que é o jornal,

- É dado aparte fora do microfone,

A SRA TEREZA CRISTINA DE SOUZA LAJOLO - Não, não, no caso de uma entidade popular. Uma pessoa física, não. Mas uma entidade popular, vou pegar o exemplo tradicional que é a sociedade amigos de bairro, pode solicitar,

A SRA ALDAIZA SPOSATI - A questão de outra audiência, embora haja uma previsão preliminar para isso, vamos ao final da audiência discutir a questão. Até porque na condição de relatora precisamos avaliar que outras informações precisamos até a próxima audiência. É possível, que precisamos de mais informações do Executivo para realizar a audiência. Não adianta já marcarmos audiência sem termos clareza para quê. Só para cumprimos um ritual. Então, vamos até o final para saber. Vamos começar o assunto? A continuação fica para o final. Pelo processo para ir para o Plenário as Comissões dão o parecer. Todavia, embora o parecer das comissões a proposta é submetida a voto. E tem que ser submetida a duas votação. Primeira e segunda votação. Tem que receber maioria de votos na primeira e na segunda para depois encaminhar para o Prefeito para que este sancione a lei ou sentença, se for derrotada na Câmara, não é aprovado e é arquivado. Está certo?



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
1	7	beth	ap 312/94	1.11		

- São dados apartes fora do microfone.

A SRA ALDAIZA SPOSATI - Sempre pode, é evidente. O Executivo sempre pode apresentar uma proposta para a Câmara. Vamos tentar entender isso antes de pensar o futuro.

A SRA TERESA CRISTINA DE SOUZA LAJOIO II - Há três hipóteses: aceitação do projeto, rejeição do projeto integral e um substitutivo ao projeto que é a alteração do projeto na forma em que está concebido. As três hipóteses podem ser construídas ao longo do processo. Aceitar, ninguém concordar, rejeita ou substitui. A gente faz um substitutivo. Pretendemos que a participação de vocês contribua no processo de entendimento e decisão. E vamos lá.

A SRA ALDAIZA SPOSATI - A matéria diz respeito à alteração urbana de Águas Espreiadas. Todavia somente entrou na Câmara Municipal um dos projetos de lei que é o projeto que aprova plano de melhoramentos nos distritos de Itaim Bibi, Campo Belo, Jabaquara e revoga as leis que eu já havia dito anteriormente, a Lei nº 6.591/64 e a Lei nº 10.443/88 e dá outras providências. Assim diz o projeto de lei: "De acordo com as plantas em anexo (e cita os números das plantas) do arquivo da Superintendência de Projetos Viários da Secretaria de Vias Públicas rubricadas pelo Presidente da Câmara e pelo Prefeito como partes integrantes da lei, fica aprovado o seguinte plano de melhoramentos nos dis



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 82 do Proc. nº 312 de 1994
JUL 0 312 de 1994
O Funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
1	8	bath	ap 312/94	1.11		

tritos de Itaim Bibi, Campo Belo e Jabaquara. 1ª - Abertura de de vias ao longo do córrego Água Espraiada desde a Marginal do Rio Pinheiros até a Rodovia dos Imigrantes consistindo de uma via bloqueada com acessos controlados e com acessos laterais para distribuição do tráfego local, abrangendo uma largura com uma faixa variável entre 100 metros e 250 metros de extensão aproximada de 9,6 km. 2ª - Passagem em desnível nos seguintes cruzamentos com as vias projetadas: Rua Guaraiuva, Rua Ribeiro do Vale, Rua Nova Iorque, Avenida Santo Amaro, Avenida Vereador José Diniz, Rua Antônio de Macedo Soares, Rua João Álvares Soares, Rua Zacarias de Góis, Avenida Washington Luiz, Avenida Linó de Moraes Lima, Av. Pedro Bueno, Av. Alba, Avenida George Corbisiar, Av. 8 de setembro, Rua Dr. Mário de Campos e alças direcionais de acesso e saída sob a Rodovia dos Imigrantes. 3ª - Formação de áreas ajardinadas junto à via bloqueada de item 1 visando a separação e proteção ambiental em relação às vias internas e as áreas adjacentes. Art. 2ª - Os imóveis atingidos pelo plano ora aprovado serão oportunamente declarados de utilidade pública. Art. 3ª - As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário e em especial a Lei nº 6.591 de 5 de novembro de 1964 e Lei nº 10.443 de 4 de março de 1998. " O Executivo diz, justificando: " Este



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 83 do Proc.
LNO 312 de 1994
O Funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
1	9	beth	ap 312/94	1.11		

projeto de lei objetiva aprovar plano de melhoramentos nos distritos de Itaim Bibi, Campo Belo, Jabaquara, visando abertura de vias ao longo do fundo do Vale do Córrego Água Espraiada desde a Marginal do Rio Pinheiros até a Rodovia dos Imigrantes consistindo em duas pistas bloqueadas com acessos controlados e duas pistas laterais para circulação e distribuição do tráfego local." Aí avança: "Os grandes congestionamentos ao longo da Avenida Bandeirantes, provocado pelo excesso de veículos que se dirigem simultaneamente para a rodovia dos Imigrantes, além dos inúmeros bloqueios de tráfego, consequentes à intensa semaforização e o uso do solo da zona limbeira provocam não só a irritação dos usuários como também o desperdício, ao longo do dia, de horas de trabalho e de descanso. Trata-se de medida de acentuada importância viária que, além de melhorar a qualidade de vida diária ao longo do córrego Água Espraiada vai possibilitar o acesso direto da Avenida Marginal do Rio Pinheiros para a Rodovia dos Imigrantes e daí ao porto de Santos, escoadouro principal dos produtos brasileiros. Estudos procedidos pela superintendência de Projeto e Viários, pela Empresa Municipal de Urbanização concluíram pela necessidade de implantação deste plano de melhoramento público o qual solucionará transtornos causados naquela região ao trânsito. No intuito de se evitar os aspectos negativos que transformaram a Avenida dos Bandeirantes em uma das vias de pior desempenho do



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 84 do Proc.
n.º 312 de 1994
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
1	10	both	ap 312/94	1.11		

fluxo viário na Cidade, foram projetadas duas pistas centrais junto ao canal do córrego com acessos controlados e duas pistas laterais para distribuição do tráfego local, separadas as pistas centrais por largos espaços verdes destinados à proteção ambiental das áreas adjacentes. Merece destaque entre as obras necessárias à execução de passagens em desnível em diversos cruzamentos, trecho em túnel com aproximadamente 400 metros de extensão e ainda acessos e saídas sobre a rodovia dos Imigrantes. O critério utilizado para a definição do presente plano de melhoramento pautou-se na premissa de minimização do número e custo de desapropriações com aproveitamento de diversas ruas e áreas já pertencentes ao patrimônio público não acarretando maiores gravames ao erário municipal nem mesmo se considerados os custos em face dos benefícios resultantes. As razões expostas evidenciam a conveniência e indiscutível interesse público da propositura a qual submete à deliberação dessa Colenda Edilidade que certamente a ~~aprovaram~~ aprovará. Acompanham as plantas."

Este é o projeto, na íntegra, do Executivo. Como eu dizia, esse é só o projeto de traçado. O projeto de operação urbana ainda se encontra na Secretaria de Planejamento e não deu entrada ainda na Câmara. Antes de começar a discussão eu vou apresentar o Vereador Aurélio Nomura do PL que também está conosco, para a discussão, já solicitei ao



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Forma no. 85	do Proc. 312	de 1994
O Funcionário		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
1	11	both	ap 312/94	1.11		

Vereador Maurício Faria para estar conosco à mesa, O Vereador é do PT, da Comissão de Educação da Câmara e o Vereador Aurélio Nomura é da Comissão de Justiça. Bom, vou passar a palavra ao Arquiteto Lefevre, para apresentar a proposta.

O SR LEFEVRE - Boa noite. Peço aos que estão junto aos mapas para que se sentassem. Vai ser mais interessante para eles ouvirem e participarem do debate. Estamos atendendo na EMURB a todas as pessoas que quiserem. Vamos atender, explicar e mostrar como é que é o projeto. Acredito que seja mais interessante as pessoas ouvirem para entender a concepção do projeto. Inicialmente gostaria de dizer que esse projeto que está tramitando na Câmara é um projeto de melhoramento viário. Não altera o zoneamento, simplesmente estabelece qual é o novo alinhamento de uma via a ser construída na cidade. Este é o projeto que está na Câmara. No entanto, apesar de ser um projeto de melhoramento viário, não alterar o zoneamento, não precisar de quorum para ser aprovado, é um projeto de grandes repercussões de interesse social. Todas as pessoas que conhecem o Vale do Água Espraiada sabem da situação que hoje está o vale que é uma situação que é incompatível com a cidade. É um vale onde o seu fundo do vale não está drenado, é um córrego malcheiroso, pelo qual passa o esgoto da região, onde existe uma grande quantidade de moradia junto ao córrego, em condições de insalubridade, sujeitas à inundação.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 86 do Proc. 312 de 1994
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
1	12	both	ap 312/94	1.11		

aos ratos e todo o tipo de problemas que existem em áreas onde há alagamentos, não existe drenagem e onde existem as favelas. Portanto, é uma área que apresenta, do ponto de vista social, um grande problema. As pessoas que ali moram moram em condições sub humanas. O problema se estende para a reação vizinha no sentido de que ocorre uma desvalorização decorrente do fato que existe um sistema viário, as ruas de um lado geralmente não atravessam para o outro lado do vale, há uma interrupção da cidade que é ocupado por um córrego não canalizado e pela presença da favela. A situação do vale vem de longa data. Progressivamente vem se agravando devido iniciativas de antigos governos estaduais e municipais que não chegaram a sua conclusão. Inicialmente o primeiro projeto, a primeira lei que data de 1964 previa uma avenida do fundo do vale, tradicional com cerca de 60 metros de largura ao longo do Vale. Quando foi feito projeto - a gente vê pelas plantas - o vale estava quase que desocupado, principalmente de casas que não havia praticamente nenhuma.

- Fim do lado A

- Início do lado B:

No entanto, em 1970, aproximadamente, o Governo do Estado resolveu fazer um projeto que seria uma obra extremamente ambiciosa e necessária para a cidade que era chamada de Pequeno Anel Viário. O projeto do Pequeno Anel Viário foi desenvolvido pelo Estado não se baseou em lei, na



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 81 do Proc.
N.º 312 de 1994
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
1b	1	both	ap 313/94	1.11		

coou-se em um Decreto de Utilidade pública emitido pelo Governo do Estado. E esse projeto foi iniciado, desenvolvido, com desapropriações entre a Marginal do Rio Pinheiros até a Washington Luiz. Essa iniciativa do Governo do Estado de começar uma obra sem chegar a uma conclusão...

- É feito aparte fora do microfone. (Palmas)

O SR LEFEVRE - Se o Sr. me permite, eu percebo que...

- É feito aparte fora do microfone.

O SR LEFEVRE - Faz muita diferença.

- É feito aparte fora do microfone (Palmas)

O SR LEFEVRE - Se o Sr. me permitir vou registrar a sua

observação e vou procurar ser mais objetivo do que já sou - não sou prolixo - mas procurarei ser mais objetivo. Mas, no entanto, há uma ordem, vou continuar a expor o projeto porque ele tem uma lógica e precisa ser dita e redita. Se o Sr. tiver um pouquinho de paciência vamos chegar lá. Então, o projeto, as desapropriações foram iniciadas pelo Estado e não foram completadas. O Governo do Estado abandonou o projeto de fazer o Pequeno Anel Viário, deixando toda a situação do vale em aberto e não somente as desapropriações, co mo uma situação agravada no Vale. Sabemos que muitas das casas que foram desapropriadas no vale pelo Estado continuaram de pé, foram ocupadas irregularmente por cortiços e a situação jurídica desses terrenos não chegou a um termo. Portanto, deixando alguma



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
1b	2	beth	ap 312/94	1.11		

coisa em aborto. O Governo do Estado abandonou a idéia de se fazer o pequeno anel viário que é uma obra necessária para interligar as rodovias que chegam à cidade e esse projeto ficou parado durante muitos anos. Houve uma retomada de uma idéia de se fazer anéis viários, interligando as avenidas, em dois níveis. Existe o anel que está em andamento pela Prefeitura que é chamado de Mini-Anel Viário que passa totalmente dentro do Município, que passa pela Avenida dos Bandeirantes que é o Córrego Araçá. E existe outro projeto que está executado parcialmente que é o Anel Viário Metropolitano que passa pela Avenida Cordeiro Cupacê, no Córrego Cupacê. Esses dois projetos não têm a mesma capacidade que teria o Pequeno Anel Viário. Aqui o Córrego Água Espraiada é aquela sucessão de bolinhas vermelhas e os outros dois anéis estão indicados, tanto o mini anel quanto o anel viário metropolitano. Ambos anéis não tem capacidade de atender ao tráfego que hoje por ele se destinam. Tanto o tráfego de automóveis quanto ao tráfego de caminhões e o Governo do Estado tem um projeto de uma Via Perimetral que é uma Rodovia que passa bastante afastada da cidade por uma distância muito maior que aqui nosso mapa nem aparece. Porém, nossa Via Perimetral é um projeto que ainda vai demandar muitos e muitos anos para ser construída porque é um projeto que não está sequer iniciado. A situação atual da cidade é: existe uma via que é a Avenida dos Bandeirantes que está absolutamente sobrecarregada de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 89 do Proc.
U.º 352 de 1994
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
1b	3	both	ap 312/94	1.11		

tráfego de caminhões e automóveis. Existe outra avenida que é a Cordeiro-Cupeçô que é uma via que prioritariamente se destina a ônibus, é um corredor de ônibus e que não tem a mesma capacidade das marginais. Isso significa que esse sistema viário atualmente está absolutamente sobre-carregado. Com a situação do Vale "Água Espraiada" em 1978 a Administração Janio Quadros decidiu retomar a execução da via do fundo do vale. Mandou, inclusive, à Câmara, projeto de lei que foi aprovado e transformado em lei em 1988 reafirmando, modificando ligeiramente a lei de 64, com os mesmos 60 metros de largura, ao longo do Vale de Água Espraiada. Essa obra foi iniciada com a construtora, começando a canalização ao longo do córrego. Ao longo da Administração passada foi interrompida e a EMURB desenvolveu projeto encaminhado à Câmara e retirado pela atual administração para exame, do projeto da operação urbana, Água Espraiada. Esse projeto previa uma ampliação da largura da faixa a ser desapropriada, portanto, bastante semelhante ao que hoje está sendo analisado aqui, e previa o estabelecimento de uma faixa lateral ao córrego para implantação de uma via com características de via-parque e previa que toda a drenagem fosse executada e que fosse resolvido o problema da existência das favelas através da remoção da população favelada e a sua relocação dentro do vale em outra área que não o trecho entre a Av. Washington Luiz e a Marginal do Rio Pinheiros. Essa obra deveria estar baseada n



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 90 do Proc.
n.º 312 de 1994
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
1b	4	both	ap 312/94	1.11		

obtenção de recursos por parte da iniciativa privada baseada na valorização da área situada entre a Washington Luiz e a Marginal do Rio Pinheiros. A área situada aí tem um grande potencial de valorização que atualmente é retido pelo fato de que atualmente não existe a drenagem e de que ali existem as favelas da forma como estão atualmente. O projeto previa que a população que hoje mora em máss condições nas favelas fossem realocadas em terrenos existentes que teriam que ser comprados ou desapropriados no trecho entre a Washington Luiz e Armando de Arruda Pereira. Na atual Administração houve uma decisão. A Armando de Arruda Pereira é a Av. Jabaquara. É uma avenida que se situa lá no alto. Nesse trecho do Vale Água Espraiada que ali se chama Córrego do Jabaquara a topografia é bem diferente e a própria característica do bairro é bastante diferente do que o trecho situado entre a Washinton Luiz e a Marginal do Rio Pinheiros e tem um potencial de valorização menor. Na atual administração o Prefeito decidiu executar essa obra com característica de via expressa ligando a Marginal do Pinheiros até a Rodovia dos Imigrantes. A deliberação de fazer a obra tem por objetivo executar exatamente uma obra necessária do ponto de vista da integração da Marginal do Rio Pinheiros com a Rodovia dos Imigrantes e Anchieta tendo em vista que a Bandeirantes está absolutamente saturada, que a Avenida Cordeiro-Cupress não tem essa capacidade e que não há por parte do Estado uma de-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 91 do Proc.
N.º 312 de 1994
O Funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
181	5	beth	ap 312/94	1.11		

cisão quanto à execução da Via Perimetral. Ou seja, as rodovias estaduais e as federais - que são muito piores que as estaduais - criam um problema para São Paulo que o Estado não resolve. Esse é o fato. O Governo do Estado que é responsável pela Execução de rodovias, cria dentro do Município um problema gravíssimo que é responsável pelo excesso de tráfego nas marginais do Rio Pinheiros e Av. dos Bandeirantes e o Governo do Estado não resolve o problema. A chamada Via Perimetral que o Estado está implantando é, prioritariamente, uma via de transporte coletivo e não uma via do mesmo porte das marginais do Rio Pinheiros e do Tietê. Então, esse problema da Via Expressa pode ser parcialmente implantado dentro da faixa de 1988 porém, sem as características de via expressa, ~~sem~~ com os semáforos e sem as vias locais. Dentro de uma condição que nós - e eu estou absolutamente convencido e tenho tranquilidade de colocar isso - que uma avenida expressa com as características da Av. dos Bandeirantes ou das características da Avenida Aricanduva ou do Estado, atravessando esse bairro que é o bairro do Brooklin, Campo Belo e depois o trecho todo que vai até a Armando de Arruda Pereira é uma avenida que vai causar para o bairro um prejuízo ambiental. Por que? A Avenida do Estado, todos conhecem, ninguém quer ficar na Avenida do Estado ali passeando, tomando sorvete ou admirando a paisagem. É um ambiente horrível. A Avenida Aricanduva é muito ~~na~~ semelhante. Ag



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 92 do Proc.
N.º 312 de 1994
O Funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
1B	6	beth	ap 312/94	1.11		

ra, aqui, neste local, se for executado...

- É feito aparte fora do microfone. (Palmas)

O SR LEFEVRE - Quanto a isso, é fácil responder: uma metrópole da dimensão de São Paulo, evidentemente não pode ser resolvida com medidas médias. Tem que ser resolvida com medidas inteiras. E tem que ser resolvida...

- É feito aparte fora do microfone.

A SRA ALDAIZA SPÓSATI - É bastante importante tudo o que vocês têm a dizer e nós vamos garantir a palavra a todos. Quero pedir para que o Arquiteto Lefevre ir finalizando para irmos para as perguntas e aí irmos clareando os pontos que não ficaram bem claros. Ele vai concluir e vamos abrir as perguntas.

O SR LEFEVRE - Há uma hora para a posições mas o projeto deve ser esplanado. O traçado ao longo do Vale Esplanada é um traçado que representa uma solução de problema em nível de cidade como um todo. A implantação dessa via da forma como está sendo proposta representa que existe um objetivo de permitir que seja implantada uma via de fundo de vale, essa ligação de nível metropolitano, com uma característica ambiental que preserve as qualidades do bairro o que, principalmente venha criar uma melhoria, em termos ambientais para o bairro com solução dos problemas sociais que ali estão colocados - através da operação



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 93 do Proc. 312 de 1994
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
13	7	beth	ap 312/94	1.11		

urbana, que é um projeto de lei que deve ser encaminhado à Câmara, mas a implantação da via de fundo de vale - de nosso ponto de vista, absolutamente imprescindível - que seja implantado com uma área verde protetora que Evenha a valorizar o bairro. A Implantação de uma via de fundo de vale nos moldes tradicionais, da forma como sempre foi implantado em São Paulo, é uma forma de urbanismo - além de ultrapassada - que prejudica o bairro. Se as pessoas aqui se derem ao trabalho de verificar o tipo de urbanização que se faz em cidades como Curitiba, por exemplo, há uma grande preocupação ...

- Manifestação na platéia.

O SR LEFEVRE - Meu pediria um pouco de paciência porque uma discussão deve ser feita em cima de argumentos e eu estou expondo argumentos técnicos. Portanto, uma das coisas que existe em matéria de urbanização é a seguinte: um córrego tem que ter o direito de extravasar quando há excesso de chuvas. Se um córrego não tem o direito de extravasar quando há excesso de chuva ele extravasa de qualquer forma. E invade residências e o que estiver pelo caminho. Portanto, há a necessidade de que ao longo de um córrego - principalmente do ponto que é o Água Espraiada - em uma chuva possa haver o extravasamento. O projeto que foi encaminhado prevê exatamente que no caso de um extravasamento que é possível essa área não seja ocupada por residências e sim por



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
1B	8	beth	ap 312/94	1.11		

áreas verdes, abertas e onde não exista problema criado por invasão de água nas casas das pessoas. Em várias cidades, não somente em Curitiba, em Campinas também, há o mesmo tipo de solução onde o extravasamento da água de um córrego não afeta diretamente as casas. Entendo que nesse caso é um projeto de grande porte e evidentemente existe um conflito de interesses na medida em que quem está fora da faixa de desapropriação percebe que o projeto vai valorizar o bairro. Quem está dentro da faixa de desapropriação se resente pelo fato de ter o incômodo de sofrer uma desapropriação. Não acredito que o problema essencial a ser visto, estou concluindo, o problema essencial ...

INTERAÇÃO - Manifestação na platéia.

A SRA TEREZA CRISTINA DE SOUZA LAJOLO - Está sendo cronometrado. Ele tem 15 minutos. Cada vez que há uma interrupção temos que dar um tempo a mais. Está terminando os 15 minutos que nós damos. Tudo bem? Terminados os 15 minutos vocês vão ter o direito de falar, ordenadamente, um por um, fazer as perguntas, ele responder e nós também.

O SR LEFEVRE - Então, o problema maior que feço com questão à implantação da via é o esclarecimento com relação à questão das desapropriações e que haja, efetivamente uma justiça e rapidez no processo de desapropriação. Após a Constituição de 1988 o panorama das desapropriações foi totalmente modificado. Portanto, quem tem experiência



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 95 do Proc.
N.º 312 de 1994
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
1B	9	beth	ap 312/94	1.11		

com desapropriações ou informações anteriores à Constituição de 88 têm uma visão que não corresponde mais àquilo que hoje é a prática. Em primeiro lugar, antes de 88 a Prefeitura podia tomar posse do imóvel depositando o valor venal em juízo e entrando na posse do imóvel. Hoje isso não é possível. A Prefeitura só pode entrar na posse do imóvel depositando em Juízo ^{100%} ~~50%~~ do valor de mercado do imóvel. Esses 100% do valor ~~do~~ mercado...

- É feito aparte fora do microfone.

O SR LEBEVRE - A Sra. me permite: depois de 88 a Prefeitura ou qualquer ~~podexer~~ Poder Público, para poder entrar na posse do imóvel precisa depositar em juízo 100% do valor de mercado - não o valor venal - que é definido judicialmente, pelo perito do Juiz, não é avaliação da Prefeitura. O proprietário que quiser continuar discutindo com a Prefeitura pode elevar 80% do valor depositado e continuar discutindo na justiça até o momento que achar que houve ganho de causa ou desistir da ação. Portanto, é um panorama diferente do que existia antes da Lei de 88. Evidentemente as pessoas estão um pouco nervosas mas um projeto dessa amplitude não vai se resolver hoje à noite, não será essa reunião que definirá o rumo do projeto. O importante é que as pessoas entendam o que está sendo proposto para que possam se posicionar corretamente a favor ou contra. O objetivo desse projeto



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 96 do Prop.
LQ 312 de 1994
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
1B	10	beth	ap 312/94	1.11		

em termos urbanos é que haja uma valorização imobiliária da área, queb
haja um processo justo de realocação das pessoas que estão faveladas
ali e, em seguida, que haja um processo de desapropriação adequada.
Estou à disposição para qualquer esclarecimento.

A SRA ALDAIZA SPOSATI - Vamos dar início à discussão da
seguinte maneira. Temos já duas pessoas inscritas e as pessoas que qui
serem se inscrever para falar vão pegando a lista de nomes. Está com a
palavra o Sr. Pier Georgio.

O SR PIER GEORGIO - Arquiteto Iefevre, no final da sua
explicação o Sr. justificou a mudança das leis de desapropriação. Gos
taria de dizer que não estamos aqui para discutir desapropriação, que
é uma consequência. Estamos aqui para discutir causa, ou seja, a obra
do Vale Bupraiada. Eu gostaria de saber, a respeito da operação urbana
dessa obra. Até agora não foi dito absolutamente nada, não foi apresen
tado nada. O adensamento populacional do bairro, a tensão de recursos
para a execução da obra, o Sr. falou de determinados cruzamentos e isso
foi apresentado, inclusive, na última reunião. Haveria construção de
pontes, como é o exemplo da Zacarias de Góis. Eu gostaria de saber on
de serão conseguidos os recursos para a execução desse tipo de obra e
saber a política de desapropriação. Qual é o traçado da desapropriação,
qual é o número de famílias, qual é o movimento de terra? Tudo isso foi c



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 94 do Proc. 312 da 13ª Sessão
O Funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
1B	11	beth	ap 312/94 *	1.11		

cada na primeira reunião de forma - desculpe - muito simplória. A obra, me parece, é faraônica. Não temos recursos para isso! Em determinado momento da sua explanação alguém fez uma pergunta dizendo o seguinte: mas quem garante a continuação da obra? E o Sr. respondeu. Tem que votar em um prefeito igual ao Prefeito Maluf. Desculpe, isso não é resposta! Estamos aqui para discutir uma obra que já foi começada, aliás foi planejada há muito tempo atrás e, por não ter sido realizada aconteceu o que aconteceu em termos de ocupação de áreas. Hoje estamos com uma obra começada e nesse momento vem um anteprojeto dizendo que ela tem que ser triplicada em função de quê? De um escoamento de trânsito de automóvel. Não posso aceitar isso como uma obra em que leve em consideração o ser humano! (Palmas) Veja, arquiteto Lefevre, é absurdo em um mundo de hoje em que o automóvel está tomando espaço do ser humano, mas não podemos deixar e aceitar uma obra dessa convergência simplesmente porque há a necessidade do escoamento dos carros. Desculpe! Por que não é feito um esforço, e os Srs. tem condições para isso, para melhorar o transporte urbano? Isso não é feito! No entanto, tem que se pensar em uma obra faraônica desse tipo. Outra coisa que gostaria de saber é o custo final da execução da obra. Há 4 ou 5 itens em que há condições de esclarecimento.

A SRA AIDAYZA EPOSATI - Agradecemos a explanação do Sr. Pobre



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 98 do Proc.
n.º 312 de 19 94
O Funcionário Jm

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
1B	12	beth	ap 312/94	1.11		

e pedimos por algumas pessoas mais fazerem perguntas e, em seguida, passamos para as respostas do Lefevre para termos mais perguntas e as pessoas fazarem por mais tempo e dar mais chance de as pessoas perguntarem de quo cõ ficarem no pingue-pengue. Antes de chamarmos a próxima pessoa que é o Padre Domingos, vamos pedir para que se aproxime, quero dizer que está aqui, à minha direita o Vereador José Mantor, o Vereador Henrique Pacheco que são vereadores do PT e recebi a informação que está aqui a Vereadora Ana Martins que pedimos que venha para cá. Tem a palavra o Padre Domingos.

O SR PADRE DOMINGOS - Boa noite a todos. Gostaria de saber em primeiro lugar quem são os representantes das favelas que se organizaram em um movimento de moradia, ao longo do Água Espraiada. Tem representantes de cada favela. Por favor, levantem a mão. São de cada uma das favelas. Pedimos que viessem as lideranças aqui pois já tiveram reunião com os representantes da Associação de Bairros e todos estamos interessados no projeto. A preocupação que colocamos é a seguinte: tivemos algumas reuniões acumuladas sobre a questão do melhoramento social, a questão do desadensamento de favelas, contemplando a habitação, uma habitação digna para quem mora nas favelas. O que nós, do movimento de moradia, estamos colocando é o seguinte: Igual é realmente o projeto da fixação definitiva. Na gestão passada estava ~~havendo~~ sendo colo-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 99 do Proc.
N.º 312 de 19 84
O Funcionário *am*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
1B	12	both	ap 312 /94	9 Ex 1,11		

cada a onença de desadensar as favelas. Em 87 a Secretaria da Habitação fez o cadastramento de 6.400 famílias faveladas que seriam removidas. Esse número, sabemos, está alterado. É muito maior. Queremos saber se essa prática que já está acontecendo de as assistentes sociais irem e colocarem para a e favelas que serão despejadas, não, o dar R\$1.100,00 para a família sair e temos famílias saindo e indo para a zona leste e voltando um mês depois e adensando mais ainda outras favelas que estão perto. Queremos saber qual é essa política da habitação e de fimação e urbanização dessas favelas. Obrigado.

A SRA ALDAIZA SPOSATI - Tem a palavra a Sra. Beatriz Chebib

A SRA BEATRIZ CHEBIB S - Gostaria de saber em que ano o Sr. assumiu esse projeto. Qual foi o ano em que o Sr. Começou a trabalhar no projeto. Eu conheço esse projeto e estou vivendo na base desse projeto, não durando na base desse projeto desde 1986. Tenho acompanhado o projeto inteiro. Houve modificações e eu consegui, inclusive, cancelar uma parte, até a Washington Luiz. Esse projeto é o seguinte: Câmara dos Deputados: eu e mais um grupo de moradores do Jardim Aeroporto, descobrimos, através do PEGGE, que havia sido feito sem que um estudo social e ecológico tivesse sido feito. Outra coisa: o que a Câmara resolve, dentro dos departamentos da Prefeitura ninguém sabe nada. Eu fiquei um mês dentro da Câmara dos Deputados ~~intermediária~~ dos deputados e na época quem



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 100 do Proc.
n.º 312 de 12 94
O Funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
18	13	both	ap 312/94	1.11		

era das vias públicas era o Sr. Bodini, da EMURS, o Sr. Borgheti e todos eles. O Dr. Jânio Quadros era o Prefeito na época. Foi acompanhada com repórteres da EM "Folha de S. Paulo", de "O Estado de S. Paulo" e conseguiram modificações do projeto para não afetar casa nenhuma. Depois de descoberto que em 74 havia sido feita uma avenida que passava em um bairro onde não havia morador nenhum. De repente eles lançam novamente a Avenida, dobrando a extensão dela e derrubando casas para que apenas somente 5 moradores receberam a carta de desapropriação. Quando estive lá lá dentro descobri que eram 282 moradores sem casa. Por que? O que a Prefeitura faz dentro do departamento do projeto não se sabe. O que o departamento do projeto faz o arquiteto ou o engenheiro das obras não sabe o que está acontecendo e é um rolo danado. Acho que se existe uma coisa não tem que ter...

(continua fita 2)



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 101 do Proc.
n.º 312 de 1994
O Funcionário J. M.

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
2A	1	alice	aud. pública	27.10.94		

... onde está, onde mora e por que quer continuar lá. E outra coisa, a Prefeitura não tem condições de pagar as casas que vão terminar. Ou faz a avenida, porque ninguém quer parar o progresso, não é isso, mas vamos pensar, têm tantas outras prioridades primeiro do que uma avenida para dar acesso, principalmente essa que vai desembocar na Lino de Moraes Leme, que é uma avenida chamada avenida, mas não passa de uma ruela, que hoje no horário das 6 horas da tarde não aguenta uma bicicleta mais. Então, eu acho que esse projeto tem outras finalidades: a placa de um prefeito no final da obra. É só isso. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTA (Aldaíza Scosati - PT) - Antes de passar a palavra para o arquiteto Lefevre, eu quero anunciar que também estão presentes aqui assessores de dois Vereadores, o Assessor Fumio Arikawa, do Vereador Paulo Kobayashi, do PSDB, e a Assessora arquiteta Regina, do Vereador Arnaldo Madeira, também do PSDB.

Vamos então passar a palavra ao arquiteto Lefevre para este bloco de perguntas.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 102 do Proc.
Nº 312 de 1934
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
2A	2	a lico	aud. pública	27.10.94		

O SR. LEFEVRE = Bom, inicialmente eu gostaria de responder a pergunta que foi colocada com relação à operação urbana.

O projeto da operação urbana foi preparado na administração passada, isto já resolve uma parte do problema da questão da senhora. O projeto da operação urbana foi desenvolvido pelo meu departamento na administração passada, e encaminhado à Câmara Municipal na gestão da Prefeitura Luíza Erundina, e conceitualmente previa exatamente os mesmos mecanismos e as mesmas idôias que estão presentes com uma diferença que era a questão da ligação viária entre a Marginal do Rio Pinheiros e a Rodovia dos Imigrantes. Essa é a única diferença de projeto. No restante, o projeto da operação urbana é exatamente igual àquele que nós estamos desenvolvendo e para ser encaminhado de volta à Câmara Municipal.

O projeto da operação urbana que será uma consequência, um desdobramento do projeto viário, quer dizer, na realidade as duas coisas estão interligadas, é que vai permitir que os custos referentes às desapropriações a mais para a criação da avenida, que vamos chamar de Avenida Brque, sejam pagos com recursos da iniciativa privada e não recursos orçamentários, e recursos decorrentes da valorização da área. O princípio de execução de obras pù-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 103 do Proc.
n.º 352 de 19.94
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
2A	3	alice	aud.pública	27.10.94		

blicas com a participação daqueles que são beneficiados por ela é um mecanismo moderno, é um mecanismo que tem sido aplicado em diversas cidades pelo mundo afora, diversas metrópoles, e que visa justamente à introdução de um mecanismo de equilíbrio e de justiça na repartição de verbas. Porque quando uma obra pública é feita com recursos orçamentários toda a Cidade paga com a execução da obra; quando uma obra é feita com recursos daqueles que dela vão se beneficiar diretamente, há uma maior justiça no que diz respeito à arrecadação dos recursos. E a realização da largura a mais visa exatamente a beneficiar o bairro, exclusivamente beneficiar o bairro. (Vaias) A implantação dessa largura a mais é o que poderá criar, o que deverá criar, uma adequada ambientação entre a via expressa e o bairro, uma preparação, quer dizer, uma ambientação adequada.

No que diz respeito à questão colocada pelo padre, eu gostaria de dizer o seguinte. O projeto da operação urbana que deverá ser reencaminhado à Câmara prevê exatamente os mesmos mecanismos que foram colocados no primeiro projeto de operação urbana que foi encaminhado na gestão da Prefeitura Luiza Erundina, prevendo portanto as mesmas formas de obtenção de recursos e de rolo-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 322 do Proc. 184
de 13-94
O Funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
2A	4	alice	sud.pública	27.10.94		

cação de pessoas dentro do vale do Córrego Águas Espraiadas.

No que diz respeito ao tempo que estou envolvido com esse projeto... onde é que está aquela senhora que estava aqui?

Ela não está mais.

Olha, como arquiteto, só para a senhora ter uma idéia, eu conheci e conheço bastante bem o engenheiro Yon de Freitas, que foi responsável no DER por um Departamento chamado CMG-44, que fez o projeto do pequeno anal viário. Isso desde 1970. Em 1971, por acaso, eu também tive oportunidade, fui chamado por um proprietário que foi desapropriado no Águas Espraiadas e construiu uma casa para essa pessoa. Isso em 1970/1971. Então, eu conheço esse problema há muito tempo. E efetivamente não participei do projeto em 64 porque aí eu não estava nem formado. Mas esse projeto que foi elaborado na administração passada, eu não me lembro exatamente o ano que começou a administração Brundina, mas foi quando nós começamos a trabalhar nesse projeto. Alguém me diz que foi em 89. Portanto, a partir de 89 é que começamos a desenvolver. Este projeto que agora está encaminhado tem uma diferença, é justamente a diferença da ligação viária que a Prefeitura decidiu fazer a ligação expressa entre a Marginal do Rio Pinheiros e a



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 105 do Proc.
Q.º 312 de 1994
O Funcionário Jm

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
2A	5	alico	aud.pública	27.10.94		

Rodovia dos Imigrantes. E essa ligação expressa se ela não for adequadamente implantada, ela poderá vir a representar para o bairro um prejuízo do ponto de vista ambiental. E essa preocupação ambiental está presente em todo o projeto, não apenas no que diz respeito à proteção de ruído de uma avenida de fundo de vale, que é a vegetação, e é o parque que está aí colocado, uma preocupação no que diz respeito à criação de faixa de absorção de água, introdução de parques. Toda área que vai da Washington Luiz até a Armando de Arruda Pereira não tem uma praça, não tem arborização e não tem praças. Essa área grande é que irá possibilitar criar um pulmão verde nessa região que não tem praça.

Uma outra questão também que não está sendo colocada é a seguinte. Do ponto de vista de drenagem existe um problema sério que é o problema da canalização desse córrego e o problema que isso vai acarretar no dreno do Brooklin. Eu não vou explicar em detalhes qual é o problema do Brooklin, mas há um problema sério de canalização que vai acarretar o alagamento de toda a região onde se situa a Berrini e o antigo dreno do Brooklin se não houverem medidas de engenharia a serem adotadas no sentido de regularizar o fluxo da água que chega no dreno do Brooklin.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 106 do Proc.
N.º 352 de 1994
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
2A	6	alice	aud.pública	27.10.94		

Essas medidas estão sendo tomadas exatamente nessas áreas desapropriadas, onde deverão ser feitas lagoas de retenção de água para que essa água não chegue rapidamente no dreno do Brooklin. Como é um problema de engenharia, um detalhe mais técnico e talvez seja mais difícil explicar aqui o que vem a ser isso, mas existe essa preocupação no sentido de evitar que essa água chegue rapidamente.

Uma última coisa que eu gostaria de esclarecer com relação à desapropriação, é o seguinte. Essa faixa a mais de desapropriação engloba, na sua grande parte, áreas que já foram desapropriadas pelo Estado. Portanto, os custos de desapropriação... (Vaias) Não exclusivamente, mas inclui em grande parte áreas já desapropriadas pelo Estado.

A SRA. PRESIDENTA (Aldaíza Sposati - PT) - Não vamos passar as questões para as pessoas o quem não está concorde se inscreva, por favor. Peço para estar vindo o Sr. Boraci Brandão, Jairo Lisboa e Valdelício para as questões seguintes. Pode fazer a pergunta, Sr. Boraci, por favor.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 107 do Proc.
n.º 332 de 1994
O Funcionário *Alm*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
2A	7	alice	a ud.pública	27.10.94		

O SR. BORACI BRANDÃO - Eu vou fazer um comentário.

Bom, pessoal, não sou político, não sou arquiteto, não sou engenheiro, sou apenas um economista, morador e afetado por isso.

O que a gente está assistindo aqui eu acho que é um show de humorismo, porque a iniciativa privada vai resolver todo o problema da Prefeitura. A iniciativa privada, segundo o arquiteto ali, vai resolver o problema de todo o dinheiro para essa obra faraônica. Ele diz que isso é apenas um ajuste no projeto velho. Então, quem fez o projeto velho deve ser algum idiota, refiro-me ao de 88 que está aprovado por lei. Por quê? Porque não previu nenhuma área de engente. Nós temos aí, se todo mundo for dar uma olhadinha ali, esse projeto amplia em 200 metros além daquilo que já estava previsto para fazer parque. Quer dizer, isso parece uma brincadeira de criança. Quer dizer, isso é uma utopia. (Palmas) Vocês imaginam, falando com os favelados aqui presentes, que muitos de nós não gostamos da presença deles ao lado das nossas casas, têm aí prédios de apartamentos inteirinhos que vão ser desapropriados, têm prédios em construção, cuja construção foi aprovada pela Prefeitura, tem sim, senhor, e o senhor não me desminta porque eu o levei agora lá. Eu levei o senhor



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

108
Folha 352 de 352
O Funcionário LML

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
2A	8	alice	aud.pública	27.10.94		

agora lá. Para não ter dúvida nenhuma, tem um prédio em construção na esquina da Rua Ipiranga com a Professora Luiza Carneiro, que está na 12ª laje, um projeto de altíssimo nível. Quem quiser vai dar uma olhadinha ali e vai ver o jardim que está em cima do prédio. Então, vocês imaginam só a demolição e a desapropriação de um prédio desse? Daria para fazer casa para todo o pessoal da favela. (Palmas) Quer dizer, isso daqui é uma coisa de teóricos.

Então, eu sei que com arquiteto sonhador não adianta falar, então eu quero falar com os políticos aqui. Então, a minha pergunta é à Relatora. Eu queria saber a posição dos Vereadores, principalmente do PT, representado aqui por esta senhora, eu gostaria de saber o que ela acha desse projeto faraônico.

A SRA. PRESIDENTA (Aldaíza Spasati - PT) - Tem a palavra o Sr. Jairo Lisboa.

O SR. JAIR LISBOA = Eu morei no bairro de Campo Belo há 25 anos e desde então eu ouço falar desse projeto do pequeno mol viário. A cidade de São Paulo é uma megalópole. Na realidade, tentar resolver os problemas de São Paulo por intervenção ou plano



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

109 do Proc.
Folha 11.3
No 312 de 1994
O Funcionário *[assinatura]*

RODZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
2A	9	alice	aud. pública	27.10.94		

dessa tipo é mais uma sangria que se faz à Cidade. Na realidade, se nós imaginarmos o fluxo do trânsito da Marginal Pinheiros para descarregar nessa avenida, quer dizer, não existe a viação da Marginal Pinheiro para encher essa avenida. Por outro lado, o arquiteto falou sobre a cidade de Curitiba, que eu também conheço. A cidade de Curitiba tem 1 milhão e 200 mil habitantes, é uma outra dimensão de metrópole, e ali realmente foi começada a parte da urbanização pelo Prefeito Jaime Lerner numa época muito anterior. Os problemas sociais que a desapropriação vai provocar parece que não estão sendo levados em conta. Na realidade, um número enorme de moradores, os meus vizinhos que foram morar comigo há 25 anos hoje estão aposentados, não têm outra condição de sair do lugar, e sabemos perfeitamente que essa indenização é uma indenização que não vem a tempo e a hora. (Palmas) Nós seremos expulsos do bairro para regiões distantes e morando em condições muito piores. Eu acho que São Paulo é uma cidade cuja solução da via de transporte só se fará com o transporte de massa, como foi muito bem dito aqui. Quer dizer, ou se faz metrô, ou se organiza um transporte de massa condizente, não é com intervenção para o automóvel que nós vamos conseguir resolver o problema de São Paulo.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 110 do Proc.
Lb 0 332 de 19 44
O Funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
2A	10	alice	aud. pública	27.10.94		

Eu acho que o projeto é realmente megalomaniaco. Essa área verde é um absurdo. E 250 metros de área verde numa região super densa de população, super construída, que já é verde em grande parte, não há essa necessidade dessa avenida. Por outro lado, a circulação de trânsito de São Paulo tem de se fazer por anéis maiores. Quer dizer, se tiver necessidade de ligar a Av. Anhanguera ou Castelo Branco com a Imigrantes, isso tem que ser feito por um anel muito maior do que esse que está sendo feito agora. Esse anel, eu acho que não vai resolver o problema exatamente porque ele não vai dar o fluxo que se precisa dar no trânsito de caminhões que interligam as rodovias. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Aldaíza Spocati - PT) - Tem a palavra o Sr. Valdelício.

O SR. VALDELÍCIO - Boa noite. Eu sou membro de uma associação que representa algumas favelas, algumas pessoas que moram nas favelas dessa região, aproximadamente 3 mil famílias e não existe por parte da Prefeitura um compromisso com essas pessoas no sentido de tirá-las ao longo desse córrego e levando-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 133 do Proc.
N.º 312 de 19 94
O Funcionário *km*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
2A	11	alice	aud.pública	27.10.94		

as para uma casa decente, próximo à região. Já passamos por diversas discussões com membros da Prefeitura e não chegamos a lugar algum, porque eles não dão as informações que precisamos. Eu gostaria de saber do Secretário, do arquiteto, onde é que aprendeu, qual foi a faculdade que ensinou ele a fazer apenas estradas, onde é que ele aprendeu a fazer essa seleção com as pessoas, onde alguns têm direito e a grande maioria não tem, porque o compromisso desta Prefeitura é apenas com os grandes grupos econômicos. Estou aqui com uma matéria que saiu no Diário Popular no dia 29.7.94, a qual vou passar para a Mesa, onde está o Prefeito, o Governador e o Secretário de Vias Públicas assinando um acordo em estar doando a área que o Governo do Estado tem entre a Luiz Carlos Berrini e a Nações Unidas, o Governo do Estado está doando essa área para a Prefeitura para, em troca, a Prefeitura construir um viaduto na Av. Bandeirantes e uma escola que vai ser tirada na Vila Olímpia pelo Projeto Faria Lima, e essa área vai ser vendida para os grandes grupos econômicos que estão ali ao longo do córrego, inclusive já está sendo construído um centro empresarial com a tecnologia mais avançada do mundo. Então, esse que é o interesse da Prefeitura e do arquiteto que



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 312 do Proc. 1994
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
2A	12	alico	aud.pública	27.10.94		

está aqui. E agora eu peço a ele que tenha mais respeito com o contribuinte e saiba usar bem o dinheiro público, porque não é assim que se trabalha. Eu digo mais, todos nós podemos ver que qualquer tipo de pássaro, qualquer tipo de animal, tem direito a sua casa e a pessoa humana não tem. Então, eu quero deixar aqui uma proposta para os nobres Vereadores que aqui estão que lutem na Câmara e criem uma lei onde qualquer administrador daqui para a frente, para fazer qualquer tipo de obra num bairro, ele primeiro convoque os moradores daquele bairro pelos meios de comunicação e faça uma reunião ampla com esses moradores explicando o que vai fazer naquele bairro, que tipo de obra vai fazer, qual o prejuízo que essa obra vai trazer para os moradores e qual o prejuízo que vai dar para os moradores durante a sua construção, porque isso não existe perante a Constituição Municipal. Então, eu gostaria que os Vereadores estudassem essa proposta. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Aldaíza Spasati - PT) - Vamos passar a palavra para o arquiteto Lefevre, mas antes disso eu quero anunciar que também está presente o assessor do Vereador Dalmo Ponsoa, do PMDB, Sr. Francisco Santana.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 113 do Proc.
n.º 312 de 1994
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
2A	13	alice	aud pública	27.10.94		

O SR. LEFEVRE = Eu anotei a maior parte das questões e espero responder a todas, se não responder, espero ser chamado novamente.

Inicialmente, gostaria de dizer o seguinte. No que diz respeito a ter respeito ao dinheiro do contribuinte, eu diria que a nossa posição tem sido a de procurar dar o maior respeito à verba usada do contribuinte para que não haja desperdício do recurso. Nesse sentido é que inclusive o projeto da operação urbana, como eu aqui já expliquei, prevê a arrecadação de recursos por parte da iniciativa privada para resolver ou realizar parte da obra. Para isso eu gostaria de responder ali ao senhor, que é economista, e eu pediria para ele o seguinte. Eu vou deixar uma colocação bem clara, aqui eu estou trabalhando eu tratando a todos com o maior respeito. Eu pediria que fosse igual, porque na próxima vez que eventualmente o senhor disser ou se dirigir a mim no termo imperativo, eu me retiro daqui. O verbo imperativo não deve ser usado. Eu não estou usando e não vou aceitar que seja usado para mim.

Eu vou continuar com as respostas. No que diz respeito à questão do uso das palavras particulares, portanto da iniciativa



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Ata n.º 114 do Proc.
n.º 312 de 1994
O Funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
2A	14	alice	aud.pública	27.10.94		

privada, ela se destina a resolver parte da obra e não a totalidade. Tanto é assim que a obra já está sendo feita com recursos orçamentários, com financiamento e não existe a possibilidade de executar toda a obra com recursos da iniciativa privada. Agora, o que se pretende através da operação urbana é fazer com que o valor da Água Espraiada, principalmente no trecho entre Washington Luiz e Marginal do Rio Pinheiros seja atraente para as pessoas morarem, para novas pessoas quererem morar, para mais pessoas quererem morar e para que as pessoas queiram também ali construir outro tipo de edificação. É esse o objetivo, que haja portanto uma valorização da área. Isso justamente liberando a Prefeitura do compromisso de utilizar verbas orçamentárias para essa destinação. Essas verbas da operação urbana devem se destinar também a ser empregadas para relocação das pessoas que ali moram. Essas casas, de acordo com todos os planos que já foram feitos, não serão casas fornecidas gratuitamente para as pessoas, serão fornecidas mediante um financiamento vantajoso e tal, mas um financiamento onde haja uma participação no pagamento das casas.

O que eu gostaria de esclarecer com relação à questão do emol do âmbito maior, eu coloquei justamente no início que



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 315 do Proc.
40 312 de 1994
O Funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
2A	15	alico	mun.pública	27.10.94		

há uma previsão do Governo do Estado da execução de um anel maior, que é a chamada Via Perimetral, porém essa uma obra que não está nem sequer contratada, não está projetada, vai demorar muito tempo. Então, a realidade de hoje é que a cidade de São Paulo sofre com a interligação de rodovias que não feitas por dentro dos bairros da Cidade. Os moradores, ao longo da Av. Bandeirantes, também têm seus direitos. Eles não estão aqui presentes, mas se estivessem aqui presentes estariam certamente falando do prejuízo que é causada a eles pelo fato de ter uma avenida como a Av. Bandeirantes passando em frente a seus apartamentos e suas casas, porque é um tráfego excessivo para uma área da cidade.

A questão de Curitiba que foi aqui levantada, eu levantei o exemplo de Curitiba para um detalhe digamos técnico de solução de vazamento de um córrego e não para se adotar o mesmo modelo, porque é impossível adotar um modelo para toda a Cidade. Isso se refere a um problema específico.

No que diz respeito às desapropriações, mais uma vez eu quero ressaltar o fato de que existe um modelo que está sendo feito atualmente das desapropriações que estão sendo feitas na Faria Lima. Eu pediria às pessoas que têm dúvidas que verificassem o



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 116 do Proc.
N.º 832 de 94
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
2A	16	alico	sud.pública	27.10.94		

andamento das desapropriações da Faria Lima e verificassem o quanto as pessoas estão recebendo pelas suas indenizações. É o valor do mercado ou acima do valor de mercado.

No que diz respeito à transferência de terrenos do Estado para o Município, eu gostaria de esclarecer o seguinte. A decisão do Governo do Estado de transferência de terrenos desapropriados, ou melhor, a deliberação do Governo do Estado de transferência de terrenos que foram desapropriados pelo DER para execução do pequeno anel para a Prefeitura é uma recomendação que já existe desde o ano de 1985. Não houve condições políticas, desde aquela ocasião até agora, de que essa transferência fosse efetuada, mas ela é necessária para a execução da avenida. Portanto, o Estado deve transferir e atualmente há um acordo, justamente esse que foi publicado, no sentido da transferência desses terrenos para o Município para que o Município execute as obras. Não se trata de transferência com o objetivo de venda. Essa interpretação é absolutamente inválida, ela não existe. Os terrenos que foram desapropriados pelo Estado, sendo transferidos para a Prefeitura, vão ser destinados à execução da obra e não para posterior revenda.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 137 do Proc.
No 352 de 20 94
O Funcionário *dm*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
2A	17	alicio	aud.pública	27.10.94		

Com relação à questão da Faria Lima, que foi aqui citado, realmente houve um acordo entre a Prefeitura e o Estado, eu vou só esclarecer, porque ao longo da Av. Faria Lima há uma escola estadual. Essa escola estadual para dar lugar à implantação da Avenida, a Prefeitura está já desenvolvendo o projeto e vai construir uma nova escola nas imediações para abrigar a escola estadual. Então, essa é a transferência na área da Faria Lima que foi aqui citado. Não se trata de negócio imobiliário porque é simplesmente uma troca destinada a implantar a escola na Rua Cojuba, aí a escola é Emiliano Silvestre Bonos. Basicamente era isso o que eu queria dizer.

A SRA. PRESIDENTA (Aldalza Sposati - PT) - Eu vou fazer uma pequena resposta ao que o Sr. Moraci Brandão pediu que nós aqui qual é a posição do PT. Estou dizendo que vou fazer uma pequena resposta porque será dada a palavra a todos os os Vereadores da Mesa daqui a pouco. Mas eu queria sinalizar as seguintes questões.

Primeiro, a administração do PT na cidade de São Paulo, a Administração Luiza Erundina subordinou as grandes obras, parou



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 138 do Proc.
N.º 352 de 1994
O Funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
2A	18	alico	sud.pública	27.10.94		

as grandes obras porque entendeu que acima de tudo está em questão a garantia das condições de vida da população. O orçamento da Prefeitura em toda a gestão 89/92 foi um orçamento fundamentalmente voltado para o social e foi dado um ritmo lento às grandes obras desde que não prejudicasse o investimento no transporte, na educação, na saúde, na parte toda de assistência à criança e ao adolescente e todas as políticas sociais básicas para a população. Portanto, essa é a primeira diferença. Isso nos faz, enquanto bancada, ter um confronto direto com a atual administração, que de um orçamento de 3 bilhões e meio de dólares neste ano previa um bilhão e meio para a área social, todavia reduziu isso nos seus gastos desviando para as grandes obras, e tendo gasto até agora, o mês de setembro, outubro de 1994, não tenho dado ainda completo ainda de outubro porque o mês ainda não terminou, mas até setembro, por volta desses um milhão e meio, praticamente a metade, 750 milhões de dólares. E aí se pergunta para onde foi o dinheiro. As vinte creches do orçamento, nenhuma foi construída na cidade. Então, esta é uma questão que nos põe em confronto direto com a questão da prioridade das grandes obras rebatendo as condições de vida.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	119	do Proc.	
N.º	352	de	19 94
O Funcionário	<i>[assinatura]</i>		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
2A	19	alico	aud.pública	27.10.94		

Segundo ponto, quanto ao nosso entendimento das operações urbanas e quanto ao entendimento não só do que está sendo feito lá na área da Vila Olímpia, do Itaim, de Pinheiros, como aqui há a proposta, nós somos totalmente contra a propostas que vêem a questão em cima da melhoria do viário, primeiro o humano e depois o automóvel. E isso eu vou ser bastante sucinta. Eu não estou falando aqui simplesmente usando palavras soltas. A operação urbana prevista pela gestão Luíza Erundina, apresentada à Câmara Municipal, com todo o trâmite dentro da Câmara Municipal, em 1991 e aqui tem todos os números que podem ser comprovados inclusive pelo arquiteto Lefevre, o primeiro gasto principal que ela colocava era: habitação de interesse social, 123 milhões, 472 mil dólares. Por que isso? Porque uma obra de saneamento no local é necessária. Todavia, qualquer saneamento é necessário realocar as famílias. Por isso havia uma proposta de realocação em prédio de cinco pavilhões no próprio local. E onde era o segundo grande gasto? Era nas obras de drenagem e saneamento, não na construção de pistas viárias, mas sim nas obras de drenagem e saneamento ~~para~~ básico como um fator preponderante no desencadeamento da mortalidade infantil, na redução da qualidade de vida. Portanto, há uma diferença fun-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 120 do Proc.
N.º 352 de 1954
O Funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
2A	20	alice	rud. pública	27.10.94		

damental na concepção nossa enquanto administração da Cidade de
que deve ser prioritário na concepção de uma obra. E aqui nós po-
demos estender muito mais dizendo principalmente que esses proje-
tos para entregar traçado de rua era prática usada em 1964, a
prática de Prestes Maia, a prática de Faria Lima,... (Fim do lado
A, da fita 2)



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 121 do Proc.
n.º 352 de 1994
O Funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
23	21	alico	aud.pública	27.10.94		

... justamente tinha a complexidade da cidade de hoje.

Por isso, entendemos que São Paulo em absoluto comporta tipo de obra que pensa o viário antes de pensar as questões ambientais. Não admitimos um tipo de proposta dessa sem inclusive uma análise de impacto ambiental, de impacto de vizinhança, para poder proceder um estudo daquilo que foi dito aqui, do custo social, do custo benefício e da melhoria da qualidade de vida que traz para a população e não para o circuito do automóvel.

Eu acho que em síntese é essa a posição. Mas depois vamos continuar. Eu vou aqui passar a palavra a outras pessoas inscritas, ao Sr. Higino, Sr. Renato e Sr. Walter Thiers.

O SR. HIGINO - Meus amigos, boa noite. Eu sou morador do bairro do Brooklin desde 1958. Desde 1960 eu ouço falar nessa bendita obra. E queria lembrar aos vereadores aqui presentes que nem PT, nem PL, nem ninguém, nunca ninguém fez nada por essa obra. (Palmas) As pessoas falam, discutem, vai, volta projeto, entra projeto, continua a favela, tira favela, põe favela, e as coisas continuam sempre a mesma coisa. O pessoal não tem onde morar, a Prefeitura não tem dinheiro para relocalar o pessoal, a Prefeitura não tem



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 422 de Proc.
LNG 352 de 94
O Funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
23	22	alice	aud. pública	27.10.94		

dinheiro para fazer escola. E queria lembrá-los que bem aqui em frente nesta praça tem favelados. Então, vocês estão prometendo hoje, depois de nunca fazerem nada, um paraíso para nós, e vão dar para a gente uma bicicleta como prêmio da Prefeitura para a gente poder andar nesse parque aí. Com essa grana nós vamos comprar uma biciletinha, de preferência para quem não sabe andar, de rodinha para a gente poder andar nessa pracinha. E depois, tem mais, precisamos arrumar guardas para que todo esse pessoal que for eventualmente sair dela voltar a ocupar esse mesmo lugar e com mais prejuízo ainda.

Em segundo lugar, eu queria dizer o seguinte. Os tais dos recursos privados que o arquiteto disse virão como? Vocês vão vender as terras que vocês vão nos tirar? Não, não vai ser assim. Alguém vai doar isso de presente? Também não. Quem é que vai dar? Mas eu queria que o senhor depois respondesse quem é que vai dar e dizer assim: fulano vai dar. Não adianta o político dizer: nós vamos arrumar, nós vamos ver, quem sabe um dia. Isso não adianta. O senhor vai ter de dizer para a gente o seguinte: olha, quem vai arrumar é o fulano, da seguinte maneira, ou a construtora tal, sei lá eu, alguém vai ter que levar algum lucro nesse negócio. Está



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 223 do Proc.
Do 352 de 1994
O Funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
23	23	alice	adm.pública	27.10.94		

certo?

Outra coisa, esse negócio de reurbanizar, o senhor está dizendo que vai valorizar, mas esse discurso não serve para nós, porque para nós não vai valorizar, nós vamos ter de sair fora daí. (Palmas) Não estaremos vivos para ver essa situação de valorização. Está certo? Muito bem. Outra coisa, vamos primeiro arrumar a moradia para esse pessoal. Não sei onde é que vai ser, se é na Zona Leste, se na Zona Sul. Primeiro, temos que arrumar moradia para o pessoal. Essa é a condição "sine qua non" para poder obter um projeto desse de primeiro mundo, quando estamos no último mundo, estamos no quinto mundo, no Brooklin, pelo menos naquela região, e queremos fazer um negócio de primeiro mundo não, porque nem na Alemanha tem esse projeto. É impossível. Na Alemanha eles inventaram o muro para não obter o som que vem da avenida, temos um muro de concreto, e aqui nós queremos fazer morro, imagina. Não é possível. E depois outra, quando terminar esse negócio de jardinamento, nós queremos saber quem vai cuidar, porque os que têm hoje não são cuidados. De vez em quando chove e aparece a grama. Aparece uma graminha assim bem de leve. São 34 anos de projeto.

Eu queria então lembrar mais uma vez que o arquiteto a-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº	194	do Proc.	54
195	312	de 19	94
O Funcionário			

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
2b	24	alice	aud.pública	27.10.94		

qui não tem culpa, ele é um mero projetista. Vocês não têm nada que ficar contra o projetista do negócio. Ele apenas cumpre ordens, ele é pago para isso, foi um profissional que se formou para isso, pelo projeto dele é muito bonito. É verdade, é muito bonito, só que infelizmente complica, porque nesse local não dá. E que os Vereadores aqui presentes é que são os responsáveis por isso. Vocês não têm que botar a culpa no arquiteto. Os Vereadores aqui presentes é que são os protagonistas do negócio. São eles que vão aprovar, são eles que vão discutir, são eles que vão sentar lá e depois vão falar. Então, estão aqui sendo os representantes do público, que somos nós, e nós não queremos sair das nossas casas onde já está tudo urbanizado. Vamos desurbanizar para urbanizar? Não dá para entender. O senhor me desculpa, a minha formação é de engenharia, o senhor me desculpa, mas não dá para desconformar um negócio para formar outro, embora seja muito bonito. Vamos pegar o que está feio e vamos fazer dele bonito. Só isso. Muito obrigado pela atenção.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 25 do Proc. 352 de 1994
O Funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
23	25	alice	aud.pública	27.10.94		

A SRA. PRESIDENTA (Aldaíza Spasati - PT) - Nós queremos agradecer o Sr. Higino e dizer que esta Mesa aqui tem sete Vereadores, e que a Câmara é composta por 55. Então, nós temos de ter aqui uma mobilização dos outros Vereadores que não estão aqui presentes. Seguramente estes sete estão aqui nesta discussão. E mais, aqueles que estão se fazendo representar pelos seus assessores. Portanto, vamos estender este debate. A Câmara quer discutir, sim, tanto que está aqui continuando esta discussão aqui e não lá dentro da Câmara.

Passamos a palavra para o Sr. Renato.

O SR. RENATO = É o seguinte. Vocês viram eu aqui com esta pasta, com este símbolo, e acho que vocês não entenderam direito o que é aquilo. Este símbolo é o símbolo da Associação Vila Olímpia Viva e do Movimento Pinheiro Vivo que está lutando contra um projeto bem parecido com este daqui, com interesse bem parecido.

É o seguinte. Eu faço parte da Associação Vila Olímpia Viva e do Movimento Pinheiros Vivo que está lutando contra um projeto bem parecido com este que vocês estão combatendo agora.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 126 de Proc. 352 de 94
O Funcionário Km

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
2b	26	alice	aud.pública	27.10.94		

É o seguinte. Para começar, o Lefevre falou desse negócio de desapropriação, que o pessoal vai receber o valor justo, não é exatamente isso que está acontecendo não. O pessoal que está sendo desapropriado em Pinheiros tem gente que não recebeu um centavo e está tendo a casa demolida, porque desapropriaram a casa dos dois vizinhos e deixaram a casa do cara. Ficou um inferno, ficou cheio de entulho dos dois lados e o coitado teve que ir embora porque tinha gente andando no teto, era uma sujeira geral, era uma baderna. O pessoal teve que desocupar a casa porque não estava conseguindo viver lá, e depois vieram e derrubaram tudo, sem emissão de posse, sem um centavo sequer. Um absurdo. E o nosso Movimento está dando apoio total para vocês porque a gente tem que acabar com essa política maldita, execrável, essa política da Maluf, essa coisa monstruosa, nazista, desapropriar um monte de gente para passar um raio de uma avenida para uma cambada de gente circular com automóvel importado, enquanto que a gente não tem sequerônibus direito para andar. A gente tenta andar deônibus, mas não consegue, porque está uma droga.

Está tendo todo esse problema lá em Pinheiros e no Itaim.

Outro detalhezinho. O arquiteto Júlio Neves, autor desse marabi-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

127	do Proc.
332	de 19 44
N.º	
O Funcionário	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
23	27	alice	mun. pública	27.10.94		

lhoso Projeto Faria Lima, ele pegou e fez um prédio e disse para os empreendedores, ele já fez o prédio prometendo que ia fazer a avenida, com_çao ele fosse o Prefeito, como se ele fosse a Câmara dos Vereadores, e de certa forma Prefeito ele praticamente é porque é amiguinho do Maluf. E os interesses que estão por trás disso são os piores, os mais baixos, os mais sujos possíveis. Outra coisa, eles ficam falando de modernidade, que vão fazer um novo processo para as pessoas serem melhores pagas e tudo o que se preocupam com a vida das pessoas, e o que a gente vê é exatamente o contrário, é essa política de passar por cima das pessoas, de desrespeitar todos os direitos das pessoas. Por isso, eu estou feliz de ver este movimento aqui, porque estou ajudando a Associação Vila Olímpia e more no Campo Belo. Agora tem um movimento no meu bairro também para combater esses absurdos. É isso daí, pessoal.

A SRA. PRESIDENTA (Aldalza Sponati - PT) - Obrigada,

Renato. Vamos passar a palavra para o Sr. Theiers.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folia n.º 128 do Proc.
140 312 de 13 44
O Funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
23	28	alice	mun.pública	27.10.94		

O SR. THIERS - Boa noite. A verdade é o seguinte. Eu sou morador da região de Águas Espraiadas e queria dizer o seguinte. Todas essas obras que eles têm feito até agora não têm nos beneficiado em nada. Fala em condição de melhorar a condição de vida de todos nós e o que você vê o seguinte. Segundo o que estamos sabendo, a Prefeitura recebeu 200 milhões de dólares para a construção do Córrego Águas Espraiadas. E ao longo dele tem 70 mil famílias que, segundo a Prefeitura, dá para casa família para sair com os seus barracos 1.090 Reais. A grosso modo são 700 milhões de dólares. Após toda essa transição entre a Prefeitura e as pessoas, eles estão agora em mudar o projeto, e o projeto não vai nos beneficiar em nada, muito pelo contrário, vai favorecer alguns grupos imobiliários. Na verdade, onde é que eles arrumaram 700 milhões de dólares se a Prefeitura recebeu 200 milhões de dólares para obra, e 700 milhões de dólares é o que eles precisam para tirar todo o pessoal da favela? Como agora não está ocorrendo o valor numérico para remanejar essas pessoas, eles estão tirando de qualquer jeito, de qualquer forma, levando os seus barracos de madeira através de caminhões para outros lugares. Vai voltar novamente o mesmo problema que estamos enfrentando. Onde que está



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 129 do Proc.
n.º 352 de 1994
O Funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
23	29	alice	cmd.pública	27.10.94		

então a melhoria de vida de todos nós? Essas pessoas que estão aqui falando, que são as pessoas que falaram sobre o lado dos barracos, as pessoas que estão vivendo nessa situação subnormal, é preciso também olhar por eles também. Então, eu acho que chegou a hora de todos nós aqui, juntamente com o pessoal que compõe esta Mesa, a se movimentar para fazer alguma coisa por todos nós, e também por eles também. Acho que todos nós precisamos de ser respeitados como cidadãos, porque eu acho que o Prefeito para chegar onde chegou foi a razão de todos nós que estamos aqui. Há uma luta e de repente ele acha que somos o quê? Lixo? Então, vamos parar com isso. Já chegou a hora de a gente reivindicar os nossos direitos. É só isso. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTA (Aldalza Spocati - PT) - Agradecemos ao Sr. Thiers. Vamos passar a palavra para mais algumas pessoas uma vez que foram as considerações e não perguntas. Sr. Amorim, Sr. Manoel Armando e Sr. Fernando Carmona.

O SR. AMORIM - A pergunta é rápida. Eu só queria saber o custo total dessa obra. E uma segunda pergunta é o seguinte.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha 130 do Proc. 352 de 1994
N.º 352
O Funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
23	30	alice	aud.pública	27.10.94		

Se o DERSA está oiente desse projeto. Porque eu estive no DERSA e eles não têm ciência desse projeto. Estão urbanizando uma das áreas envolvidas, estão fazendo plantio de árvores. Então, eles querem saber, como eles vão entrar em contato com a gestão, para saber o porquê e onde vai sair esse projeto. Está constando no Km 12,5 da Rodovia dos Imigrantes, onde está sendo urbanizado pelo próprio Governo do Estado.

A SRA. PRESIDENTA (Aldalza Spasati - PT) - Passo a palavra ao Sr. Manoel Armando. (Pausa) Passo a palavra ao Sr. Fernando Carmona.

~~XXXXXXXXXXXX~~

O SR. FERNANDO CARMONA - Eu sou morador do Brooklin na Rua Arizona. Eu gostaria de acabar fazendo algumas colocações iniciais para deixar bem clara a minha posição. Eu acho que ninguém neste recinto provavelmente é contra que se faça alguma coisa com o Córrego das Águas Espalhadas. Eu acho que há um consenso de que há uma deterioração e de que é preciso, seja do ponto de vista urbano, seja do ponto de vista sanitário, seja do ponto de vista de qualquer variável que a gente queira considerar, que é



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha no 131 de Proc.
Nº 312 de 12 94
O Funcionário *dm*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
23	31	alice	aud. pública	27.10.94		

preciso fazer alguma coisa no Córrego de Águas Espreitadas. Este é um ponto.

O outro ponto, é que também todos nós concordamos que São Paulo, provavelmente, eu estou assumindo, não quero impor ninguém, mas estou assumindo este pressuposto de que todos nós concordamos de que São Paulo tem uma carência enorme de área verde. Eu acho que ninguém discorda, que há uma enorme carência de área verde. Isso para a gente se colocar de acordo. Bom, quais são as considerações e depois os questionamentos a respeito do projeto em questão? Eu quero reiterar que eu tenho a mesma opinião do Senhor que me antecedeu antes, que eu tomo a postura de ver o arquiteto Lefevre não como o culpado desse projeto e o vilão. Eu entendo a sua posição como técnico e que a decisão é uma decisão política. Quer dizer, se nós temos que acabar visando quem é o autor desse projeto, é o Prefeito Paulo Maluf. Ele é que tomou a decisão de encaminhar à Câmara o projeto como tal. Então, eu prefiro entender dessa maneira e respeitar o seu profissionalismo, e certamente a sua obrigação de vir aqui defender o projeto.

Agora, o que eu quero considerar é o seguinte. O que será feito com este elefante branco, se for implantado, se por aca-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha 32 de 32
N.º 312 do 94
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTÉ
2b	32	alice	mun.pública	27.10.94		

se o Governo do Estado tomar a decisão de fazer o grande anel viário, que o próprio arquiteto mencionou que esta seria uma decisão porque não se tem nenhuma indicação se o Governo do Estado vai fazer ou não fazer o grande anel viário. Se o Estado fizer o grande anel viário e vai resolver o problema do escoamento da produção, do porto de Santos, dos grandes caminhões, etc. e tal, que é razoável que faça exatamente muito mais distante, sem deteriorar a área urbana de alta concentração, eu pergunto: partindo do pressuposto de que o Estado não vai fazer, investir um volume enorme de recursos num projeto como esse, se o Estado vier a fazer, o que acontece com isso? Quer dizer, fica um elefante branco? A área verde que é necessária, eu pergunto: por que é que a Prefeitura não implementa decisões de desapropriações de áreas que estão aí há anos, por exemplo, a quadra da Santo Amaro, Antônio José dos Santos, Portugal e Flórida, é uma área totalmente , que está lá metade de uma construção, quer dizer, um concreto enterrado, que a Prefeitura tomou a iniciativa de pegar 1/3 disso e fazer uma pequena área para quem quer passear, etc. e tal. Agora, ali tem o quarteirão inteiro. Isso custa quanto? Muito pouco. Melhora a área verde? Melhora. E assim provavelmente nessa área de influência deve ter



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 133 do Proc.
N.º 312 de 1994
O Funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
2b	33	alice	aud. pública	27.10.94		

tantos outros lugares que podem ser transformados em área verde para a população. Por que agora então? O bom senso não indica que é razoável ir por etapas? Quer dizer, sem saber se o Governo do Estado vai fazer ou não o grande anel viário, por que não se implementa o projeto original que já resolveria a grande maioria dos problemas? E na medida em que houvesse uma necessidade, que pode ocorrer daqui 20, 30, 50 anos, então eventualmente se pensa em acabar por etapas e ir implementando. Se não é assim, isso me permite supor que haja o que normalmente se pode chamar de uma avidez de uma realização de obra dentro de um mandato. Nós sabemos como é que o Prefeito Paulo Maluf gosta de ser identificado. E nós sabemos também, porque a sociedade cada vez está assumindo o seu papel de cidadã e de fiscalizadora das ações públicas e até está aí as CPIs recentes demonstrando para onde vai e por que os grandes projetos são executados. As comissões são os elementos motivadores. As empreiteiras acabam definindo o que é prioridade e o que não é prioridade. Então, por que ter tanta pressa? Por que não fazer por etapas. Se o Maluf fizesse somente o primeiro projeto, provavelmente ele teria talvez mais créditos junto à população. E se o objetivo político dele é ainda permanecer como político, eu espero que não, eu



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	134	do P.º	94
N.º	312	de	94
O Funcionário	<i>[Assinatura]</i>		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. APARTE
2b	34	alice	quã.pública	27.10.94		

voje que tem um candidato a presidente que valorizava isso e acabou de ser enterrado, eu espero que isso aconteça também com Paulo Maluf, e tenho a impressão que seria muito mais prudente que o Maluf adotasse uma política que um candidato a governador, que eu espero que venha a ser eleito, é o meu candidato, tem como proposta acabar as obras que já estão iniciadas. O Córrego das Águas Espreitadas está iniciado, então por que não acaba? Por que vai querer fazer um projeto que vai terminar daqui 10 anos, mas vai criar um transtorno do ponto de vista do bairro, da população? Então, essas considerações, pelo menos essa interpretação, ou digo isso porque eu não sou dono da verdade, mas pelo menos essas coisas me fazem supor que se queira fazer uma obra desse tipo para acabar tendo outros resultados, outros benefícios, que não o benefício da população.

*Então, eu queria acabar colocando que eu acho que uma política de bom senso, e aí eu apelo aos prefeitos, quer dizer, aos Vereadores presentes e ausentes que levem isso em consideração. Eu perguntaria: este projeto necessariamente deve exigir um relatório de impacto ambiental, o RIMA, que é conhecido. Eu gostaria de saber em que estágio esse projeto de ... Não existe? Mas é obriga-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 135 do Proc. 312 de 94
O Funcionário: Anu

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
23	35	alico	aud.pública	27.10.94		

o
tório por lei que tenha. Vai precisar ter. É melhor estarmos aten-
tos. Porque este relatório é um relatório que tecnicamente deve
dizer qual é o impacto ambiental de uma obra dessa natureza na
região da sua influência. Eram essas as considerações que o u
quoria fazer. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Aldaíza Sposati - PT) - O Sr. Manoel
Armando não está. Então, eu passo a palavra para o Sr. Luiz Otá-
vio.

O SR. LUIZ OTÁVIO - Boa noite. A minha conversa vai
ser muito rápida e objetiva. Primeiro, estou aqui e gostaria de
dizer que tenho duas propriedades que eu poderia muito bem me
deslocar do Brooklyn e deixar essa irmandade toda. Segundo, o pos-
soal de idade que são os meus ancestrais, portugueses, alemães,
que vieram há mais de 100 anos para cá, fundaram esta coletivida-
de. Então, eu vejo aqui muitas pessoas idosas com sentimento que é
meu também. Então, eu gostaria de dizer ao Exmo. Sr. Lefevre,
porque eu sou um técnico também, eu o chamo de Lefevre porque



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 136 de Proc.
LQ 312 de 1º 94
O Funcionário *Alu*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
23	36	alicio	aud.pública	27.10.94		

eu sou engenheiro, para não ter distinção .

Primeiro, fricmente, eu gostaria de saber quais os números de desapropriações que são feitas no bairro. Não quero saber o metro quadrado da desapropriação. Quero saber quantas desapropriações vão ser feitas. Eu gostaria também de me dirigir à Bancada dos nobres Vereadores, porque é muito comum falar mal dos vereadores, eu gostaria de saber quem foi que votou na reunião da Justiça favorável à entrada deste projeto. Se vocês puderem enumerar os favores, ou é contra a ética política não dizer quem são os favoráveis a essa empreitada. Gostaria também de perguntar ao Sr. Lefevre qual o tempo de mandato do Sr. Maluf, quantos anos mais ele tem de mandato. Gostaria de saber porque uma obra faraônica desse porte é impossível nos próximos dois anos ser concluída. Então, restaria para nós uma desapropriação in_débita, anormal, e, uma coisa muito importante para vocês que estão aqui, que são meus amigos, meu pai morou nesse bairro, como meu avô morou, isso é especulação imobiliária. Nós temos que colocar a cabeça no lugar porque é impossível que em dois anos cumpra uma obra desse tamanho. Então, temos de nos reunir, ser frios, apesar que estou nervoso aqui no microfone, mas temos que ser



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 132 do Proc.
N.º 352 de 1954
O Funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
2b	37	elico	aud.pública	27.10.94		

frios, temos que analisar calmamente, eu sou apolítico, não tenho partido político, eu sou brasileiro em primeiro lugar o adoro o meu bairro Brooklin, como o Campo Belo e imediações. Então, nós temos que ter a cabeça no lugar, temos que ver tudo o que for possível pra breçar esse tipo de coisa, porque é especulação imobiliária. Não há necessidade. Eu gostaria que o Sr. Lefevre também explicasse tecnicamente nossas plantas, porque não tem escala. É 1:2000, é 1:5000? Eu não sei. A minha casa está ali, mas eu não sei a minha casa qual é. Então, é impossível. Tem que ser mostrada a escala da planta, porque isto daqui é uma fotografia aérea. Ninguém sabe onde está a sua casa ali. Alguém localizou a casa ali. Então, isso é muito importante. E primeiro acabar, viu Lefevre, outra pergunta, para finalizar, eu pergunto, se o senhor morasse nesse bairro, qual é a atitude que o senhor tomaria? Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Aldalice Spasati - PT) - A gente

passa a palavra para o arquiteto Lefevre, principalmente para esse conjunto de questões sobre o custo total, a questão das remoções, o número de famílias, o número de desapropriados, as pessoas estão querendo algumas respostas objetivas.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folh. n.º 137 do Proc.
N.º 312 de 1984
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
2b	38	alice	aud. pública	27.10.84		

O SR. LEFÈVRE - Eu tenho uma lista bastante grande de questões a serem respondidas que eu gostaria portanto de colocar.

Inicialmente a questão de que a construção do anel metropolitano, quer dizer a via perimetral, eventualmente iria tornar essa obra um elefante branco. Isto não é verdade inicialmente pelo seguinte. O tráfego de passagem que é gerado em São Paulo é muito grande. O tráfego local é extremamente grande. E para as pessoas que dirigem é muito fácil de se verificar isso. Quando as vias marginais ao Rio Pinheiros e Tietê foram abertas, elas basicamente deveriam se destinar à interligação das rodovias. No entanto, praticamente todos os moradores usam as vias expressas para viagens locais, não são apenas as viagens externas à cidade que usam as vias marginais. Portanto, é imaginado que com a quantidade de veículos que existe em São Paulo, esta via ao longo do Córrego Águas Espraiadas vai ter a sua capacidade utilizada durante todo o tempo da sua execução, ou seja, o esvaziamento que eventualmente vai ocorrer com o tráfego, com a interligação entre as rodovias não vai reduzir a validade da implantação dessa obra, porque a quantidade de veículos é muito grande.

Em segundo lugar, eu gostaria de esclarecer uma outra



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 139 do Proc. 352 de 1934
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
2b	39	alice	aud.pública	27.10.94		

questão. É a questão de uso do transporte coletivo. O vale do
Águas Espraiadas em primeiro lugar ele se localiza entre o Rio
Pinheiros... e o Jabaquara. Nas duas extremidades do vale existe
o sistema de transporte sobre trilhos, é o metrô no Jabaquara e
são os trilhos da CBTH na Marginal do Rio Pinheiros. Ao longo da
Av. Águas Espraiadas se fosse possível, se fosse viável economica-
mente, seria pensado um sistema sobre trilhos. No entanto, quanto
a Companhia do Metrô e quanto a CBTH não vêem a viabilidade de,
no momento, implantar transporte sobre trilhos, que é um transpor-
te de grande massa, no longo do Córrego Águas Espraiadas. No entan-
to, no longo do Vale Águas Espraiadas está prevista uma via de
transporte de capacidade média, ou seja, Ônibus coletivos, ou ôni-
bus com uma capacidade normal de que o ônibus normal, interligando
justamente o metrô à ferrovia. Também esta via se destina portanto
ao transporte coletivo. Uma outra questão a ser esclarecida é a
seguinte. O sistema viário da cidade não é utilizado exclusivamente
por automóveis, é utilizado por automóveis e todas as pessoas que
têm automóveis querem utilizá-los, mas são utilizadas também por
ambulâncias, carros de bombeiros, carros de polícia, esses carros
têm que andar pela cidade. Ou seja, não dá para imaginar que as



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 140 do Proc. 312 de 1994
N.º 312 do 1994
O Funcionário *[assinatura]*

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
2b	40	alico	aud. pública	27.10.94		

ruas da cidade são de uso exclusivo dos automóveis, So as ruas não
funcionarem quem estiver dentro de uma ambulância está sujeito a
morrer dentro de uma ambulância porque não chega no hospital. O car-
ro do bombeiro não chega ao seu destino, e a mesma coisa é com o
carro de polícia. Ou seja, as ruas da cidade, o sistema viário se
destina a um uso muito mais amplo do que apenas os veículos parti-
culares.

Outra questão é a seguinte. Esta obra não é uma obra para
apenas uma administração. Eventualmente o que poderá ser concluído
e inaugurado na atual administração é a obra que já está sendo ini-
ciada, portanto, é aquela obra que está dentro da faixa da lei de
88 e não a faixa maior com essas desapropriações que estão agora.
Ela não... (fim do lado b da fita 2)



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 441 do Proc.
410 352 de 1994
O Funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
3A	1	valéria	mud. publ.	27.10		

uma continuidade maior. Com relação à outra pergunta, de como vêm os recursos privados, gostaria de esclarecer o seguinte: não se trata de doação, ninguém vai estar doando nada. O que está previsto é um mecanismo semel ante às operações interligadas, ou seja, a compra de direitos de construção acima dos limites estabelecidos pelo zoneamento. Nesta região existem zonas 2 e outras regiões que têm uma capacidade de aumentar o seu potencial construtivo. As pessoas, investidores que eventualmente desejem construir nessa região, deveriam comprar na Prefeitura esse potencial construtivo, esse direito de construção. Portanto, não se trata de uma doação e não se trata, digamos, de você dizer: não, agora é a construtora fulano de tal que vai doar. Não se trata disso, mas sim de um processo que já existe implantado em São Paulo com as operações interligadas que tem uma série de transformações hoje em dia, mas é um sistema de compra de potencial construtivo. A questão da valorização das pessoas que estão sendo desapropriadas, devo esclarecer o seguinte: essa região como um todo, atualmente tem os seus valores de mercado, valores imobiliários rebaixados pelo fato da não execução da obra e pelo fato da presença da favela. Com a execução da obra ou de parte da obra e com a remoção das favelas ou de parte das favelas essa região vai estar sendo valorizada, portanto, aqueles que estiverem sendo desapropriados, a desapropriação, sabemos muito bem porque nós já apresentamos esse tipo de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 142 do Proc.
H.º 352 de 1984
O Funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
3A	2	valéria	aud. publ.	27.10.		

problema, a desapropriação é feita pelo valor de mercado no momento da desapropriação, ou seja, essa valorização já está ocorrendo, portanto, o proprietários que vierem a ser, veja, há uma diferença grande entre a obra não executada e o início da obra. No momento em que essa obra começou a ser executada, ou seja, está se vendo que alguma coisa vai sair, existe uma expectativa diferente no bairro com relação à situação do bairro, porque até agora acredito que há por parte da população uma grande descrença do que a Prefeitura venha a fazer. No momento em que essa obra está em andamento, o quadro é diferente. Posso continuar? Depende da Mesa por uma questão de ordem.

O SR. _____ - Em primeiro lugar, eu queria saber do senhor o seguinte: o senhor falou de novo a respeito da venda dos terrenos que a Prefeitura eventualmente tenha para ocupar dinheiro... Não?

O SR. _____ - Não se trata da venda de terrenos, trata-se da venda de potencial construtivo, é outra coisa, é solo criado, é outro mecanismo. Eu esclareço: veja, não se trata da venda de terrenos, trata-se do seguinte: numa zona 2 o senhor tem uma capacidade de construir, existe um coeficiente de aproveitamento, ou seja, aquilo que é possível construir naquele terreno. Atualmente se considera que esse zoneamento, que foi elaborado em uma época em que se achava que São Paulo precisava parar, estabeleceu limites muito baixos, que é possível ultra-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

143
312
de 1994
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
3A	4	valéria	aud. publ.	27.10.		

de primeiro mundo, aquilo que hoje se faz em São Paulo é objeto de admiração por parte... Pois não. Finalmente, gostaria de esclarecer outra questão: aqui foi falado na questão de que seriam 70 mil famílias a serem removidas: não é verdade, não é possível, não existem 70 mil famílias. Foi feito um recenseamento pela Sehab há alguns anos que detectou seis mil famílias. Existe hoje certamente uma quantidade maior, não são mais essas seis mil famílias, mas nem de longe chegariam a setenta mil famílias. Portanto, não seriam 700 milhões de dólares para a remoção de famílias; esse número é um absurdo, não existe. O custo total da obra, com as desapropriações, com a execução do túnel, com execução de viaduto, com a execução de todas as obras civis necessárias realmente, nem cheguei a esclarecer, mas essa obra, para fazer a ligação da Água Espraiada para chegar na Imigrantes é necessário a construção de um túnel; são várias as passagens por cima do córrego. numa primeira estimativa temos 600 milhões de dólares para fazer todas as obras, com as desapropriações, etc., portanto, é um valor bastante diferente dos 700 milhões de dólares apenas para fazer a relocação das pessoas. Com relação à questão da Dersa estar ou não ciente do projeto, a Dersa está ciente do projeto. Evidente que não uma parte de seus funcionários, mas pelo menos a diretoria da Dersa, o Governador e eu mesmo estive em contato com diretores da Dersa. A diretoria da Dersa conhece o projeto, sabe do que se trata



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Fls. nº 44 do Proc.
N.º 352 de 12 94
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
3A	3	valéria	zud. pul.	27.10		

passar em locais em que haja infraestrutura. Essa obra vai estar criando infraestrutura, porque simultaneamente a execução do sistema viário vai estar sendo implantado o sistema de esgotos e vai estar sendo implantado o sistema de drenagem, ou seja, essa região terá condições de suportar um acréscimo no volume de construções. Portanto, o zoneamento atual quem estiver interessado em construir a mais do que aquilo que pode, compra da Prefeitura esse direito, isso é que é venda de potencial construtivo, não se trata da venda de terrenos. Vereador...

A SRA. ALDAIZA SPOSTATI - O senhor se inscreva outra vez. Há várias pessoas aqui que vão falar e depois vamos continuando. Vamos concluindo para passar para as outras pessoas. Por favor. Certo, deixe ele concluir. O senhor pode concluir? O arquiteto vai concluir e as outras pessoas vão falar. Por favor.

O SR. _____ - Outra questão que gostaria de esclarecer é o seguinte: muito se fala que aqui em São Paulo é um país de terceiro ou quinto mundo, pela população que existe na cidade de São Paulo, pela capacidade de investimento que existe... pela capacidade que existe nesta Cidade e pela população que aqui existe as pessoas que vêm da Europa - hoje, inclusive, fiz uma palestra para um grupo de holandeses - ficam admirados com a capacidade que São Paulo tem de se transformar, de fazer obras em grandes proporções. Portanto, mesmo nos países



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

145 do Proc.
32 de 94
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
3A	5	valéria	aud. publ.	27.10.		

e há uma deliberação do Governo do Estado da transferência desses terrenos para a Prefeitura. Na questão que foi colocada aqui pela última pessoa da localização das áreas verdes, por que não outras áreas verdes, eu gostaria de esclarecer o seguinte: as maiores áreas verdes que estão projetadas aqui são aquelas onde hoje existem favelas, como é o caso da Favela do Buraco Quente, uma das áreas maiores de implantação de área verde. São áreas que se transformariam portanto em locais para um possível ampliação do canal quando de uma chuva, ou seja, de extravasamento do canal e daí a necessidade de que essas áreas verdes sejam junto ao córrego, inclusive do próprio ponto de vista da paisagem. Olhando o campo a gente reconhece muito bem onde há um curso de água, que é onde tem árvores. A mesma coisa deve ocorrer nesse caso, ao longo do córrego existe uma área verde e com áreas destinadas exatamente ao extravasamento da água do córrego. De momento era isso que eu tenho a dizer.

A SRA. ALDAIZA SPOSATI - Nós agradecemos. Quero dizer a todos que estão inscritos o Sr. Geraldo Menozes, Isabel Macarango, Lusénir Alves Pereira, Lucia, Denise, Roberto Almeida, Glória e Alfredo. Então, vamos pedir o seguinte: todas essas pessoas querem falar ainda, então, vamos pedir que pode fazer uma fala curta e vamos passar em seguida, um pouco de vocês, um pouco de mesa dos Vereadores para a gente ir podendo criar também uma outra condição de pronunciamento. Também os



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 346 do Proc. 344
N.º 312 de 19 44
O Funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
3a	6	valéria	aud. publ.	27.10		

Vereadores estarem colocando suas idéias a respeito. Agora o Sr. Geraldo D. Isabel e Lusimir, por favor, pedindo que sejam breves em suas observações.

O SR. GERALDO - Em primeiro lugar, o arquiteto mencionou a necessidade de algumas áreas verdes para eventualmente conter inundações. Eu posso dizer que moro no bairro há mais de 20 anos, fui contemplado com uma dessas áreas de defesa das inundações e nunca vi nesses meus 20 anos de bairro nenhuma inundação que chegasse a 10% parte da inundação verde de grama que está ali projetada. (palmas). Em segundo lugar, quero dizer que evidentemente nenhum de nós é contra a solução do problema que aflige os favelados, mas vou falar aqui da minha posição: não sou um deles, graças a Deus não tenho o problema que eles têm e que reconheço que tem de ser resolvido mas sou daqueles outros que vai torcer de dar o que tem para que alguém mais tenha o seu valorizado e eu não dou à Prefeitura o direito de arbitrar isso no meu nome. (Palmas). E, finalmente, quero dizer também, já foi dito que os Vereadores aqui presentes não são responsáveis, eles ainda não são mas poderão vir a ser. (Palmas).

A SRA. ISABEL - Eu quero aproveitar o gancho do senhor, que disse que os ilustríssimos aqui não são responsáveis pelo projeto e gostaria de dizer que eu não considero eles ainda não responsáveis.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 347 do Proc. 312 de 1994
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
3A	7	valéria	sud. públ.	27.10		

Esses são responsáveis sim porque a gente votou neles. Não votei, não conheço, não sei quem são essas pessoas, mas alguns, votamos em outras pessoas que não estão aqui. O que entendo é que o Arquiteto Lefevre é um técnico que está sentado em uma mesa, ganha um puta de um salário, nós pagamos, ele faz parte de uma estrutura onde existe uma organização, existe Prefeito, existem Secretarias, etc. O que a senhora falou é exatamente verdade: ninguém sabe o que o outro faz. O arquiteto disse: imagina, é claro que o Dersa sabe, é claro que o diretor sabe, é claro que o Governador sabe. Gente, nós sabemos disso, é uma coisa lógica que o diretor deve saber, mas acontece que estamos sentindo falta do seguinte: onde estão as comissões dessas empresas, tipo que cuidam, não sei se a nível municipal a gente tem alguém que cuide de ruído, talvez a própria Sahab, mas para se aprovar um projeto desse tipo, já que ele passou pela Comissão de Justiça, etc., que nível que tem essas pessoas que fizeram parte dessa comissão, a minha pergunta é: existe alguma coisa para embasar esse tipo de aprovação? Mesmo porque, acho que vou fazer parte de um grupo, vou começar a organizar hoje aqui, a volta dos amigos favelados, porque é o que está faltando. É claro que a gente está lá no prédio e olha aquelas pessoas que estão lá embaixo e a goisa que a gente mais gostaria é que eles fossem embora, é óbvio mas, em momento algum fomos prejudicados pelos favelados, ou seja, o que acontecia... (Palmas)



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 148 do Proc. 1.0 352 de 1994
N.º 352
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
ZA	8	valéria	aud. publ.	27.10.		

A gente esperava como cidadão que paga os impostos, os IPTUs da vida, etc. que todas as pessoas tenham uma condição digna de viver o o que a gente esperava? No momento, já que esse projeto é de 1960 e lá vai casetada, que nesse meio tempo houvesse um projeto, um planejamento que ninguém falou nisso até agora, para que no dia em que fossem tirar o povo de lá eles tivessem um lugar, porque eles são igualzinho à gente. Agora nós estamos sentindo, porque eu moro lá na favela com 17 andares e nós vamos sofrer a mesma coisa que eles. Então, o que acontece? Agora a gente está sentindo na pele e acho que a gente tem de ter uma postura decente no sentido de cobrar essas pessoas e de participar com elas no sentido de envolver os outros órgãos que são responsáveis pelo planejamento da cidade, porque infelizmente a gente não tem um programa de governo que tenha continuidade no governo seguinte. Então, acho que isso é uma coisa que Carvalho Pinto já dizia para a minha avó, não para mim: se você não fizer um plano de Governo que seja obrigatório ser seguido por 8 ou 10 anos, não me lembro, nada vai adiante. Quer dizer, todos nós sabemos disso. Então, o que estou fazendo aqui é só uma consideração porque também tinha vontade de me manifestar, acho que estou sendo repetitiva, um onto de gente já falou sobre isso, mas acho que a gente não pode ficar cego para as coisas que estão aí. O arquiteto disse que nós não vamos ter um elefante branco; acho que vai ser cor de rosa, porque o elefante branco



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

CO. N.º 149 do Proc.
N.º 352 de 94
O Funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
3	A 9	valória	aud. publ.	27.10.		

é na Bandeirantes, é na Av. Santo Amaro, é na Nove de Julho, é na Cupecê que não lembro o nome, a Vicente Raw, todas essas avenidas são elefante branco, ou seja, nós chegamos a um problema que ele mesmo colocou: que o Governo do Estado não se entende com o Municipal, então, o Municipal vai tomar essa frente, através do Dr. Paulo Maluf e vão fazer essa aveni-
da. Então, a gente que está lá sentada a gente está trabalhando, quer dizer, eu tenho de trabalhar, levantar todo dia de manhã para ir ganhar dinheiro, pagar escola para os meus filhos, meu condomínio, etc., mas eu pago vocês. Então, o que acontece? A gente sabe que técnico que é o ar-quiteto, não é o que ele está fazendo o que a escola mandou, não, a gen-
te é que está pagando para essa estrutura funcionar, só que enquanto não tiver nesse país uma condição de planejamento, a gente vai sofrer isso. Então, se nós estamos sofrendo uma coisa que é pequenininho, não estamos querendo resolver o problema do Rio de Janeiro, aquele país que está bem longe, ninguém conhece, está tendo tiroteio, guerra, mas nós nem sa-
bemos, estamos longe, o nosso problema é o Córrego da Água Espraiada. Pa-rece que a gente não vive no mesmo país, mas nós vivemos. Então, só per-
gunto uma coisa para o arquiteto: nós já temos várias experiências, a gente assiste como cidadão, sou uma pessoa nova ainda, tenho 40 anos, mas a gente já vem assistindo a muita coisa aí, são obras que começam, são desencontros que existem em termos de avaliação mesmo dos grupos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 150 de Proc.
N.º 332 de 1944
O Funcionário *hnr*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
3A	10	valéria	aud. publ.	27.10.		

diversas Secretarias envolvidas, porque cada uma tem uma responsabilidade, quer dizer, é fácil a gente dizer que o arquiteto ganha para isso e o projeto dele é bonito, mas ele também tem uma responsabilidade que na hora em que ele propõe isso, ele deveria ter uma postura, e não só ele, mas como todo mundo dentro de uma empresa como a Emurb, por exemplo, deveria ter uma postura de obrigatoriamente estar chamando gente para trabalhar junto. Então, vocês vejam: os favelados foram embora? Eles não têm lugar para morar. Nós estamos batalhando aí para arrumar um jeitinho de botar o porteiro da gente, que é favelado, e que não encontrou lugar, para ele comprar um barraco não sei onde, lá nos cafundó, por seis mil reais e esse pessoal vai ficar com o problema. Vocês acham que com a gente vai ser diferente? Vai ser a mesmíssima coisa, ou seja, quantos hospitais a gente precisaria construir nesta Cidade? Acho que muitos, agora não adianta a gente querer construir um hospital das Clínicas, um em Santo Amaro, um no Jabaquara e um na Penha. Por quê? Porque nós não vamos ter médicos para botar lá dentro, não vamos ter recursos. Então, é claro que precisa escoar carros, que precisa o diabo, mas o que a gente está colocando aqui é a nossa indignação de como as coisas acontecem de uma forma tão caótica, ou seja, nós não conseguimos planejar esse início de construção, ela começou, está lá, já estamos falando da segunda, e estamos aqui, todos perdidos. Ou seja, o que estamos fazendo aqui, acho que nem pergunta a



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

155 do Proc.
N.º 312 de 1994
O Funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
3A	11	valéria	adm. publ.	27.10.		

gente tem, acho que estamos mais querendo manifestar uma coisa do tipo assim: nossa, o que está acontecendo? Então, a minha pergunta ainda continua, básica, alguém já fez: já que existe um estudo, alguém deve ter dito, bem, isso vai abranger tudo isso daqui, não tantas mil casas e vai custar tantas mil de indenização, porque é o que ele perguntou e o que não foi respondido. Quero saber se tem um número estabelecido de casas que vão ser desapropriadas porque eu não vou nem ficar perguntando do meu prédio, se eu vou perder a piscina, se vai cair na escada, não é o caso, mas quero saber, já que existe o projeto e você convenceu a gente da necessidade até óbvia, está mais que provado, como é que fica a situação toda? Quem é que vai ser desapropriado, porque se não tiver essa resposta, como é que a gente vai saber se é realmente viável?

A SRA. LUCIA - Boa tarde, acho que essa companheira que acabou de falar aqui, acho que somos vizinhas, porque eu sou da Favela Visconde de Ouro Preto, Favela Levanta a Saia. Somos em 6 favelas organizadas. É a Favela Levanta a Saia, Buraco Quente, Buraco Lombo, Piolho, Lactônia I, Lactônia II e mais uma que esqueci, Divinéia. Estamos batalhando, estamos nos organizando e nós não vamos sair enquanto não tiver casa pronta. (Palmas). Essa não é uma pergunta, é uma afirmação: não vamos sair enquanto não tiver casa pronta, porque companheiros nossos do Buraco Quente estão debaixo de viadutos lá no Jabaquara e nós não queremos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	152	do Proc.	
N.º	312	de	1984
O Funcionário	<i>[assinatura]</i>		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. APARTE
3A	12	valéria	aud. publ.	27.10.		

ir para debaixo do viaduto. E outra coisa: por que o Maluf ao invés de mandar o senhor aqui, por que ele não veio aqui? (Palmas). Por que o Maluf manda as assistentes sociais lá na favela, por que ele não vai lá falar para nós que vamos ter de sair? Por que ele não tem coragem de colocar os pés lá e conversar com a gente cara a cara? Mas ele ainda vai precisar de nós. Cadê as 120 mil casas que ele prometeu? Ele em vez de dar as casas está tirando de nós as casas; acabou com o mutirão, com tudo, ele quer fechar a nossa creche lá. É favela mas é um povo que luta, que tem direito à moradia, tem direito a emprego, todo mundo quer sobreviver. As assistentes sociais foram lá na favela e ofereceram um milhão e cem por barraco. Alguém aqui vende a sua casa por um e cem? E o que nós vamos fazer com esse dinheiro? E o senhor aí, o senhor vende a sua casa? Não, o bicho vai pegar. Nós não queremos lutar com violência. Mil e cem reais a assistente social ofereceu por cada barraco. É barraco, somos pobres mas temos dignidade, somos pessoas que lutam, nós trabalhamos, não queremos nada de graça. (Palmas). Moramos em área da Prefeitura e particular mas não queremos um pedacinho de terra de graça, mas queremos pagar e ficar onde nós estamos. E se tiver de nos tirar nós queremos ir para lugar próximo, não queremos ir lá para Itaquera II e nem receber embrião. Enquanto não tiver casa nós não vamos sair. (Palmas).

A SRA. ALDAIZA SPOSATI - Nós vamos pedir para a Denise



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 153 do Proc.
H.O. 312 de 12/94
O Funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
3A	13	valéria	aud. publ.	27.10.		

para também fazer rapidamente suas observações.

A SRA. DENISE - Aproveitando o que a companheira acabou de dizer, presenciei algumas pessoas que saíram da favela, desocuparam uma região e atualmente estão morando debaixo de um viaduto, próximo à minha casa, que não é na região do córrego. E o que foi feito? Cercaram o jardim com grades para evitar que as pessoas continuassem lá. Vocês vão cercar os jardins dessa maravilha dessa avenida com grades para evitar os ladrões, os malandros? Porque é o que vai acontecer, porque os jardins vão ficar nos fundos das casas e lá já existem. A maravilha vai ser uma arma contra os moradores atuais de lá. É muito bonito para quem não tem o problema da guerra que nós vivemos, porque com tanta gente descontente, como podemos ter paz? de jeito nenhum. E acho que isso é muito importante. Meus pais moram na boca do lixo, bem na boca do córrego, a casa dele está pronta para ser desapropriada para fazer um belo jardim, sendo que, com tanta gente precisando de um lugar para morar, vai ser gastar uma nota pó para pagar a casa do meu pai, enquanto poderia construir duas ou três com esse mesmo dinheiro. Eu não acho que seja uma coisa inteligente, acho uma coisa inútil, um desperdício muito grande: está tirando desse povo que não tem onde ficar para quê? E vão ter de pagar uma indenização à altura porque se não nós vamos desocupar a casa, porque é um direito nosso. Nós pagamos e quando compramos ela não



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 154 do Proc. N.º 312 de 1994
O Funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
BA	14	valéria	aud. publ.	28.10.		

estava com problema nenhum na Prefeitura, ela fica próxima ao córrego.

Eu sou vizinha da favela e nunca tive problema com a favela ali, não posso reclamar. O que eu tenho a reclamar é: ali puseram linhas de ônibus, fizeram e aconteceram e agora querem que a gente saia de lá.

A SRA. ALDAIZA SPOSATI - Tem a palavra o Vereador José Mentor.

O SR. JOSÉ MENTOR - Companheiros e companheiras, queria pedir a atenção de todos, primeiro para responder uma pergunta que foi colocada há pouco sobre a Comissão de Justiça da Câmara Municipal. Eu sou Vereador do PT, juntamente com o Vereador Arcelino Tatto também do PT, participamos dessa Comissão e o Vereador também é membro da Comissão de Constituição e Justiça. Queria aqui primeiro precisar que a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal tem a competência de verificar se cada uma das proposições, cada um dos projetos de lei, tenham eles origem no Executivo ou nos Vereadores, se estão de acordo com a Constituição Federal, com a Constituição Estadual e com a Lei Orgânica do Município. Quero registrar isso de antemão porque não cabe a nós da Comissão de Constituição e Justiça dizer se o projeto, esse ou aquele, é bom ou ruim. Cabe dizer: é legal, é constitucional, a competência de quem assinou tem poderes para assinar, está de acordo com a lei, não fere a Constituição o ponto final. Cabe este primeiro esclarecimento para



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 135 do Proc. 352 de 1994
N.º 352 de 1994
O Funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
34	15	valéria	aud. publ.	27.10		

que a gente não cometa injustiça com qualquer dos Vereadores que tenham
subscrito o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. E quero, em
segundo lugar, dizer a vocês que, por uma orientação partidária, nenhum
dos dois Vereadores do PT assinou parecer pela legalidade desse projeto.
(Palmas). Quero cumprimentar o companheiro de Pinheiros Vivo e de Vila
Olimpia, porque muitas das vezes, cada um de nós assistindo televisão,
ouvindo rádio ou lendo jornal, a gente não compreende a dimensão, o ta-
manho do drama dos outros. Tenho certeza que cada um de vocês deve tor-
cido que aquele negócio do Pinheiros Vivo, de Vila Olímpia Viva era um
negócio de meia dúzia de petistas arruncheiros que estavam querendo fazer
oposição ao Maluf. Não é verdade! Lá tem povo que é contra a desapropri-
ção da Faria Lima e não quer obras como aqui vocês também não querem.
E aqui também tem petistas, que provavelmente estão lá ajudando o povo
a defender seus interesses. É por isso que a Aldaíza, a Teresa, o Mauri-
cio, o Henrique e eu estamos aqui ouvindo todos vocês e tenho certeza
que é por isso que o Homura quer se convencer que esse projeto não pres-
ta e vai votar contra também na Câmara Municipal de São Paulo. (Palmas).
Sem falar da Ana Martins, do PCdoB, que sempre está junto conosco defen-
dendo os interesses do povo de São Paulo. (Palmas). Outra coisa que quero
dizer é que às vezes as coisas passam batidas e eu não costumo deixar

coisas desse jeito. Primeiro: não são todos os políticos iguais.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

356 do Proc.
N.º 352 de 1944
O Funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
3A	16	valéria	aud. publ.	27.10.		

Eu sei que tem muita gente que pensa assim, mas digo a vocês: não são, não são. Além das diferenças físicas, partidárias, há aquelas das concepções e o PT tem concepções urbanas diferentes dessa obra, é por isso que ele é contra a obra. O PT tem concepções urbanas diferentes daquelas que respeitadamente ouvi o arquiteto expor aqui, nós divergimos, nós não concordamos com isso. O PT para administrar São Paulo tem prioridades diferentes, nós não queremos fazer outro minianel viário, que deslocou 500 famílias na Vila Santo Estéfano, na Água Funda, e que deixou outras tantas casas rachadas, trincadas, onde o povo não tem segurança para morar! Não queremos fazer isso. Foi por isso que Luiza Erundina paralisou o túnel do Rio Pinheiros, paralisou o túnel do minianel viário e paralisou outras tantas obras que para nós eram irrelevantes, não eram prioritárias; as prioridades eram educação, saúde, transportes e abastecimento de São Paulo. É assim que o PT pensa e é assim por isso que o PT está aqui. E então, eu sei que muitos pensam assim: esses petistas são tudo esguerdinha, tudo estreito, tudo bagunceiro, mas eu espero, para o bem de vocês que a maioria dos Vereadores da Câmara Municipal façam igual o PT vai fazer nesse projeto: vote contra para arrubar o projeto. (Palmas). Há alguns conceitos que queria indagar: por que, como é que a Cidade cresce? ~~Quem é que quer a cidade crescer?~~

- lado B.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	157	do Proc.	94
N.º	352	do	94
O Funcionário	<i>[assinatura]</i>		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
3B	1	valéria	aud. publ.	27.10.		

como é que uma área se valoriza? Se valoriza porque as pessoas vão para lá morar. Pegam o terreno vazio, fazem a casa, o embrião, começam a construir uma casa aqui, outra acolá, chamam a atenção do comércio, vem a padaria, o bazar e urbaniza. Quem urbaniza é o povo. Está certo o companheiro que falou agora há pouco, que os ancestrais dele construíram a região. Essa é a verdade. Quem valorizou essa região foi o povo que construiu a região. Não dá para entender de outra maneira. Portanto, consequência disso, em primeiro lugar o povo que mora aqui e depois a concepção arquitetônica, depois o carro para onde é que vai andar. Agora, eu pergunto: vai valorizar depois da obra feita para quem? Mas é mais. Aqui agora há pouco um senhor falou que para vocês não vai valorizar porque vocês não vão estar mais ali. Mas pergunto: se não é para vocês, para quem é? Mais que isso: é verdade que existe um entorno que vai gostar da obra. Nós temos de dialogar com esse povo, porque de novo, cumprimento o Pinheiros Vivo, aqueles que pensam que problema só acontece lá em Pinheiros ou no Itaim, estão vendo que pode acontecer no Águas Espraiadas. E nós temos de conversar com o entorno para mostrar a eles o drama que estamos passando. Vai valorizar para quem tem dinheiro para o tal potencial; vai valorizar para quem tem cacau para comprar e construir mais para vender mais caro, para ganhar mais dinheiro e uma parte do povo perde e um pouquinho ganhar (palmas). Quero terminar, para não me alongar di-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 158 do Proc. 352 de 1994
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
3B	2	valéria	aud. publ.	27.10.		

zendo o seguinte: dependendo de uma decisão política, porque até hoje infelizmente na Câmara, o Prefeito Paulo Maluf tem conseguido juntar uma maioria folgada para aprovar os projetos de seu interesse. Mas, na Faria Lima ele está engolindo um tranco que não é brincadeira. Por quê? porque o povo está lá pressionando Vereador, pressionando o Prefeito, se organizando para não deixar passar. E se é verdade que nós aqui temos a responsabilidade de votar esse projeto, também é verdade que cada um de vocês tem a responsabilidade de ir lá fiscalizar, apertar, pressionar para não deixar passar o projeto de Águas Espraiadas. (palmas). A última frase para mim é assim: eu ouvi falar aqui em muitos direitos, e cheguei a ouvir falar no direito da água do Rio Espraiado, foi dito aqui e tem que deixar espaço para a água do rio espraizar! Eu quero saber onde está o direito da cidadania, do reconhecimento do povo que mora em Águas Espraiadas. (Palmas).

A SRA. ALDAIZA SPOSTI - Nós vamos pedir para o Roberto, a Glória e o Alfredo fazerem rapidamente suas observações, por favor. Nenhum deles está presente? Por favor.

O SR. - Ao engenheiro Lefevre eu queria especificar uma questão que está um pouco esquecida aqui. A situação desses proprietários lindeiros no direito ou no tratamento desse reaproveitamento, nessa revisão dos coeficientes de construção, Serão eles desaproveitados?



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 359 do Proc. 352 de 1964
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
3B	3	valéria	sud. publ.	27.10.		

priados? Serão eles objetos de participação de um plano ou edital público, enfim, esclarecer o caso. Como sou proprietário a um quarteirão e pouco da área, tenho interesse específico. E ali na Atlanta vejo que há uma área colorida, que seria o núcleo do projeto. E embaixo dessa área vejo tarjado em preto alguns quarteirões. Pergunto se entre o limite colorido e o traço mais forte em preto serão ou não desapropriadas e qual o processo usado. E como a lei está tratando disso, como esse projeto está versando. De resto a minha solidariedade a todos que têm de sair dela, se é que terão de sair, e os meus votos para que esse projeto fique restrito ao máximo possível, atendendo à necessidade urbana mas sem esquecer a situação dos favelados. Não sei a evolução disso. Lembro-me que é até um projeto americano. Fala-se aí de 1960, mas quando vi essa questão esse projeto vinha do Pires do Rio ou companhia, de um grupo americano que veio traçar esse projeto aqui. De qualquer forma, o que peço a Deus é que haja um encaminhamento mais favorável às favelas. Obrigado. (Palmas).

A SRA. ALDAIZA SPOSATI - Quero, daquilo que o Vereador José Mentor disse, já assinalar o seguinte: esta audiência já está sendo feita aqui por uma iniciativa no começo dela na Câmara, do Padre Domingos e do Sr. Luis Antonio Ekrart e também se conseguiu o apoio do pessoal da Discover, que está ali, até o número de telefone deles que estão



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Ata n.º 312 do Proc. 34
N.º 312 de 1934
O. E. 312

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
3B	4	valeria	aud. publ.	27.10.		

oferendo o som para esta audiência ser aqui. Portanto, já há um começo de organização nesse sentido. Vou passar a palavra para o Sr. Luiz Eduardo para explicar isso, Luiz Antônio, para explicar como está a questão antes de passar para a Vereadora Ana Martins.

O SR. LUIZ ANTÔNIO EHRHART = Boa noite a todos. Já fui apresentado pela ilustre Vereadora. Eu represento a Associação dos Proprietários ou Titulares de Direito Real no longo da Água Espraiada, identicamente com o pessoal da Soprov. Nós somos contra e o que queremos dizer basicamente é que vocês não estão sozinhos, pois já existe uma associação totalmente organizada, dentro da lei, pronta para acionar toda a gama de direitos e solicitar à Câmara tudo aquilo que for preciso na luta. O que queria pedir é que as pessoas não deixassem o recinto porque se acham cansadas. Nós também estamos cansados. Nós saímos do trabalho o dia inteiro, viemos para cá, montamos, organizamos e de certa forma a gente começa a ver que as pessoas vão embora, quando é importante ouvir tudo, do começo até o final porque o interesse é global, não é específico de uma associação. Então, pediria que o silêncio fosse algo importante e comunicar que no dia 3 próximo de novembro, na Igreja Nossa Senhora de Guadalupe, se não me engano, na Rua República do9 Iraque, das 19 às 22, o salão paroquial está cedido pelo padre para termos uma reunião preparatória para a próxima audiência e lá vamos comunicar o



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 161 do Proc. N.º 312 de 1994
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONF. APARTE
3B	5	valéria	aud. publ.	27.10		

local, quando vai cor, como vai ser e adotar, aí sim, uma forma mais objetiva e direta. Hoje para nós, nos sentimos totalmente satisfeito com o que organizamos, pois as pessoas tiveram a oportunidade de debater. Mas na próxima deveremos ser muito mais específicos do que estamos sendo hoje.

A SRA. ALDAIZA SPOSAETI - Tem a palavra a Vereadora Ana Martins.

A SRA. ANA MARTINS - Boa noite a todos. Eu sou Vereadora do PCdoB. Somos dois Vereadores na Câmara Municipal. Não sou da Comissão de Política Urbana, nem da Comissão de Justiça. Sou da Comissão de Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social. Venho aqui em solidariedade a esse movimento que está começando aqui, agora. Como também estou participando como solidariedade o apoio ao movimento da Fria Lina e Pinheiros Vivo. Vou falar rapidamente por conta das inúmeras falas que vocês já ouviram. Certamente torci toda a tranquilidade de dizer que jamais imaginávamos que a parcela da população que tinha uma certa estabilidade de vida pudesse ser atingida por essas obras faraônicas o que até agora eu tenho a tranquilidade de dizer a vocês: sou do movimento popular há 30 anos. Até 5 ou 10 anos quem vivia esse tipo de problema era o povo muito empobrecido. Era o povo favelado, os de subemprego, os de salário muito baixo. Precisamos considerar, tenho certeza, como aconteceu no



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 362 do Proc. 352 de 94
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
3B	6	valéria	aud. publica	27.10.		

movimento Pinheiros Vivo e Faria Lima, vai ser um grande aprendizado para nós do que hoje a política tem de mal e de bem. Por que está acontecendo esta audiência pública? Por que esses Vereadores tiveram a coragem e disposição de vir aqui? Moro perto de São Miguel Paulista e estou aqui, sou da periferia. Sou assistente social também e hoje Vereadora, mas as audiências públicas são o mecanismo que a nova Constituição nos garantiu. Quando um problema da Cidade afeta grande parte da população e é uma obra de peso, hoje temos graças à nova Constituição esse mecanismo na nova Lei Orgânica. Por que aqui não vêm os 55 Vereadores? Então vocês também precisam conversar com os Vereadores em quem vocês votaram, ir lá de saber a opinião dele, se ele vai votar com o Prefeito, porque a maioria que vota com o Prefeito ganha favor, cargos públicos nas regionais. Tudo isso vai ficar mais claro para vocês quando forem à Câmara Municipal. E queria dizer para vocês: hoje estes Vereadores vieram e eu virei quantas vezes for convidada e, com certeza, eu e Vital Nolasco, líder do PCdoB, seremos contra esse projeto faraônico, (palmas porque há por trás dele grandes interesses econômicos, interesses imobiliários, interesses de grandes empreiteiras e são compromissos do Sr. Maluf, do tempo da sua eleição. Esse tipo de política não serve mais para o povo. O Sr. Maluf tinha obrigação de vir aqui sim, quando uma obra faraônica dessas implica na vida das pessoas, prejudica suas vi-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

163
Fóla n.º 352 do Proc. 194
N.º 352 de 194
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONF. APARTE
3B	7	valéria	aud. publ.	27.10.		

das, mas ele nunca vem, ele nunca vai discutir. Esse perfil de político não serve mais para o povo. O político que precisamos nos dias de hoje é o político que escuta o povo, que garante a participação popular, que garante que os interesses primeiros da população serão respeitados e não os interesses de minorias muito ricas que já se enriqueceram muito e querem mais. E gostaria de parabenizar vocês, os que estão compreendendo que ser solidários aos favelados é questão de princípio do ser humano, é questão de resgatar a que somos como seres humanos e ajudar a encontrar uma solução justa para quem ainda não tem o direito de propriedade, que a gente garanta isso, que o Município escute os favelados, que levante a situação de cada família e veja o que tem de ser feito, porque é sempre a injustiça maior para quem tem menos. E é isso que coloca milhares de homens de rua, homens e mulheres, porque os que estão nas ruas ainda estão pior do que os que estão morando nas favelas e a cidade está cheia disso, esses que estão nas ruas, sem nenhum direito e sabemos que são seres humanos como nós somos. Queria encerrar dizendo: é muito importante a organização de vocês, é muito importante fazer assembleias, audiências públicas, que ajudarão na sua organização mas não substituem sua força. Vocês terão de constituir o seu movimento e como não é justo para a cidade deixando os hospitais desativados como estão, morrem milhares na Região Leste e Sul por falta de aten-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	164	do	199.
N.º	352	de	44
O Funcionário			

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
3B	8	valéria	aud. publ.	27.10.		

dimento. O povo não tem casa para morar, os mutirões estão parados e por que priorizar essa obra? Aqui há pessoas, engenheiros, arquitetos, pessoas que tiveram a oportunidade de estudar. Precisamos exigir do Sr. Maluf o Plano Diretor da Cidade, porque se nós tivermos o Plano Diretor, cada região vai precisar discutir o seu plano e aí cada região vai ver se tem ali uma obra prioritária ou não. Mas sem mandar o Plano Diretor para a Câmara, por que fazer essas operações urbanas? Para quem está equivocada, não é Vereador que faz o projeto da operação urbana, é o Executivo, não cabe a nós fazermos isso. Deixo todo meu apoio e estou à disposição de vocês. Muito obrigado.

A SRA. ALDAIZA SPOSATI - Agradecemos à Vereadora Ana Martins. Tem a palavra o Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Boa noite a todos. Primeiramente, gostaria de fazer um desagravo ao nosso arquiteto Lefevre, que é um técnico extremamente competente que tem, em toda a sua carreira, trabalhado com todos os Governos, nas mais diversas siglas. Trabalhou com Mário Covas, Com Erundina e está trabalhando com Paulo Maluf. Acredito que críticas destinadas a um técnico competente mereçam ser rechaçadas de plano. Sou do PL, participe da coligação do Prefeito, e quero dizer a todos que não estou convencido com relação à necessidade desse projeto. (Palmas). Acho que é fundamental aprofundarmos uma discussão.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 165 do Proc.
n.º 332 de 1994
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
3B	9	valéria	aud. publ.	27.10.		

O nobre Vereador José Lantor, meu companheiro da Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou as irregularidades na merenda, disse que o Prefeito consegue maioria através de pressão. Eu refuto e não aceito, repudio qualquer tipo de pressão. Estou no mandato para ser Vereador, para dignificar a cidadania. Não sou homem que aceite qualquer tipo de pressão, exatamente porque tenho origem também na política. Meu pai também foi Deputado, durante bom tempo, e sempre nos deu a orientação de estar com a cabeça erguida para que possamos encarar nossos filhos, vizinhos e eleitores. Por enquanto, vamos nos aprofundar muito na discussão; há o fator social, mas sabemos de antemão que a situação do projeto de Águas Espraiadas não pode ficar como está. É imperiosa uma intervenção. Agora, se a intervenção vai ser naqueles moldes anteriores ou se vai ser nesses moldes, chegaremos a uma conclusão futura. Meu muito obrigado.

A SRA. ALDAIZA SPOSATI - Agradecemos o Vereador Aurélio Nomura. Avisamos que tanto a Vereadora Ana Martins e Vereador Aurélio Nomura ainda têm compromisso e precisam se retirar. Passo a palavra à Glória.

A SRA. GLÓRIA - Boa noite. Gostaria de dizer que bom se tudo isso que está sendo falado aqui realmente fosse cumprido, não é verdade? O Maluf está aí porque nós votamos nele. Então, estamos va-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 146 do Proc.
n.º 352 de 1944
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
3B	10	valéria	aud. publ.	27.10.		

gando... esperem um pouco, quero que vocês ouçam. Quem é que não gostam de passar numa Imigrantes e chegar na praia rapidinho? Todos nós. Quem é que não gosta de passar numa Rubem Berta, quando antes era aquela avenida estreitinha? Todos nós gostamos de progresso, só que esse progresso chegou na nossa porta e está nos apertando no calinho. Todo mundo aqui faz demagogia com os favelados. Todo mundo criticava os favelados, agora estão todos a favor do favelados. Nós somos responsáveis, cabem por quê? ALGUÉM na rua nos para perto do carro e nós fechamos o vidro e viramos o rosto. Então, não vamos vir com demagogia, falar que os favelados são melhores que o rio, que não sei o que lá, é tudo balala, não vamos fazer aqui politicagem como todo mundo faz. O que temos de fazer é o seguinte: fazer com que realmente isso seja cancelado, porque existem coisas muito mais importantes: as crianças jogadas nas ruas, gente sem dormir, na rua. Agora, estamos preocupados com meia dúzia de pessoas que somos nós. Agora, essa verba aí, se fosse utilizado 1/4 delas para o pessoal que está jogado, seria muito mais aproveitado, tem muita coisa para se fazer no invés desse negócio aí. Só que-ria dizer isso para o senhor. E não sei onde o pessoal consegue dormir vendo tanta gente desgraçada na rua e pensando em tanto dinheiro quando tem gente que não tem dinheiro para comprar um pãozinho.

A SRA. ALDAIZA SPOSATI -- O Sr. Roberto Almeida está?



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 167 do Proc.
Q.º 352 da 1.ª 94
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COMP. APARTE
3B	11	valéria	cad. publ.	27.10		

Não? Então, passo a palavra ao Vereador Henrique Pacheco.

O SR. HENRIQUE PACHECO - Boa noite. Vou ser breve. Quero dizer aos senhores que estou ligado à questão da ~~morta~~ moradia popular e acho que outros companheiros aqui abordaram vários aspectos, mas um merece ser lembrado. Temos aqui diversos representantes de favelas que existem na região. É importante que agente diga que a Secretária de Vias Públicas, do Secretário Reynaldo de Barros, através das assistentes sociais, tem ido forçar que inúmeras famílias saíssem de seus barracos através de uma proposta de mudança para outra região da cidade. O que queria mostrar, uma senhora que me antecedeu aqui falava da questão das faveladas. Hoje podemos assistir a uma situação diferente, porque vimos aqui os companheiros favelados mostrando e deixando ver de forma transparente que são trabalhadores, estão morando na favela e assim como os ars. proprietários têm seus direitos a serem respeitados e que lutam para permanecerem não na favela mas no bairro numa edificação digna, porque são elas também que participam da construção do progresso desta cidade. Então, hoje aqui percebemos que se uniram dois segmentos que antes podiam se olhar de maneira distinta e que a partir de agora, imagino, podem caminhar lado a lado porque os direitos são dos proprietários mas também são daqueles trabalhadores que moram nos barracos. Essa associação que existe e que fala nos di-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 468 de 944
L.º 312 de 19
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
3B	12	valéria	mud. publ.	27.10.		

reitos de propriedade e nos direitos reais também têm de incluir os direitos de posse e os direitos maiores, à cidadania, o direito dessas pessoas serem tratadas como seres humanos. Quero dizer que na Câmara, do lado de outros companheiros, estaremos trabalhando pela derrubada desse projeto porque queremos pensar em um progresso para a Cidade que leve em conta, antes dos automóveis e grandes avenidas, o interesse do ser humano, sejam eles moradores das favelas, que é o meu pessoal, com quem eu trabalho e com quem estou ligado, sejam moradores do Brooklin, Campo Belo, todos que aqui estão, porque somos todos paulistanos com iguais direitos a defender. Muito obrigado.

A SRA. ALDAIZA SPOSATI - Agradecemos o Vereador Henrique Pacheco. Quero informar a todos que nós pedimos essa denúncia em relação à presença de assistentes sociais na favela forçando as pessoas a sair, já recolhemos os depoimentos e vou dar entrada no Conselho Regional de Assistentes Sociais, pedindo um conselho de ética para entender quem é que está determinando isso aos assistentes sociais, porque se essa atitude se for do lado dos assistentes sociais, fere a ética profissional. (Palmas). Vamos passar a palavra ao Vereador Maurício Faria. Vamos recolher também essa informação. Peço à Gazeta do Santo Amaro nos enviar ~~essa~~ essa comunicação. (Como? Obrigada.

O SR. MAURICIO FARIA - Bem, eu me posiciono, assim



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 119 do Proc. 332 de 94
N.º 332 de 94
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
3B	13	valéria	aud. publ.	27.10		

como os demais colegas da bancada do PT contrariamente ao projeto que está sendo hoje apresentado e entendo que há algumas questões fundamentais. Primeiro, o projeto, como inclusive foi dito, é um remendo, uma improvisação, porque todos os técnicos, inclusive o próprio Lefevre admitem, que a questão da circulação de cargas, de caminhões pesados, que cruzam a cidade em função das rodovias tem que tirar esse trânsito da cidade. As cargas pesadas relacionadas com as interligações das rodovias têm de ser objeto de um anel viário, responsabilidade do Governo Federal. O que mudou, há uma grande mudança em relação ao projeto anterior, que era o projeto da operação urbana Águas Esquaiadas para esse projeto. Há duas mudanças essenciais: a primeira é que ele passou a ser uma grande via expressa destinada a ligar a Marginal com a Imigrantes, e, portanto, para escoar carga pesada para tráfego de caminhões. Isso é aceitar uma dinâmica inaceitável: a cidade não pode continuar fazendo grandes avenidas para remendar um problema que terá de ser resolvido através do anel viário. E estamos agora diante da possibilidade da posse de um novo Governo Estadual e temos de cobrar do novo Governo do Estado a sua responsabilidade, o exigir que tome posição e aí não invista recursos público em uma obra que é necessária, que é o anel viário, ligando as rodovias e poupando a cidade do tráfego de caminhões. (Palmas). Porque é em função desse tráfego pesado que agora se tenta



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 170 do Proc. 312 de 1954
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
3814		valéria	aud. publ.	27.10		

proteger artificialmente os bairros que são residenciais do tráfego pesado, porque a obra anterior do projeto de operação urbana da Prefeitura Luiza Brandina era para resolver um outro problema, o problema do córrego que tem de ser resolvido, e seria resolvido com uma avenida de tráfego mais leve e com um critério social, garantindo que todos os moradores da região seriam mantidos na própria região. (Palmas). Então, essas diferenças são essenciais. Uma moradora já apontou que tecnicamente, a solução dessas áreas verdes, a pretaxe ou com a intenção de proteger as áreas residenciais, cortadas por uma avenida de tráfego de caminhões e tráfego pesado, essas áreas verdes não serão áreas de lazer, tenderão a ser áreas que afetam a segurança dos moradores e é mais uma complicação que vem desse problema primeiro, que é transformar essa avenida numa espécie de Avenida Bandeirantes, que é uma avenida de ligação de rodovias. Entendo que nós não podemos aceitar esse tipo de solução, que é necessário ver a solução da questão do córrego, que é um problema real da cidade, mas que pode ser feito com outro projeto, sem desapropriar... fim do lado B da fita 3



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

171
N.º 352 do Proc. 194
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
4 A	1	ant.	aud. pub.	27.10.94	M. Faria	

e pela existência de um projeto pendente sobre a área há décadas. Portanto, mesmo que se pague o valor de mercado, o valor de mercado hoje é relativamente baixo, ou seja, aquele morador, mesmo que recebesse o valor de mercado, ele não conseguiria manter o mesmo padrão de moradia fora dessa região. Além disso, uma questão que tem sido levantada pelo Movimento Vila Olímpia Viva e Pinheiros Vivo, é que a desapropriação não envolve apenas o risco daquele proprietário não conseguir comprar outro imóvel, desenraizamento a desapropriação significa o ~~desenraizamento~~ de famílias que têm uma história, que têm relações de vizinhança, que têm muito emocional de si naquilo que ela vive numa casa e num bairro e esse ~~desenraizamento~~ desenraizamento ~~em~~ deve ser evitado ao máximo. Apenas em situações extremas é que a desapropriação deve ser adotada e em número menor possível. E esse projeto amplia o número de desapropriações que é algo desumano, que desenraíza, desorganiza a vida das pessoas. Por essas razões, respeito o arquiteto Lefreve, ele está aqui defendendo o projeto da EMURB, é possível que não seja todas idéias dele pessoalmente, ele está aqui como profissional e o que está em discussão, e eu sou contra, é o projeto, não é o arquiteto Lefreve que está aqui desempenhando o seu papel profissional.

Obrigado.

A SRS. ALDAÍZA SPOSATI - Antes de passar a palavra à Vereadora



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Ord. n.º 172 de 1994
No 352 de 1994
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. - ARTS
4A	2	ant.	aud. pub	27.10		

Tereza Lajolo, queremos socializar uma informação que recebemos que já existe o decreto do grande mel viário do governo Fleury, consta no Diário Oficial do dia 27.9.94. Já dissemos à pessoas que entregou essa informação que pela Comissão de Política Urbana vamos solicitar essas informações para vir compor o processo para que numa próxima audiência essa informação tenha, inclusive convidar representantes do governo do Estado para fazer essa discussão.

Tem a palavra a Vereadora Tereza Lajolo.

A SRA. TEREZA LAJOLO - Companheiros e companheiras presentes à audiência pública, eu gostaria de colocar a vocês que nós vamos, como Comissão de Política Urbana, cumprir com o nosso papel que é o de fazer as discussões públicas. Vamos ter a próxima audiência pública, além de discutir com vocês, vamos fazer todas as exigências necessárias ao Poder Público para que ele instrumentaliza melhor este projeto. Várias indagações que foram feitas por vocês e nós também fazemos, aqui, efetivamente, não foram respondidas. Precisamos das respostas preto no branco, porque quem imagina, pensa, planeja uma obra ele planeja e pensa par o passo a ser dado pela obra, inclusive o que ele vai deixar para ser feito, mesmo que o outro não continue, mas ele tem o par e passo da obra. Por exemplo, quanto vai custar para fazer a canalização do córrego? Vai ser



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

173 do Proc.
PAULO 312 do 13 94
N.º
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
4A	3	ent.	aud. pub	27.10		

empréstimo ou não? Quanto vai custar para remover toda população que está nas favelas que em termos de remoção têm direito a uma casa. Quanto vai gastar com desapropriação? Quantas famílias, você lefrevo que é arquiteto, você calculou e viu e levantou casa por casa para saber quantas famílias vão ser desapropriadas? Você disse aqui mais ou menos 6 mil, Quando vou intervir num plano eu tenho que ter muito claro o estrago, não só em termos da vida, mas o estrago financeiro. Na nossa visão esta obra acrescida das outras que já estão em andamento na cidade de São Paulo e mais as que virão, quero dizer a vocês, não vamos ter só estragos sociais de monta que nós nem temos idéia, mas vamos ter um estrago financeiro que a gente calcula que nem o próximo e o próximo prefeito poderão corrigir. Portanto, vamos ter uma cidade degradada em péssimas condições de morar, de viver, por muitos e muitos anos, por obras iniciadas e as suas consequências sociais. Por isso coloco a vocês, mais do que a nossa responsabilidade, que as temos, temos consciência e por isso estamos trabalhando conforme manda o figurino, estamos aqui com vocês até o fim e as audiências públicas em torno de Faria Lima, fizemos, estamos fazendo até hoje audiência da Faria Lima, e o Prefeito desrespeitando a Câmara, está lá fazendo as desapropriações desrespeitando a Câmara Municipal. E aí queria colocar a vocês, que vocês, que por mais ação judicial que a gente faça, a gente não tem ganho. Sempre perdemos, ou demora, demora. Por isso



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

124
312 do 12 94
N.º 312 do 12 94
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
1A	4	ent.	aud. pub	27.10		

luta é a consciência e organização de todos os que moram numa cidade. Quando a Isabel diz estou no meu prédio, olho lá embaixo, às vezes sinto até raiva, acho que aquilo me incomoda, eu faço o quê? Muitos de nós tem a postura de deixar para lá, ignorar e nem sentir que os problemas são nossos. A cidade como um todo é um problema de todos nós, não é só de quem governa ou de quem está na Câmara. Pensar sobre ela, discutir, fazê-la em termos de ter vida é uma tarefa de todos nós independente da função que tenhamos, porque se hoje não tenho problema, amanhã tenho. E vocês perceberam que naquela tranquilidade que até desprezando um pouco a realidade que a gente vivia, hoje estamos todos iguais e estamos tendo que nos unir para lutar contra essa situação. É fundamental a organização de vocês. Nós vamos cumprir com o nosso papel. Os companheiros de bancada já falaram a nossa posição, mas não adianta só o PT ter posição, é importante que vocês tenham posição, para isso é importante que se organizem, exijam o uma das posições é o que vocês defendem para a região das Águas Esquedas. Então, se vocês defendem um projeto de 88, não sei, é vocês que têm que decidir. Por isso é importante que vocês se organizem e cheguem à Câmara Municipal, a cada vereador, discutam, exijam uma opinião o posição porque é desta forma, por mais que você diga, não adianta, quero dizer uma coisa, há uma coisa chamada eleição que em algum momento acontece e está perto. Novamente alguém vai pater



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 175 do Proc.
N.º 312 de 1994
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
4A	5	ent.	aud. pub	27.10		

na tua porta pedindo voto, ou um vereador ou alguém que queira ser. O senhor vai ter um critério novo para escolher o teu candidato. É fundamental pressionar, ir e exigir posicionamento e é fundamental que vocês se organizem e tenham uma opinião comum. Se organizem e se apresentem na sociedade, e digo como exemplo, movimento da Maria Lima, Aquela povo da Vila Olímpia Viva, Pinheiros Vivo, continua lutando. Seria bom vocês trocarem experiência para poder saber como lutar, como resistir e conseguir o desejo de vocês. Nosso compromisso de fazer processo de discussão, de estarmos juntos, vamos cumprir com ele. A Comissão de Política Urbana, em nenhum momento, como Vereadora, eu e a Aldaíza, independente da Comissão de Política Urbana, em conjunto com os outros vereadores continuaremos na luta junto com vocês em função daquilo que se decida como um projeto, uma proposta efetiva para o Águas Espraiada.

A SRª. ALDAÍZA SPOSATI - O Ricardo vai ter uma pequena informação e vamos encerrar.

O SR. RICARDO - Não vamos mais fazer nenhuma consideração de ordem política social. Acho que está exaurida a opinião de cada um de nós. Acho extremamente interessante mostrar para a Prefeitura como nós não somos otários e como temos direito à nossa propriedade, primeira coisa.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ARABTE
4A	6	ent.	aud. pub	27.10		

Algo que ficou estranho e descontentou principalmente a nós do Núcleo de Defesa dos Moradores de Águas Espreitadas foi o fato de termos feito uma convocatória por escrito a praticamente toda vereança e termos simplesmente a participação desses vereadores. Gostaria de formalizar já que a associação tem poder jurídico para isso, fosse colocado em plenária e constasse em ata o nosso descontentamento pela pouca participação ou da presença daqueles vereadores que foram gentilmente convidados e que esse meio fosse novamente colocado para que na próxima audiência pública eles fossem automaticamente convocados, porque vamos continuar pressionando, vamos mandar cartas e convidá-los e só que contamos com os próprios vereadores para que sejam instrumento de convocação e na próxima audiência pública tenhamos maior participação e dar nomes às pessoas e conhecermos quais são os seus verdadeiros interesses, suas posições sobre esse projeto, não ao de 94, sim de 88.

A SRS. AIDAIZA SPOSATI - Encerrando essa audiência, quero dizer que embora esta observação de poucos vereadores presentes, vamos registrar que esteve nesta audiência 10% dos vereadores da Câmara, ou diretamente ou por representação. Quero assinalar que esse é um número extremamente significativo para uma audiência feita num bairro e não na Câmara Municipal. Acho que tem que se reclamar sempre a presença de todos, mas



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

177 do Proc.
No 352 de 1994
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
9A	7	ant.	aud, pub	27.10		

fizeram-se representar ou estiveram aqueles Vereadores Balno Pessoa, do PMDB; Paulo Kobayashi, do PSDB; Arnaldo Madeira, do PSDB; Aurélio Nomura, do PL; Maurício Faria, Henrique Pacheco, José Mantor, Odilon Guedes, Tereza Iajolo, Aldaíza Spesati, todos do PT e também Ana Martins do PC do B. Portanto tivemos 11 vereadores diretamente, na maioria e alguns por seus assessores e temos que segurar isso e manter. Acho que com a clareza de que uma audiência nos bairros é um processo que é uma conquista significativa. Por isso quero agradecer a disponibilidade do arquiteto Iefrovo e da equipe do Executivo que esteve este tempo todo, das 19,30h até 23:15h, a equipe de assessoria da Comissão de Política Urbana, Luiz Fernando, a possibilidade da pessoal da Discover de estar colaborando com o movimento e com essa audiência pública, já a organização de vocês, o Sr. Luiz Antonio, o Padre Domingos para essa organização, então em nome da Comissão de Política Urbana quero agradecer esta possibilidade de que essa audiência se realiza aqui e penso que vocês poderiam solicitar que a próxima audiência seja aqui, assim como outras que forem marcadas. Lembre que há uma reunião que você marcaram, entre vocês, não é uma audiência pública, o que não impede que os vereadores possam estar como cidadãos presentes e discutindo. Essa reunião está marcada para o dia 3 na Igreja NS de Guadalupe, no Campo Belo, das 19h à 22h. Acho que hoje conseguimos um resultado significativo nessa audiência, um número importan



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 178 do Proc.
N.º 352 de 94
O Funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ARTE
4A	8	ant.	aud. pub	27.10		

te de pessoas falarem, temos, portanto, uma primeira manifestação que marcou aquilo que foi dito que a população está atenta de olhos abertos, lutando pelos seus direitos, pela sua dignidade e pela cidadania. É esse o propósito que vamos estar perseguindo na Comissão de Política Urbana, pelo direito a qualidade de vida urbana, pelo direito da democracia, da expressão de vontade e da construção de um projeto digno para todos.

Muito obrigada,



Câmara Municipal de São Paulo

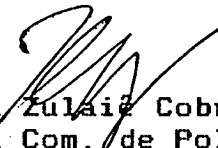
Folha n.º 179 do Proc.
N.º 312 de 1994
O Funcionário

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

A fim de embasar posição desta Comissão à respeito do PL 312/94, de autoria do Executivo, solicitamos encaminhamento do presente ao Executivo para que este, através dos seus órgãos técnicos, externar sua posição sobre a matéria, em especial quanto aos seguintes quesitos:

1. Por que não foram enviados junto ao Projeto de Lei em questão, os Relatórios de Impacto Ambiental e de Vizinhança exigidos pela Lei Orgânica do Município de São Paulo (arts. 159 e 160) ?
2. O Projeto de Lei em questão foi aprovado pelo Conselho Normativo de Legislação Urbanística - CNLU, da Secretaria do Planejamento da Prefeitura Municipal ? Em caso da resposta negativa, esclarecer o motivo.

em 11/11/94


Vereadora Zulaia Cobra Ribeiro
Presidente da Com. de Política Urbana
Metropolitana e Meio Ambiente

Defiro


Vereador Miguel Colasuonno
Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

A

LEG 3 - Senhora Chefe

Por solicitação do Sr. Presidente,
para providências.

SP., 17/11/94

CAETANO DEL CIOFFO
Chefe Gab. Presidência
Reg. 22.272

RECEBIDO EM LEG 3

Em 18/11/94

às 13:20 horas

Sra. Kathya,

Oficiar ao Executivo solicitando informações referentes
ao presente Projeto de Lei.

21/11/94

[Signature]

ANGELA BORDIN ANDREONI
Chefe de Seção Técnica I

Sra. Chefe,

Oficiado conforme despacho de V.Sa..

22/11/94

[Signature]

KATHYA REGINA MORAES SOUZA
Assistente Parl...

Segut ..., juntado ..., nesta data
documento ... e papel de informação
rubricado ... sob folha 5 n.º 180 à 183
Em 24/11/94

[Signature]



Câmara Municipal de

Folha n.º	180	do proc
N.º	312	de 1994
C. funcionário	P. P.	

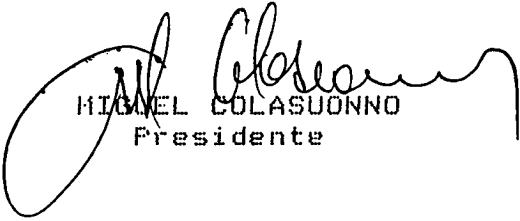
São Paulo, 22 de novembro de 1994.

DT7-LEG3
OFICIO N.300491/94

Senhor Prefeito.

Em atenção ao requerido pela Douta Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente e nos termos do art. 68 do Regimento Interno, encaminho a Vossa Excelência cópia do despacho da comissão sobre o Projeto de Lei nº 312/94 de autoria desse Executivo - que aprova plano de melhoramento nos distritos de Itaim Bibi, Campo Belo e Jabaquara; revoga totalmente as leis nº 6.591, de 5 de novembro de 1964 e nº 10.443, de 4 de março de 1988, e dá outras providências, solicitando-lhe se digne determinar providências no sentido que nos envie subsídios para que a referida Comissão possa emitir Parecer a respeito.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.


MIGUEL COLASUONNO
Presidente

Anexo: cópia xerográfica do despacho da comissão solicitante.

A Sua Excelência o Senhor
Engenheiro Paulo Salim Maluf
Digníssimo Prefeito do Município de São Paulo.

jcsc.



DT7-LEG3
OFICIO N.300491/94

Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 139 do Proc.
N.º 312 de 1994
O Funcionário

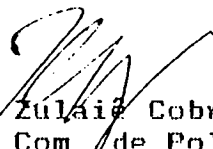
Folha n.º 181 do proc
N.º 312 de 1994
O funcionário

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

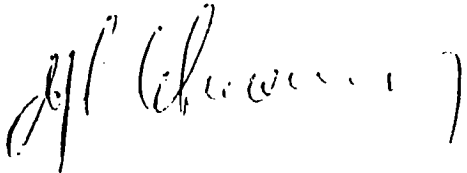
A fim de embasar posição desta Comissão à respeito do PL 312/94, de autoria do Executivo, solicitamos encaminhamento do presente ao Executivo para que este, através dos seus órgãos técnicos, externar sua posição sobre a matéria, em especial quanto aos seguintes quesitos:

1. Por que não foram enviados junto ao Projeto de Lei em questão, os Relatórios de Impacto Ambiental e de Vizinhança exigidos pela Lei Orgânica do Município de São Paulo (arts. 159 e 160) ?
2. O Projeto de Lei em questão foi aprovado pelo Conselho Normativo de Legislação Urbanística - CNLU, da Secretaria do Planejamento da Prefeitura Municipal ? Em caso da resposta negativa, esclarecer o motivo.

em 11/11/94


Vereadora Zulaia Cobra Ribeiro
Presidente da Com. de Política Urbana
Metropolitana e Meio Ambiente

Defiro


Vereador Miguel Colasuonno
Presidente da Câmara Municipal de São Paulo





CÂMARA MUNICIPAL

Folha n°	182	do proc
N°	312	de 1994
Funcionário	L	

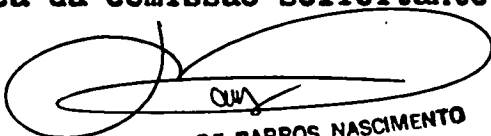
MEMORANDO

São Paulo, 22 de novembro de 1994

Recebi ofício DT.7/Leg.3 nº **300491/94** de **22-11-94**, solicitando ao Executivo informações referente ao Projeto de Lei nº **312/94** de autoria **do Executivo**.

ANEXO: **Cópia xerográfica da comissão solicitante.**

22-11-94


LAURA MARIA DE BARROS NASCIMENTO
Assessora Chefe
SG-1/A-1.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha n° 185

do processo n° 312 de 19 94 24 11 94 (a) Kathy

KATHYA REGINA MORALES DE SOUZA
Assistente Parlamentar

À
Comissão de Política Urbana Metropolitana e Meio Ambiente.
Para as devidas providências.

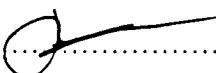
24/11/94

Angela
ANGELA BOPPI ANDREONI
Chefe de Seção Técnica (I)

SEGUE M juntado 2 nesta data, documento S e papel para informação, rubricado S

sob folha 184 n.º 184

Em 17 05 95

(a) 



Prefeitura do Município de São Paulo

São Paulo, 1 de dezembro de 1994

GABINETE DO PREFEITO

Ofício A. T. L. n.º

372/94

10 - OFICIO
10-0421/94-6

Senhor Presidente

Folha n.º 184 do proc. 180
n.º 312 de 19.94

RECEBIDO NA A. T. M.
Em 01/12/94
às 15:30 horas

Encontra-se em tramitação nessa Egrégia Câmara o Projeto de Lei nº 312/94, de iniciativa deste Executivo, que aprova plano de melhoramento nos distritos de Itaim Bibi, Campo Belo e Jabaquara; revoga totalmente as Leis nº 6.591, de 5 de novembro de 1964 e nº 10.443, de 4 de março de 1988, e dá outras providências.

Entretanto, tendo em vista que a matéria deverá ser objeto de reexame pelos órgãos técnicos da Prefeitura, solicito providências de Vossa Excelência no sentido de ser promovida a retirada da referida propositura e efetivado seu arquivamento.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.



PAULO MALUF
Prefeito

A Sua Excelência o Senhor Doutor Miguel Colasuonno
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo
SPF/rmn

À Comissão de Política Urbana:

Para as devidas providências.

01/12/94


LUIZ AREIAS DE CARVALHO
Assessor Técnico Leg. Chefe.
A. T. M.

Recebido na Comissão de Pol. Urbana.

Em 02/12/94 às 10:00 hs.

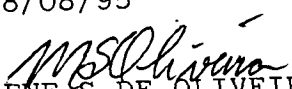

LUIZ FERNANDO B. DE ARAUJO
Secretário

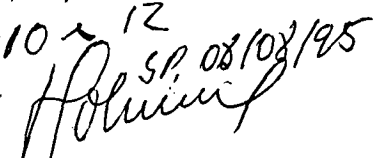
Ao DT.94

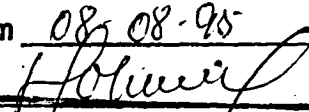
Sra. Chefe.:

ARQUIVE-SE

Em 08/08/95


MARLENE S. DE OLIVEIRA
OFICIAL LEGISLATIVO

 Representando 1 vint
das planhas. Fks. 6, 8 e
10 - 12
SP 08/08/95


DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMÁTICA SEÇÃO TÉCNICA DE ARQUIVO	
Proc. encerrado c/	<u>180</u> fls.
Arquivo em	<u>08-08-95</u>
O Func.º	<u></u>
Moacir Molina Auxiliar de Secretaria	

Segue (m) Juntado (a), nesta data,
documento(s) rubricado(s) sob
n.º 181 e folha de informação
sob n.º 231 23/10/95


REGINA APARECIDA BARRIOS
Chefe de Seção Técnica II



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº

do processo nº

01-0312

de 19

94

23

10

95

(a)

REGINA APARECIDA BARRIOS
Chefe de Seção Técnica II

A

LEG.3 - Sra. Chefe,

Conforme solicitação verbal, encaminho
o presente expediente para juntada de documentos.

DT.94 em 23/10/95.

REGINA APARECIDA BARRIOS
Chefe de Seção Técnica II

Sra. Soraia,

Preparar ofício comunicando ao Executivo a retirada e consequente arquivamento do presente projeto de lei, conforme solicitação feita através do Of.ATL nº 372/94.

24/10/95



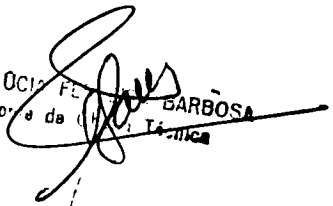
ZINGELA BORDIN ANDREONI
Chefe de Seção Técnica II

Sra. Chefe,

Preparado o ofício conforme despacho de V.Sa.

24/10/95

SORAIA LUCIA FERREIRA BARBOSA
Assistente de Seção Técnica



SEGUE juntado nesta data
documento e papel de informação
rubricado sob folha nº 186 a 188
Em 126/10/95



SEGUE juntado nesta data documento e papel para informação, rubricado
sob folha nº

Em

(a)



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 186	do proc.
N.º 0312	de 1995
funcionário	

São Paulo, 24 de outubro de 1995.

18 - OF-LEG3
OFICIO N.º 0701/1995

Senhor Prefeito.

Comunico a Vossa Excelência, de acordo com solicitação feita no Ofício A.T.L. nº 372/94, de 01.12.94, a retirada e conseqüente arquivamento do Projeto de Lei nº 312/94, de autoria desse Executivo, a esta Câmara encaminhado pelo Ofício A.T.L. nº 207/94, de 22.06.94.

Valho-me da oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.


MIGUEL COLASUDNNO
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Engenheiro Paulo Salim Maluf
Digníssimo Prefeito do Município de São Paulo.

krms



MEMORANDO

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Folha n.º 187 do proc. 01-0312 de 19 94
N.º 01-0312 de 19 94
O funcionário

São Paulo, 24 de outubro de 1995

Recebi ofício DT.7/Lgg.3 nº 701/95 de 24.10.95 comunicando ao Sr. Prefeito a retirada e consequente arquivamento do Projeto de Lei nº 312/94 de autoria do Executivo.

RECEBI EM:

25/10/95

KATIA GOMES BRANDÃO DE MOURA
Aux. Téc. Adm.
SGM:ATA



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

184 -
M. Assis

Papel para informação, rubricado como folha nº

188

do processo nº 01.0312 de 1994; 26/10/95 (a)

[Signature]

Ao DT.94,

Sra. Chefe,

Anexados os documentos, encaminho o presente para arquivamento.

26/10/95

[Signature]
ANGELA BORDIN ANDREONI
Chefe de Seção Técnica I

SEÇÃO TÉCNICA DE ARQUIVO
Requisitado em 23-10-95
Arquivado novamente em 26-10-95
cl 184 fls. O func. <i>[Signature]</i>
MARIA DA CONCEIÇÃO ASSIS Aux. de Secretaria II

Obs.: da folha
181 pula para
a folha nº 186

[Signature]
MARIA DA CONCEIÇÃO ASSIS
Aux. de Secretaria II

SEGUIE juntado nesta data, documento e papel para informação, rubricado

sob folha nº

Em/...../.....

(a)